

**OLGA ESTEFANIA DUARTE GOMES PEREIRA**

**ECONOMIA E DESIGUALDADE, DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E A  
FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O ESTUDO DO JARDIM  
JUREMA**

**Tese apresentada ao Programa de  
Doutorado em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento, Universidade Federal  
do Paraná, como requisito parcial ao  
título de Doutor em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleusis Ronconi  
de Nazareno**

**CURITIBA**

**2007**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento**

Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr

Fone (Fax) 41- 350 57 64

Fone (Fax) 41- 350 57 64

E-mail: [made@ufpr.br](mailto:made@ufpr.br)

Home-Page: [www.doutmeio.ufpr.br](http://www.doutmeio.ufpr.br)

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e sete, às 14:00hs na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Eleusis Ronconi Nazareno (orientadora UFPR), Dra. Gislene de Fátima Pereira (UFPR), Aloísio Leôni Schmid (UFPR), Dra. Myrian Regina Del Vechio de Lima (UFPR) e Dra. Yoshiya Nakaguara Ferreira (UEL) para arguição da tese de Doutorado apresentada pela candidata **Olga Estefânia Duarte Gomes Pereira**, intitulada "*Economia e desigualdade: degradação sócio-ambiental e fragmentação do espaço urbano*". A sessão teve início com a Profa. Eleusis Ronconi Nazareno na Presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra, a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições. A doutoranda apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação da candidata. Com menção: ( ) Distinção ( ) Louvor. Em seguida, a senhora Presidente declara aprovada a doutoranda, que recebeu o título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 28 de setembro de 2007.

Profa. Dra. Eleusis Ronconi Nazareno

Profa. Dra. Gislene de Fátima Pereira

Prof. Dr. Aloísio Leôni Schmid

Profa. Dra. Myrian Regina Del Vechio de Lima

Profa. Dra. Yoshiya Nakaguara Ferreira

À Sara, *Mulher* aguerrida, lutadora incansável pelo sucesso de sua prole, grande incentivadora da minha carreira acadêmica, por quem sou. Mãe: sem o seu exemplo de perseverança este trabalho seria impossível.

Aos meus filhos Neto, Franchesco e à minha filha Brisa por terem se tornado a razão principal da minha vida. Com a esperança de que em algum momento de suas vidas possam justificar as minhas ausências em busca do saber.

Dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Às Professoras e aos Professores do Doutorado em MADE pelo brilhantismo com os quais apresentaram os seus conhecimentos e em especial àqueles que se solidarizaram nos momentos difíceis desta trajetória.

À minha orientadora, Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eleusis agradeço a dedicação e a confiança depositadas na consecução deste trabalho.

Às colegas e aos colegas de turma pelo apoio, pelo companheirismo e pela amizade. Graças aos seus abraços encontrei conforto nos momentos de dor e forças para prosseguir.

Ao Alceu, técnico do IBGE, pelo carinho com que me recebeu pelo rigor técnico e pela precisão com que me forneceu as informações populacionais e os mapas da região de estudo.

Da mesma forma agradeço a especial atenção que recebi do Maicon e do Isaldo, trabalhadores da Secretaria de Planejamento e ao Máximo, trabalhador do Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDU da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, pelo profissionalismo e pelo desprendimento com os quais me receberam e informaram sobre o território, a população, a formação histórica, e cederam os mapas e as fotografias de satélite da região de estudo.

À Andréia e à Anne pela generosidade, profissionalismo e pelo carinho que tiveram comigo na escolha, na elaboração, na confecção e na distinta qualidade com as quais desenharam os mapas da região de estudo.

Ao Gustavo pela orientação e elaboração de alguns mapas que auxiliaram na determinação das imagens que foram utilizadas no trabalho.

Agradeço à comunidade do Jardim Jurema pela acolhida carinhosa que tive desde os primeiros contatos fazendo com que eu me sentisse membro da comunidade. Este fato deu-me tranquilidade para a realização da pesquisa em campo. Importante se faz registrar o companheirismo da equipe de pessoas que me auxiliaram na coleta das

informações, especialmente à Rosilei, Edinalva, Maria, Luimar, Sheila e Silmara. Agradeço a todas pela dedicação demonstrada durante a realização deste trabalho.

À líder comunitária Maria Bezerra que foi muito além do cumprimento das tarefas da coleta de informações. A grandeza de seus princípios éticos, a firmeza de seu caráter e a sua surpreendente solidariedade com aqueles que em situação de desespero buscam o seu apoio, seja em situação de fome ou doentes, demonstrando antes o descaso das autoridades diante do contexto de miséria a que foram submetidos, tenho a dizer que o seu exemplo dignifica a condição humana. Muito obrigada pela oportunidade de conhecer os caminhos pelos quais poderei colaborar com a sua luta.

A degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e  
o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais  
eloqüentes da crise do mundo globalizado.  
Enrique Leff

## RESUMO

Trata-se de um estudo sobre as repercussões socioambientais decorrentes da segregação espacial intra-urbana ocorrida em período recente na Região Metropolitana de Curitiba – RMC. Teve-se como pano de fundo uma visão geral do modelo capitalista de desenvolvimento econômico mundial e o cenário recente da economia brasileira, os reflexos socioambientais dos rearranjos produtivos no espaço urbano e os problemas ambientais decorrentes da relação existente entre este modelo da economia e a degradação socioambiental urbana. Analisou-se o processo de configuração espacial urbana ocasionado pela migração populacional para áreas de alta vulnerabilidade que apresentam riscos de natureza ambiental. Neste contexto destacou-se a criação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais para a instalação da indústria Renault que foi estimulada pelo governo por meio de incentivos fiscais, construção de infra-estrutura, de isenção de impostos, de cessão do terreno, dentre outras vantagens. A fábrica encontra-se na área do manancial da Bacia do Altíssimo Iguaçu cujo fato além de constituir-se em problema grave sob o ponto de vista ambiental atraiu a especulação imobiliária para a região. Desta forma, selecionou-se o Jardim Jurema localizado no entorno do Distrito Industrial, às margens do Rio Pequeno na mesma bacia hidrográfica. Realizou-se uma enquête junto aos seus moradores com objetivos de conhecer o perfil socioeconômico, as regiões de procedência e as razões para a moradia no local. Dentre os principais resultados encontrados destacam-se a população morando em situação de alta vulnerabilidade social em ambiente de degradação ambiental como poluição da água pelo esgoto despejado pelos domicílios, inexistência de mata ciliar, desmatamento e habitações precárias. A localidade teve a sua formação acelerada pela migração intra-urbana induzida pela especulação imobiliária e a principal razão para migrar foi o acesso à posse da terra, superando a busca por trabalho, conforme pressuposto inicialmente. Concluiu-se que o Jardim Jurema constitui-se em um exemplo ilustrativo de segregação socioespacial intra-urbano cuja aceleração do crescimento foi induzida pela mercantilização do solo urbano e, pelo processo de industrialização, incentivado pela ação governamental. O contexto de vulnerabilidade social e o processo de degradação ambiental observados na área de estudo se operaram tanto pela ocupação do Jardim Jurema quanto pela instalação da Renault e são conseqüências do atual modelo de expansão urbana que se encontra atrelado ao processo capitalista de desenvolvimento.

Palavras – chave: Espaços Urbanos Periféricos. Economia. Degradação Socioambiental. Segregação Socioespacial.

## ABSTRACT

This study regards the social environmental repercussions resulting from the intra-urban segregation which has recently occurred in the Metropolitan Area of Curitiba – MAC. It has as a base the holistic view of the capitalism model of the world's economic development and the recent scenario of Brazilian's economy, the social environmental reflections of the productive rearranges in the urban space and the environmental problems that arouse from the relation between this economic model and the urban social environmental degradation. The urban spatial configuration process, which resulted from the population migration to the high vulnerable areas in where there can be risks, was studied. Within this context the creation of *São José dos Pinhais*' Industrial District to establish Renault's factory is emphasized. This process was stimulated by the government through taxes incentives; infra structure construction, taxes exemptions, lands hand out, among other advantages. The factory is located in *Altíssimo do Iguaçu's* bay area, a fact that, beyond being a serious issue in the environmental point of view, has attracted the property speculation to the area. In this manner, *Jardim Jurema*, located in the surroundings of the Industrial District, on the banks of *Pequeno* River in the same river basin, was selected. Intending to better know the socioeconomic profile of its residents, the regions of origin and the reasons for living in the area, a survey with the population was made. In the midst of the principal results found, it is possible to accentuate the high social vulnerability situation in which the population lives in an environmental degradation ambient such as the pollution of the water by the sewer poured by the residences, inexistence of riparian forest, deforestation and precarious housings. The local formation has been accelerated by intra-urban migration induced by the property speculation and the main reason to migrate was the access to land possession, overcoming the search for a job, as initially presupposed. It is concluded that *Jardim Jurema* constitutes an illustrative example of intra-urban socio spatial segregation whose growth acceleration was induced by the urban soil mercantilization and, by the industrialization process, stimulated by governmental action. The social vulnerability context and the environmental degradation process observed in the study field happened not only due to the occupation of *Jardim Jurema* but also because Renault's establishment and are the consequences of the present urban expansion model which is tied to the capitalism process of development.

Key words: Peripheral Urban Spaces. Economy. Social Environmental Degradation. Social Spatial Segregation.



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 2</b>	- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO NO CONTEXTO REGIONAL.....	4
<b>FIGURA 3</b>	- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	6
<b>FIGURA 4</b>	- LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES E DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA RMC.....	66
<b>FIGURA 5</b>	- LOCALIZAÇÃO DE SJP NA GRANDE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.....	71
<b>FIGURA 6</b>	- TOTAL DE INDÚSTRIAS NA RMC.....	77
<b>FIGURA 7</b>	- DISTRIBUIÇÃO DAS INDÚSTRIAS NA RMC.....	79
<b>FIGURA 8</b>	- DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS COM IMAGEM QUICKBIRD DE 2004.....	81
<b>FIGURA 9</b>	- ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO DECRETO 4267/05 E AO DECRETO 1752/96.....	101
<b>FIGURA 10</b>	- ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO DECRETOS 2964/80, 4267/05 E 1752/96.....	103
<b>FIGURA 11</b>	- ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO AOS DECRETOS 1752/96, 4267/05 E 6390/06,.....	104
<b>FIGURA 12</b>	- LOCALIZAÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS SELECIONADOS PELO ESTUDO.....	107
<b>FIGURA 13</b>	- ÁREA DE ESTUDO COM IMAGEM QUICKBIRD DE 2004.....	110
<b>FIGURA 14</b>	- LOCALIZAÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA DE CAMPO E NOME DAS RUAS.....	111
<b>FIGURA 15</b>	- LOCALIZAÇÃO DO JARDIM JUREMA DO ANO DE 1980.....	140
<b>FIGURA 16</b>	- LOCALIZAÇÃO DO JARDIM JUREMA DO ANO DE 2004.....	141
<b>FIGURA 17</b>	- LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL/RENAULT DO ANO DE 1980.....	142

<b>FIGURA 18 - LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL/ RENAULT</b>	
DO ANO DE 1996 .....	143
<b>FIGURA 19 - LOCALIZAÇÃO DISTRITO INDUSTRIAL/RENAULT E DO</b>	
JARDIM JUREMA DO ANO DE 2004.....	144

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - SEXO DOS ENTREVISTADOS.....	116
GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS.....	117
GRÁFICO 3 - ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS.....	118
GRÁFICO 4 - SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS ENTREVISTADOS.....	120
GRÁFICO 5 - REGISTRO EM CARTEIRA DOS ENTREVISTADOS.....	120
GRÁFICO 6 - FUNÇÃO ATUAL DOS ENTREVISTADOS.....	122
GRÁFICO 7 - RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS.....	123
GRÁFICO 8 - TEMPO DE MORADIA DOS ENTREVISTADOS NO LOCAL....	126
GRÁFICO 9 - NÚMERO DE BANHEIROS POR DOMICÍLIO.....	127
GRÁFICO 10 - ORIGEM DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	127
GRÁFICO 11 - SEPARAÇÃO DO MATERIAL RECICLÁVEL.....	131
GRAFICO 12 - DESTINO DO LIXO RECICLÁVEL.....	131
GRÁFICO 13 - LUGAR DE PROCEDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS.....	133
GRÁFICO 14 - TRABALHO DOS ENTREVISTADOS NO LUGAR DE PROCEDÊNCIA.....	135
GRÁFICO 15 - INDICAÇÃO DO LOCAL POR TERCEIROS.....	136
GRÁFICO 16 - INTENÇÃO DE PERMANÊNCIA NO LOCAL.....	136
GRAFICO 17 - OPORTUNIDADE DE TRABALHO DECORRENTE DA VINDA DA RENAULT.....	138

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS EM S.J.P.....	83
TABELA 2 - SEGMENTOS ECONÔMICOS EM S.J.P NO ANO DE 2000.....	85
TABELA 3 - REMUNERAÇÃO MÉDIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS DOS EMPREGADOS NOS RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SJP NO ANO DE 2000.....	86
TABELA 4 - <i>TURN OVER</i> NAS EMPRESAS DE S.J.P.....	87
TABELA 5 - DADOS SÓCIOECONÔMICOS DE S.J.P – ANO 2000.....	88
TABELA 6 - ICMS E ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AO MUNICÍPIO DE SJP.....	90
TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL POR DISTRITO CENSITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SJP – 1991,1996 E 2000.....	93
TABELA 8 - RELAÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS DO IBGE EM 1991, 1996 E 2000 E NOME DAS LOCALIDADES DO ENTORNO DO DI DE SJP.....	106
TABELA 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL NOS SETORES SELECIONADOS – S.J. P.- 1991, 1996 E 2000.....	108
TABELA 10 - FAIXA ETÁRIA NA AMOSTRA E EM S.J.P.....	118
TABELA 11 - ESCOLARIDADE .....	119
TABELA 12 - ESCOLARIDADE DOS MAIORES DE 14 ANOS.....	119
TABELA 13 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE CONDIÇÕES DE VIDA.....	124
TABELA 14 - CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	125
TABELA 15 - NÚMERO DE PEÇAS POR DOMICÍLIO.....	126
TABELA 16 - DESTINO DO ESGOTO.....	128

TABELA 17 - RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS E DESTINO DO ESGOTO DOS DOMICÍLIOS.....	129
TABELA 18 - DESTINO DO ESGOTO DO ENDEREÇO DOS ENTREVISTADOS.....	130
TABELA 19 - RENDA FAMILIAR E DESTINO DO MATERIAL RECICLÁVEL.....	132
TABELA 20 - PROCEDÊNCIA POR ESTADO.....	134
TABELA 21 - PROCEDÊNCIA POR REGIÕES.....	134
TABELA 22 - RAZÕES PARA CONTINUAR NO LOCAL.....	137
TABELA 23 - RAZÕES PARA A MORADIA NO JARDIM JUREMA.....	138

## APRESENTAÇÃO

Esta tese está inserida no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - UFPR, na linha de pesquisa denominada “Urbanização, cidade e ambiente urbano”.

Esse Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado foi instalado oficialmente no ano de 1993, após um período de reflexões institucionais acerca da problemática ambiental relacionada ao modelo de desenvolvimento econômico no Brasil e em particular no Paraná (RAYNAUT et al., 2002, p.15).

A crise ambiental se apresentava em situação de ampla abrangência e de comprometimento que suscitaram naquele período a emergência de intervenções qualificadas no sentido de compreender a sua complexidade. Esse contexto configurou-se num desafio que invadiu a academia brasileira por meio do envolvimento de docentes e discentes com os movimentos sociais, seja por motivos de estudos e realizações de pesquisas junto à força viva da sociedade, seja pela instrumentalização de subsídios técnicos para a elaboração de relatórios e/ou estudos de impactos ambientais, demandados para a construção, implementação e funcionamento de atividades econômicas localizadas em áreas de vulnerabilidade ambiental, ou próximas a elas.

Inerente a esse processo encontrava-se a necessidade de produção de conhecimentos para o delineamento do que viria a ser o diagnóstico sobre a questão ambiental. Essa construção seria necessária para a proposição de estudos, aos quais a contribuição de diversas disciplinas se tornou indispensável para a configuração do saber ambiental inserido na estrutura da sociedade contemporânea que por sua vez, pressupõe um determinado modelo de desenvolvimento econômico e correspondente configuração de aparelho de Estado.

De fato, esta análise encontra amparo em Zanoni (2002) quando manifesta que a universidade brasileira, enquanto instituição produtora de saberes e práticas deixou-se invadir pelo forte apelo social surgido em diferentes localidades do país,

com uma avalanche de ocorrências de impactos ambientais e sociais provocados seja pelo funcionamento de refinarias de petróleo, construção de barragens de usinas termoeletricas, seja pelo desmatamento da floresta amazônica e da mata atlântica, seja pelo genocídio dos povos indígenas, pelo desfavorecimento dos seringueiros extrativistas ou pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

A intervenção informal de intelectuais, cientistas e profissionais e a disposição em colocar as suas competências numa posição de defesa junto a esses movimentos sociais tornou inexorável o envolvimento da universidade enquanto instituição nesse processo. De acordo com Zanoni (2002, p. 16)

Neste contexto, nascia uma iniciativa no seio de inúmeras universidades do país, consolidada a partir do Primeiro Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente (Brasília, 1986). Uma das conclusões dessa reunião foi a implantação de cursos de Pós-Graduação em Meio Ambiente em universidades brasileiras. A partir de então, desenvolveram-se alguns fóruns de discussão permanente. Foram abordados temas de reflexão sobre a necessidade de um enfoque interdisciplinar, sobre a necessidade de novos conceitos teóricos, sobre o papel social da produção do saber, sobre o conteúdo de cursos capazes de responder a tais problemáticas. Os trabalhos de seminários anuais publicados alimentaram e guiaram as discussões no seio das universidades interessadas na implantação de atividades de pesquisa, de formação e de difusão de conhecimentos na área ambiental.

No estado do Paraná o cenário não era diferente; dentre as ocorrências que suscitaram o envolvimento da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná com os diversos movimentos sociais podemos destacar segundo Zanoni (2002, p. 16)

[...] o desmatamento de 83% da superfície de florestas, desaparecimento das Sete Quedas de Iguaçu, a expulsão de 40.000 famílias da área de implantação da barragem de Itaipu e as ameaças de destruição dos ecossistemas de mangue e da mata atlântica, ocupados pelas tradicionais populações “caiçaras”[...]. Alguns optaram por ações pela conservação da natureza e outros pela atribuição de terras aos agricultores, vítimas das barragens e da agricultura intensiva, responsáveis não só pelo êxodo rural, mas também pela erosão de mais de um milhão de hectares de solos nas regiões Norte e Noroeste do Estado.

Dessa forma, a Universidade Federal do Paraná, por meio de um grupo de

professores já engajados em atividades de formação e de difusão junto a prefeituras, associações, sindicatos e movimentos populares, em conjunto com a reitoria da instituição, iniciou uma série de atividades de ordem preparatórias para a implantação de um Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo fundamento, segundo Zanoni (2002, p. 16): “consistia em uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento, pela integração da questão ambiental e pela adoção de um enfoque metodológico interdisciplinar”.

Essas atividades foram efetivamente realizadas a partir de 1989 e em estreita colaboração com a Universidade de Paris 7, em 1990 foram estabelecidas colaborações através de convênios inter-universitários com a Universidade de Bordeaux 2 e com a Escola de Arquitetura Paris-la-Vilette. Em 1994 foi concedida uma Cátedra UNESCO para o Desenvolvimento Sustentável para a UFPR que, como afirma Zanoni (2002, p. 17): “compreendeu desde a sua concepção e implantação, um conjunto de atividades de formação, de pesquisa, de informação e de documentação”.

Com os trabalhos desenvolvidos pela primeira turma, que foi selecionada em 1993, cujas teses foram defendidas nos anos de 1998 e 1999, estavam assentadas as bases para a elaboração de novos programas de pesquisas<sup>1</sup> que vêm sendo desenvolvidas na continuação desses trabalhos iniciais.

A interdisciplinaridade foi concebida como fundamental para a colaboração científica que há de se instaurar para estudar os objetos e as dinâmicas na interface dos dois sistemas, ou seja, no campo das inter-relações entre sistema Natureza e sistema Sociedades, no espaço onde nenhuma compreensão é possível sem o apelo simultâneo das propriedades e dos dois sistemas (ZANONI, 2002, p.14).

A experiência descrita foi base para muitos dos desdobramentos conceituais metodológicos e pedagógicos ao longo da história do Doutorado que neste ano de

---

<sup>1</sup> “No meio rural destaca-se o programa: “Desenvolvimento sustentável e preservação da natureza em Áreas de Proteção Ambiental: permanência e mudança nos domínios social e natural (caso do Litoral norte do Paraná)”, conduzido com o apoio do CNRS (França), através de seu programa “Environnement, Vie, Sociétés”. No meio urbano, destaca-se o programa “Espaço urbano, situações de vida e saúde”, com uma série de pesquisas conduzidas no quadro de uma cooperação científica entre o CNRS e o CNPq (Programa PICS).” (ZANONI, 2002, p. 25).



2007 finalizará os trabalhos da sexta turma, estando a sétima turma em processo de formação.

A prática metodológica desenvolvida para a construção das problemáticas de pesquisa no programa requer a colaboração de diferentes disciplinas ligadas à formação básica dos doutorandos em curso e daquelas disciplinas intrinsecamente vinculadas à temática proposta pelas linhas de pesquisa. Também as questões suscitadas pelos temas de interesse específico de cada aluno, orientadas pelos professores podem requerer a contribuição de outras disciplinas que aportem conhecimentos e enfoques particulares capazes de ajudar numa compreensão mais ampla da realidade.

Assim no que diz respeito à temática da linha de pesquisa da Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano são necessários os enfoques do urbanismo, da geografia urbana, da sociologia urbana e da economia de modo fundamental aos quais se agregam enfoques de outras disciplinas que o tema e a problemática requeiram.

Dessa forma, a escolha de uma região comum para a realização dos estudos e pesquisas, possibilitou que essa elaboração fosse concretizada e que os trabalhos pudessem se desenvolver. O processo se constituiu num movimento de sucessivas aproximações e aprofundamentos por meio da realização de seminários, oficinas e exercícios interdisciplinares.

Este estudo iniciou a sua construção a partir do primeiro seminário interdisciplinar, da Turma VI, para o qual foi elaborado um trabalho conjunto do grupo de alunos com a análise e um levantamento histórico sobre o desenvolvimento, constituição e problemas da área urbana da Região Metropolitana de Curitiba – RMC focalizando o espaço do município de Curitiba próximo à São José dos Pinhais – SJP e neste município inclusive (FIGURA 1).

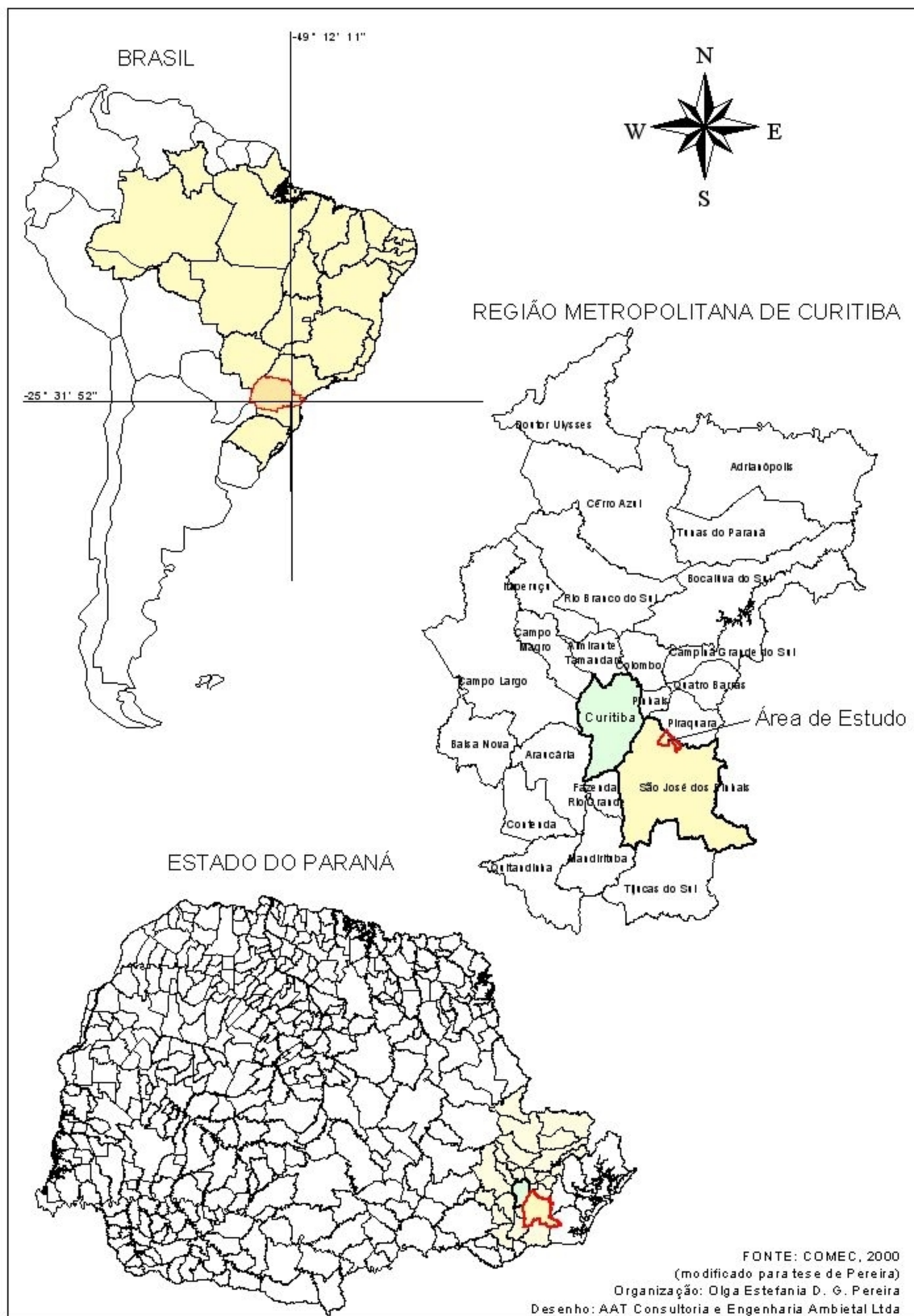


Figura 1 - Localização da área do estudo interdisciplinar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA</b>	
<b>À SEGREGAÇÃO POPULACIONAL NO AMBIENTE URBANO.....</b>	<b>10</b>
1.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CAPITALISTA.....	11
1.1.1 Circulação de Mercadorias e Mercado Mundial.....	13
1.1.2 Mundialização e Globalização.....	18
1.2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E O SEU CORRESPONDENTE	
PROJETO POLÍTICO - O NEOLIBERALISMO.....	22
1.3 CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA ECONOMIA	
BRASILEIRA .....	27
1.4 DOS REARRANJOS PRODUTIVOS GLOBAIS À SEGREGAÇÃO	
NO ESPAÇO URBANO.....	31
<b>2 INDUSTRIALIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO</b>	
<b>SOCIOESPACIAL.....</b>	<b>35</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AMBIENTE E CIDADE.....	36
2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO.....	39
2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E MIGRAÇÃO	
NO BRASIL.....	52
2.4 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - RMC, SEGREGAÇÃO	
SOCIOESPACIAL E VULNERABILIDADE AMBIENTAL.....	61
<b>3 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA RMC E SÃO JOSÉ DOS</b>	
<b>PINHAIS - SJP.....</b>	<b>69</b>
3.1 O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NA INDUSTRIALIZAÇÃO DA RMC.....	74
3.2 INDUSTRIALIZAÇÃO EM SJP.....	82
3.3 CRESCIMENTO POPULACIONAL EM SJP.....	92
3.4 A OCUPAÇÃO URBANA NA RMC E EM SJP.....	94

3.5 OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO DISTRITO INDUSTRIAL.....	105
3.6 DISTRITO INDUSTRIAL DA RENAULT E SEU ENTORNO.....	109
<b>4 O ESTUDO NA LOCALIDADE DO JARDIM JUREMA.....</b>	<b>113</b>
4.1 PESQUISA DE CAMPO NO JARDIM JUREMA.....	114
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISA.....	116
4.3 DADOS SOCIOECONOMICOS.....	118
4.4 MORADIA NO JARDIM JUREMA.....	125
4.5 SANEAMENTO BÁSICO.....	127
4.6 MIGRAÇÃO.....	133
4.7 ACESSO À POSSE DA TERRA.....	137
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido tendo como pano de fundo uma visão geral do modelo de desenvolvimento econômico em curso na sociedade contemporânea e dos problemas ambientais dele decorrentes, e sobre isto se procurou associar os processos metodológicos interdisciplinares propostos no programa de pesquisa em que está inserido.

A opção de selecionar uma área no município de São José dos Pinhais - SJP para estudo teve duas razões principais, a primeira, diz respeito ao elevado índice de crescimento populacional observado no município, com processos de ocupação do espaço urbano reveladores de situações de segregação socioespacial da população associados às repercussões ambientais que podem conformar o que aqui se denomina como “degradação<sup>2</sup> socioambiental<sup>3</sup>”.

A segunda razão liga-se ao fato desta área situar-se na Região Metropolitana de Curitiba – RMC, e constituir-se em um importante pólo industrial do Estado (COMEC, 2001, p.29).

Em números absolutos, a RMC teve um incremento de aproximadamente 1.370.000 habitantes no período de 1970 a 1996, sendo que desses, 867.227 hab. em Curitiba, 134.911 em São José dos Pinhais e 134.440 em Colombo, perfazendo 82% do incremento total.

Somente em São José dos Pinhais no período de 1992 e 1997 o número de

---

<sup>2</sup> “Originalmente tal termo está ligado às descobertas da física que levaram à formulação do segundo princípio termodinâmica, esboçado por Sadi Carnot, com relação às tecnologias das máquinas térmicas, e formulado com significado mais amplo por Clausius (1850). Tal princípio conclui que a energia mecânica irreversivelmente se transforma em calor, e que este só parcialmente pode ser transformado em trabalho. Assim, a energia que toma a forma de calor não pode reverter-se inteiramente, ocorrendo, portanto não a perda de energia (pois isto contradiz a primeira lei da termodinâmica baseada na conservação da energia), mas leva à degradação da energia. Esta diminuição irreversível da aptidão para transformar-se e para efetuar um trabalho, é denominada por Clausius de entropia [...] o termo degradação no contexto da questão ambiental, foi reapropriado pelas ciências ambientais, passando a ter um sentido genérico equivalente a alteração, transformação, destruição contínua, perda física.” (LIMA e RONCAGLIO, 2001, p. 54-55).

<sup>3</sup> “A utilização do termo socioambiental significa [...] a constatação de que não se pode conceber ambiente e/ou natureza isoladamente, independente e indiferente à ação humana. Como tão bem assinalou Herbert de Souza, a vertente político-ideológica progressista - social-democrata ou socialista -, ao questionar o desenvolvimento do capitalismo e do socialismo, em seus efeitos sociais e políticos, detectou a exclusão econômica e política como causa do fracasso comum dos dois modelos históricos da modernidade [...]”. (Idem).

ocupações irregulares aumentou em 4,5 vezes: de 581 unidades existentes no ano de 1992 passou para 3.838 no ano de 1997 para uma população de 2.353 e 14.201 respectivamente, representando aproximadamente 6,8% da população total do município e uma taxa de crescimento nas ocupações irregulares na ordem de 35% (LIMA, 2000, p.191).

Com relação à segunda justificativa, referente à industrialização no espaço da RMC esta se deve principalmente em razão do fato da distribuição espacial da indústria paranaense possuir uma acentuada concentração em Curitiba e porque esta localização ocorreu antes mesmo da constituição das áreas denominadas Cidade Industrial de Curitiba e Cidade Industrial de Araucária Em consequência da política governamental de atração de indústrias (IPARDES, 1990).

No período que se seguiu a partir dos anos 90, observa-se uma desconcentração do aglomerado industrial de Curitiba para a RMC nos municípios de instalação das empresas de primeira linha, notadamente em São José dos Pinhais, em razão principalmente do novo padrão de produção que reduz o espaço produtivo e reserva maior participação à indústria de autopeças com a introdução dos sistemas modulares para fornecimento de componentes, que pressupõe a existência de fornecedores diretos configurando um novo espaço geográfico produtivo (LOURENÇO, 2000, p. 89).

Esse processo, que foi acentuado em São José dos Pinhais levou a que do total das indústrias que se instalaram na RMC, 35% fossem destinadas para este município até o ano de 1999. O crescimento do número de indústrias observado em SJP entre 1991 e 1995 foi de 11% aumentando para 14% no período de 1996-99 (FIRKOWSKI, 2001, p.174).

Esse contexto em que ocorreu essa movimentação acentuada de instalação de indústrias nesta região e notadamente no município de SJP, trouxe consequências socioambientais que motivaram o presente estudo e a análise de seus principais elementos, no qual também se pretende aprofundar o conhecimento sobre as razões pelas quais este espaço foi configurado com uma dinâmica que incentivou um grande

aporte migratório populacional em áreas de vulnerabilidade ambiental.

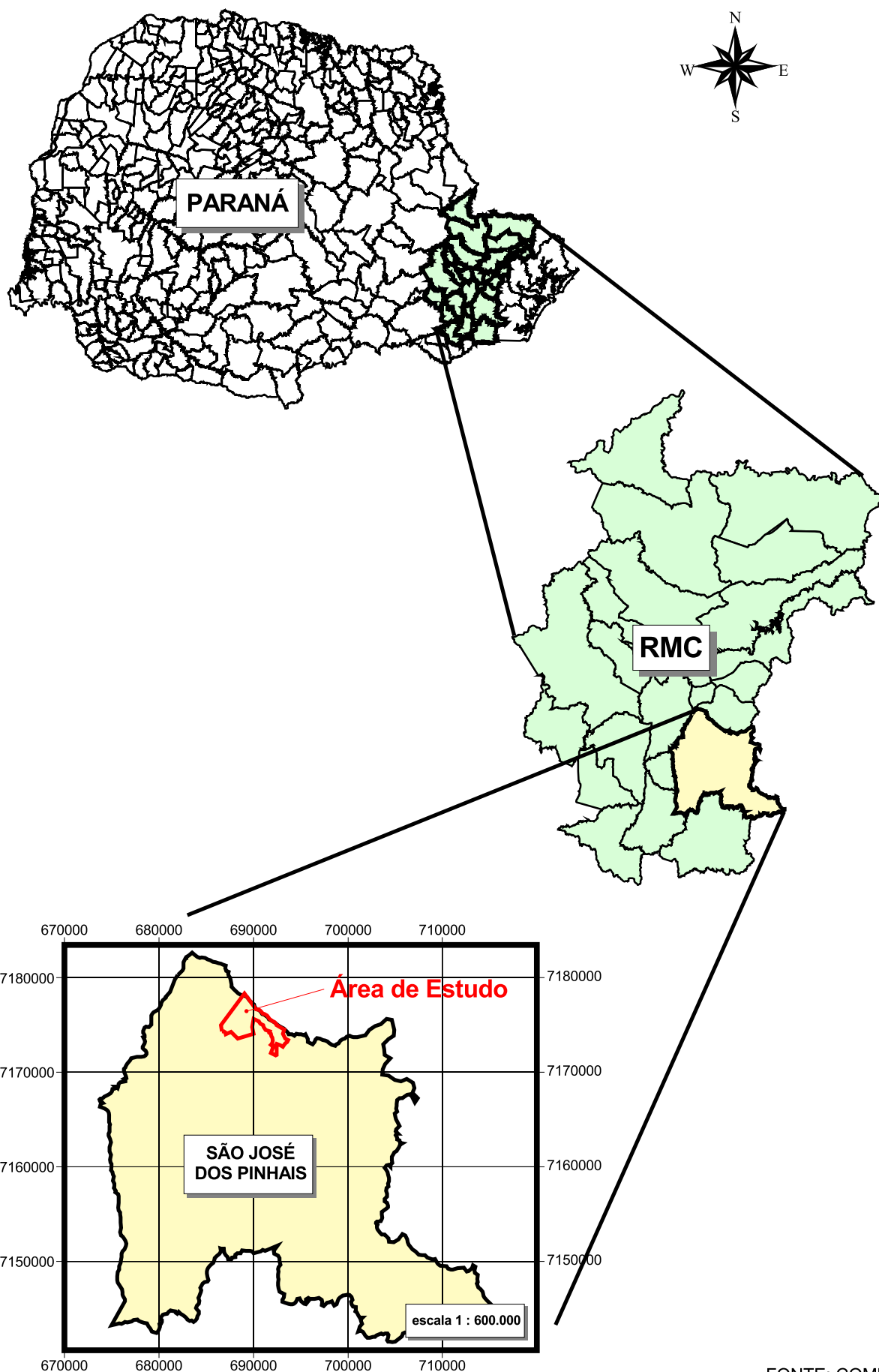
Diversas evidências sobre o crescimento espacial de SJP apontaram para o estudo do ambiente urbano periférico do município e no trabalho interdisciplinar coletivo sobre a área leste da RMC identificou-se um local em que a segregação socioespacial e repercussões ambientais danosas são visíveis. É a área do Jardim Jurema no bairro do Rio Pequeno em SJP localizado na RMC, Estado do Paraná conforme mostra a FIGURA 2.

Tendo em vista a compreensão da relação existente entre o modelo de desenvolvimento econômico contemporâneo mundial e a degradação socioambiental buscou-se um exemplo ilustrativo de como isso tem também rebatimento local. Para isso, analisou-se a estruturação do espaço urbano periférico, os processos migratórios da população e as razões do seu estabelecimento em área de alta vulnerabilidade e risco ambiental.

É sabido que a ocupação desordenada expõe freqüentemente aos riscos de natureza ambiental grupos populacionais que possuem vulnerabilidade social e que migram em decorrência da busca de melhores condições de vida, traduzidas pelo sonho da ocupação de um posto de trabalho e pela conquista da posse da terra.

O argumento da desigualdade ambiental emerge exatamente da hipótese de que determinadas minorias e grupos de renda mais baixa estariam particularmente expostos a riscos ambientais específicos (TORRES, 2000, p.69).

Por outro lado, pode-se pressupor que os grupos populacionais que não estão expostos a estes riscos, possuem capacidade de escolha, ou autodeterminação, para ocupar os espaços urbanos mais adequados, que são obviamente aqueles onde não existam riscos ambientais importantes.



FONTE: COMEC, 2000  
(modificado para tese de Pereira)  
Organização: Olga Estefania D. G. Pereira  
Desenho: AAT Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda

Figura 2 - Localização da área de estudo no contexto regional.



A escolha da localidade do Jardim Jurema, área de ocupação urbana periférica como local de estudo mais detalhado se deu em razão da conjugação de dois fatores, o primeiro, pela sua localização se encontrar no entorno territorial<sup>4</sup> do Distrito Industrial - DI de São José dos Pinhais, e o segundo pelo fato de seus limites se sobreporem ao Rio Pequeno que juntamente com os Rios Itaquí, Irai Iraizinho, do Meio, Piraquara e Palmital, compõem a sub-bacia hidrográfica do Altíssimo Iguaçu<sup>5</sup> (FIGURA 3).

Os mananciais do Altíssimo Iguaçu são fundamentais para o abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba, pois representam aproximadamente 53% da oferta de água do potencial da Bacia do Alto Iguaçu.

A sub-bacia hidrográfica do Altíssimo Iguaçu acrescenta à condição descrita anteriormente a existência no seu interior o Distrito Industrial de SJP, com a presença da Indústria Montadora de Automóveis Renault desde o ano de 1996, cuja instalação teve a sua aprovação polemizada em razão da localização da planta industrial encontra-se em área de manancial (ANDREOLI, 2003, p.122).

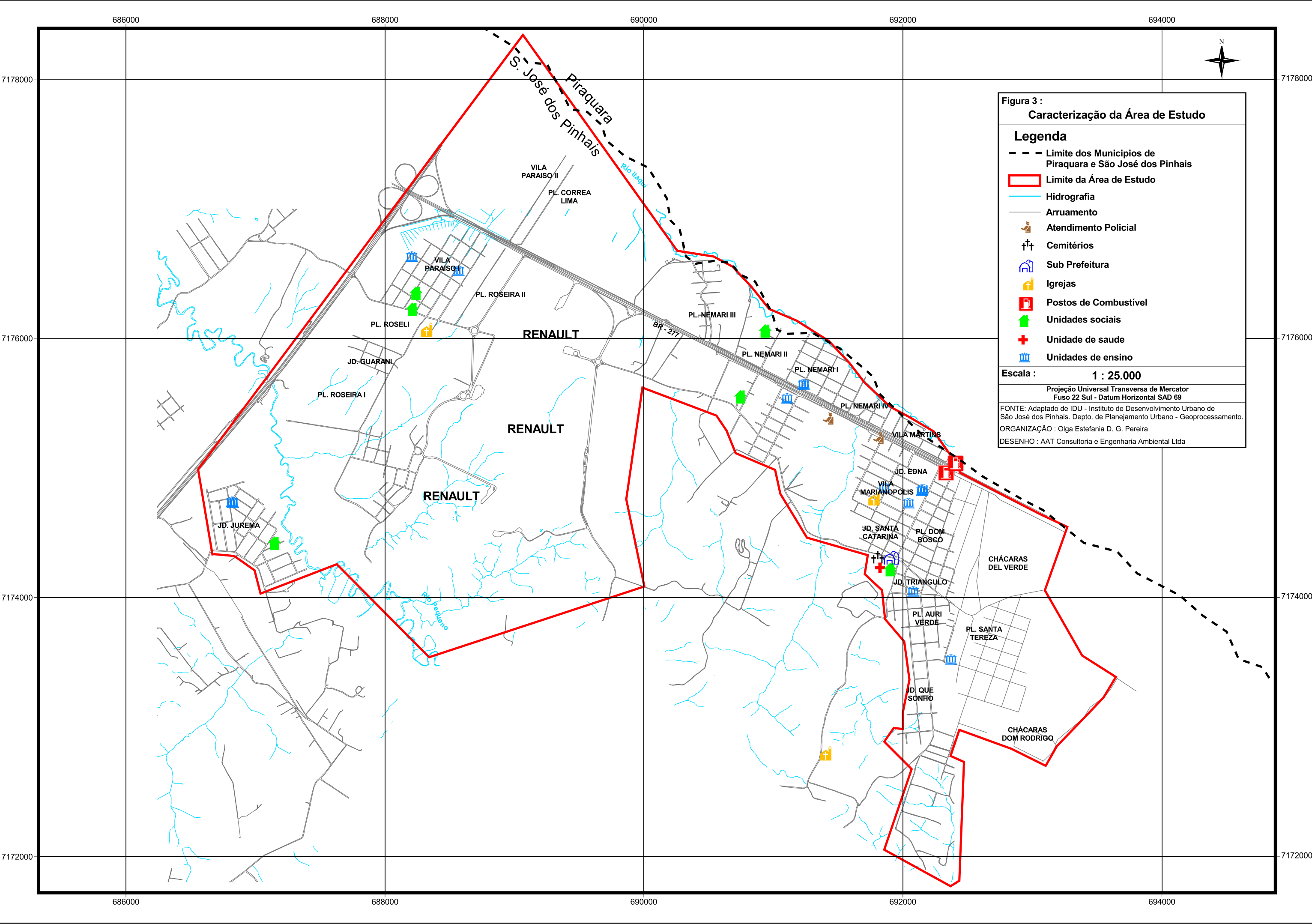
Para que fosse viabilizada a localização do empreendimento integralmente dentro dos limites do manancial da Bacia, o Governo do Estado, à época, precisou abrir mão desta área enquanto possibilidade de captação para tratamento e destinação para o consumo da população de Curitiba e Região Metropolitana, de acordo com Tavares (2005, p.34).

A implantação deste empreendimento foi bastante questionada em função de sua localização, integralmente dentro dos limites de uma área de manancial. Para viabilizar este projeto, o governo estadual, através da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), descartou, de direito, mas não de fato, o Rio Pequeno da função de manancial de abastecimento.

---

<sup>4</sup> Entorno Territorial: espaço de contigüidade imediata à localização do projeto, refere-se mais especificamente a novas aglomerações e /ou às áreas próximas transformadas e reorganizadas, expressão tanto das necessidades de reprodução da força de trabalho quanto da ampliação de fluxos migratórios em busca de novas oportunidades de trabalho e/ou sobrevivência. (COSTA, 2003, p.454).

<sup>5</sup> Para fins deste estudo, foi adotada a divisão do Rio Iguaçu em Bacias do Baixo, do Médio, do Alto e Sub-bacia do Altíssimo Iguaçu que por sua vez possui as Sub-Bacias dos Rios Irai, Iraizinho, Piraquara, do Meio, Palmital, Itaquí e Pequeno. (ANDREOLLI et al, 2003, p. 62 - 63).



Diante desta realidade surgem as seguintes questões:

- Como se dá a produção do espaço urbano periférico no mundo globalizado com formas de ocupação e padrões de urbanização que geram segregação socioespacial e repercussões ambientais?
- Como a ocupação urbana periférica do Jardim Jurema em área de vulnerabilidade ambiental no contexto do entorno do Distrito Industrial acelerou-se, sem que intervenções de políticas públicas de saneamento básico e de proteção das áreas dos mananciais fossem implementadas?

Como referência para reflexão acerca das problemáticas acima descritas, também se configuraram questões como: em que grau a legislação ambiental que disciplina o uso e a ocupação em áreas de mananciais e de proteção ambiental, foi considerada pelo Estado na medida em que a ocupação foi se configurando como território e até mesmo a instalação da Renault não somente foi permitida, como também foi alvo de disputa entre os Estados da Federação? De fato, esta ocorrência foi tema de análise dos autores Vasconcelos & Castro (1.999, p.34), que afirmaram

(...) o governo do estado lança mão de outros instrumentos para conseguir atrair ao Paraná parte dos importantes projetos de investimentos, principalmente estrangeiros, que a política nacional de estabilização econômica, desregulamentação, etc. conseguem promover. A atração das montadoras, a par das vantagens competitivas que o Paraná detém, comprova uma alteração na postura do estado quanto à atração de empreendimentos, num reconhecimento de que a guerra fiscal assumira contornos mais agressivos e de que o estado teria que entrar no *jogo* fiscal para disputar investimentos e dar prosseguimento ao processo de industrialização.

Dessa forma, o estudo focalizou o processo de ocupação do Jardim Jurema neste local e o contexto no qual ele ocorreu em Área de Proteção Ambiental do Rio Pequeno e no entorno da indústria Renault, localizado dentro da área do manancial da Bacia do Altíssimo Iguaçu.

Diante desse contexto formulou-se inicialmente o pressuposto de que esse processo de ocupação do Jardim Jurema acelerou-se em razão da migração da

população para o local, motivadas pela possibilidade de trabalho representado pela instalação da Renault.

Esse processo poderia ser induzido de fato pela indústria, de acordo com os autores estudados, pois, um posto de trabalho formalizado legalmente, apresenta a possibilidade de uma vida em melhores condições.

Considerou-se em segundo lugar que a localidade do Jardim Jurema poderia ilustrar de forma exemplar as formas de ocupações urbanas periféricas levantando-se o pressuposto de que as populações excluídas do sistema social de produção encontram nessa estratégia, a possibilidade de liberação dos interesses do capital imobiliário, presentes no processo de mercantilização do solo urbano. A ação da especulação imobiliária geralmente impede os grupos mais pobres da população de ter acesso à terra em áreas urbanas centrais providas de equipamentos sociais e melhor infraestrutura urbana.

Para colaborar com a compreensão dos processos mais globais que perpassam o desenvolvimento da nossa sociedade e do crescimento das cidades no terceiro mundo, foi discutido no primeiro capítulo como ocorre o processo de produção da economia na estrutura da sociedade contemporânea vinculada à industrialização no espaço urbano.

Optou-se pelo estudo e pela análise das formas e das relações de produção capitalista nas correspondentes estruturas de Estado, com a mudança do papel de intervenção estatal na economia e a sua expressão política. Foi discutida a economia no contexto brasileiro como forma de colaborar com a construção do conhecimento acerca da inserção da sociedade e do Estado brasileiro no processo da mundialização do capital.

Foi igualmente relevante para este estudo abordar os mecanismos que levaram à adaptação do processo produtivo à nova ordem mundial, em razão das repercussões que causou na vida dos indivíduos e dos países, especialmente no período que seguiu após a Segunda Grande Guerra, tendo em vista que os reflexos deste conflito foram percebidos nas cidades e nos processos de metropolização que

caracterizam as sociedades urbanas, em substituição ao modelo de cidade anterior à industrialização.

Para a contextualização do trabalho inseriu-se a discussão sobre o processo de transformação das cidades no Brasil, no Capítulo 2, a fim de reconhecer a forma como este movimento ocorreu no território nacional, na qual se localiza a origem das repercussões recentes da industrialização e da metropolização no território paranaense, em especial na Região Metropolitana de Curitiba.

A partir da caracterização desse processo de industrialização e metropolização descreveu-se a situação local da urbanização, do crescimento populacional e da situação socioeconômica no município de São José dos Pinhais em especial da ocupação do entorno do Distrito Industrial da Renault no Capítulo 3.

Após esta contextualização mais ampla detalhou-se o estudo realizado na localidade do Jardim Jurema a partir de uma enquete socioeconômica que teve como objetivo principal identificar a origem as razões de moradia das famílias ali residentes e os motivos da escolha do local. Os procedimentos metodológicos bem como os resultados encontram-se descritos pormenorizadamente no Capítulo 4 em que se analisa o perfil da população e as condições de vida dos moradores do Jardim Jurema.

Os resultados encontrados no estudo estatístico foram apresentados, analisados e discutidos, especialmente sobre a situação socioeconômica e as razões da população para a ocupação ocorrida na localidade de estudo.

Os elementos teóricos e os resultados do estudo empírico subsidiaram as conclusões em que foi possível trabalhar com as questões levantadas, e relacioná-las aos pressupostos, verificando se corresponde à realidade identificada na população e ao mesmo tempo, colaborar para a compreensão do fenômeno que envolve a problemática das repercussões locais da mundialização do capital.

**CAPÍTULO 1**  
**DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA**  
**À SEGREGAÇÃO POPULACIONAL NO AMBIENTE URBANO**

## 1.1 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CAPITALISTA

As contradições do processo de desenvolvimento capitalista são evidentes e contata-se o seu rebatimento no modo de vida das populações dos vários países do mundo onde as injustiças sociais estão aparentes no espaço urbano, chamando a atenção para a própria contradição que traz embutido na sua natureza<sup>6</sup>.

Para analisar os arranjos sociais, políticos e econômicos que permitiram a emergência de espaços urbanos degradados do ponto de vista socioambiental, em especial nas franjas metropolitanas dos países em desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, é preciso contextualizar, ainda que brevemente, com ênfase apenas em alguns aspectos, como, após sua emergência em séculos anteriores, prevalece o modelo de desenvolvimento capitalista durante todo o século XX, e como ele se estabelece como hegemônico e, portanto, globalizado, no início do século XXI.

Em especial, esta breve digressão se justifica, pois é neste cenário de economia já globalizada que se forma a comunidade objeto de análise deste estudo. Daí a razão deste capítulo se dedicar a realizar uma sucinta retrospectiva temporal e internacional que permite vislumbrar as bases do processo socioeconômico contemporâneo.

Como assinala Leff (2001, p.133), a base da formação do processo civilizatório da sociedade moderna fundou-se em princípios da racionalidade econômica e instrumental, que moldaram as diversas esferas do corpo social como os padrões tecnológicos, as práticas de produção e consumo, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado.

As razões que contribuíram para a base da formação desse processo civilizatório constituem-se em saberes elementares para a análise dos mecanismos constitutivos da sociedade moderna.

---

<sup>6</sup> Londres, 24 de janeiro de 1873. Karl Marx

Portanto a apropriação desses saberes contribui para a compreensão sobre os elementos da natureza do capital e, conseqüentemente, da dinâmica da mundialização, tendo em vista as repercussões que causam na produção do espaço urbano, especialmente em áreas periféricas, que apresentam vulnerabilidade ambiental. Os efeitos resultantes das formas de produção do espaço urbano nestes contextos espaciais e temporais contemporâneos, como demonstram vários estudos já realizados, geram degradação socioambiental e baixas condições de vida para a população que ocupa estas áreas.

Dessa forma, pergunta-se: quais as características do modelo econômico que determina condições sociais tão diferenciadas para estas parcelas da população? Que tipo de sociedade condiciona e aprofunda as diferenças econômicas que, por sua vez, transformam o ambiente — meio de sobrevivência — em áreas de vulnerabilidade e risco ambiental para determinados grupos sociais?

Na visão marxista – modelo teórico pelo qual este trabalho optou para realizar sua análise - uma determinada sociedade é sempre produto da ação recíproca dos homens que se encontram submetidos a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas – assim suas formas de organização social são expressão de uma fase do desenvolvimento econômico (MARX, s.d., p.245).

Marx entende que a história da sociedade é a história do desenvolvimento social e individual, e que as relações materiais constituem a base de todas as demais relações, (s.d., p.245): “Estas relações materiais são apenas as formas necessárias sob as quais a sua atividade material e individual se realiza”. E as formas sob as quais os homens produzem, consomem, comerciam, são transitórias e históricas.

As mudanças que se operam periodicamente, no modo de produção, são conseqüências da aquisição de novas forças produtivas, e as relações econômicas são resultados do modo de produção, portanto, as relações econômicas nada mais são do que as relações necessárias a cada modo de produção. Assim sendo, para Marx, as categorias econômicas são abstrações das relações reais e subsistem de acordo com a forma de existência dessas relações (MARX, s.d., p.245).



Para os estudiosos marxianos, as relações sociais estabelecidas na contemporaneidade são as relações que se dão entre capital e trabalho. Como consequência, a sociedade se encontra organizada na forma das relações de produção capitalista que reproduz as condições sociais de desigualdades. Estas condições sociais desiguais é que, muitas vezes, expõem determinados grupos sociais aos riscos de natureza ambiental que resultam na chamada apartação socioespacial, ou segregação, que geram fronteiras invisíveis no interior dos espaços urbanos e podem ocasionar riscos e vulnerabilidades de natureza socioambiental.

Essa organização social, típica do modelo de desenvolvimento urbano atual, é um dos efeitos indiretos da economia fortemente mundializada. Caracteriza-se por uma crise estrutural nas relações sociais de produção da maioria das nações, em especial em razão da natureza cumulativa concentradora do capital, fator determinante da geração das mais diversas formas de exclusão social, que redundam no que se pode chamar de “globalização da miséria”.

Sob essa perspectiva, estende-se as origens da miséria de grande quantidade de grupos sociais nos países periféricos aos demais, centros de decisão e indução do processo de mundialização. A par das condições miseráveis em termos de acesso à moradia e bens de consumo, surgem as mais diferentes estratégias de sobrevivência dos excluídos, como a prostituição, o vandalismo, o tráfico e consumo de drogas, e a violência fundada muitas vezes na ausência de perspectiva de vida (BARROS, 2004, p.270).

### 1.1.1 Circulação de Mercadorias e Mercado Mundial

Ainda que brevemente é interessante recordar alguns fundamentos clássicos da teoria marxista, no que se refere às grandes características do sistema capitalista industrial, ou seja, aquele que marcou os anos de economia ainda não hegemonicamente globalizada que caracterizam o chamado capitalismo avançado.

O sistema capitalista que caracteriza quase que globalmente as relações econômicas da sociedade humana neste início de século XXI, é um modo de produção de mercadorias, cujo processo, ocorre por meio de relações sociais de exploração da classe social que é detentora dos meios de produção – a burguesia - sobre a classe trabalhadora que opera esses meios, a fim de concluir o processo de produção de mercadorias e garantir a sua subsistência por meio da venda da sua força de trabalho (SIZE, 1997, p.32).

A dinâmica da circulação de mercadorias pelo comércio, entendida como o ponto de partida do capital, é um pressuposto histórico para o surgimento desse sistema: é o mecanismo que o sustenta e faz funcionar a estrutura da sociedade capitalista.

O comércio e o mercado mundial, que se constituem nos meios de circulação de mercadorias, inauguraram, no século XVI, a moderna história da vida do capital, ou seja, a forma direta de circulação de mercadorias é Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, que significa a transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação do dinheiro em mercadoria, em síntese; “vender para poder comprar”.

Essa, porém, não se constitui na única forma de circulação existente, podendo ser encontrada uma segunda forma que é Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro, ou seja, transformação do dinheiro em mercadoria e a retransformação da mercadoria em dinheiro, constituindo-se em um movimento contrário ao da forma anterior, comprar para poder vender. O dinheiro, que em seu movimento descreveu essa última circulação, segundo MARX (1988, p.121): “[...] transforma-se em capital e, de acordo com sua determinação, já é capital”.

Essas são, portanto, as razões pelas quais ocorre, no sistema capitalista, a contínua busca por mercados novos, assim como esses mercados são objetos de competições acirradas, pois para que o processo de transformação da mercadoria em dinheiro ocorra é necessário que seja consumada a venda da mercadoria que se dá no mercado.

Assim o modelo econômico capitalista invade todo o globo, impelido pela necessidade de mercados sempre novos, criando vínculos a fim de estabelecer-se em toda parte pela exploração do mercado mundial e imprimindo um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

A economia no modo de produção capitalista desenvolveu-se historicamente em escala de proporção planetária. A nova configuração do capitalismo mundial e os mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação demonstram que a mundialização do capital representa bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, ao desvelar a outra face da natureza do capital: a necessidade inerente de revolucionar permanentemente os meios de produção, como forma de sobrevivência e de continuada reformulação e adaptação do sistema capitalista às novas ameaças ou dinâmicas inerentes ao processo de desenvolvimento humano como um todo sócio-econômico-cultural. Nesse sentido, costuma-se afirmar que o capitalismo se apropria e se nutre de suas próprias contradições e marginalidades.

Uma das consequências dessa forma de exploração do mercado mundial, é a perda da base nacional da indústria, apontada por Marx e Engels no século XIX, mas constituindo uma afirmação extremamente atual para o início do século XXI:

As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. (MARX e ENGELS, 1998, p.34).

A mudança que se opera no modo de produção numa esfera da indústria condiciona a sua transformação no revolucionamento nas outras. De acordo com Marx (1988, p. 14): “Isto é válido primeiro para os ramos da indústria que são isolados pela divisão social do trabalho, de forma que cada um deles produz uma mercadoria autônoma, mas que, mesmo assim, se entrelaçam como fases de um processo global.”

Mas a revolução de produção da indústria e da agricultura — que se torna dependente da indústria de base tecnológica a partir de um determinado momento histórico — exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de transporte, comunicação e, mais recentemente, de informação.

Na sociedade contemporânea, esse processo de revolucionamento dos meios de produção e das relações de produções se deu com tal amplitude e intensidade do mercado como não se conheceu anteriormente na história, indicando que o capitalismo industrial passou por um processo de profunda reestruturação do processo produtivo.

Mais recentemente, essas idéias basilares têm sido debatidas intensamente, chamando à discussão filósofos, sociólogos e economistas para um debate mais amplo no âmbito das ciências sociais, geográficas, históricas e econômicas. Boaventura de Souza Santos na obra “A Globalização e as Ciências Sociais” analisa com profundidade esse processo de desenvolvimento capitalista de dimensões globais, atingindo as diversas manifestações culturais e influenciando na configuração identitária de vários povos do mundo. Santos (2002, p.29) assinala o quadro atual expressando da seguinte forma:

Estas transformações têm vindo a atravessar todo o sistema mundial, ainda que com intensidade desigual consoante a posição dos países no sistema mundial. As implicações destas transformações para as políticas económicas nacionais podem ser resumidas nas seguintes orientações ou exigências: as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais.

Outro autor, bastante conhecido, Milton Santos, destaca a importância do meio técnico-científico-informacional associado frequentemente à globalização e ao neoliberalismo, são suas palavras: “O neoliberalismo é uma forma de utilizar os recursos da ciência e da tecnologia”. Prosseguindo no seu pensamento, a citação

abaixo demonstra as condições da atual materialidade e suas relações com os progressos técnicos científicos:

Esta globalização que estamos sofrendo, esta globalização perversa, é apenas um certo uso das condições materiais atuais. Quais são elas. Resumindo grosseiramente, podemos dizer que existem, hoje, paralelamente, a possibilidade de produzir em toda parte e de criar um produto global a partir de um único sistema técnico; a possibilidade de comunicar todos os pontos do planeta; e a possibilidade de produzir uma mais-valia universal que, todavia não suporta medida. Mas, de que valeria fazê-lo se todos os dias ela muda crescendo. Eis aí, também, os dados centrais da competição do nosso tempo. (SANTOS, 1996, p. 34)

O capitalismo avançado se caracteriza, principalmente, pela maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em redes internas e externas; muitas vezes virtuais graças à modernização tecnológica (telemática e novas tecnologias da informação e da comunicação); fortalecimento do papel do capital em sua relação com o trabalho, que tem como importante consequência o enfraquecimento da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização, diversificação e precarização cada vez maior das relações de trabalho; a entrada da força de trabalho das mulheres em situação de remuneração discriminatória, em sua maioria (CASTELLS, 2001, p. 22).

Ao continuar ainda a sua argumentação, Castells destaca também a transformação do papel do Estado como regulamentador dos mercados de forma seletiva e abandono gradativo do Estado do Bem-Estar Social de forma diferenciada em cada sociedade, dependendo da natureza e das forças das instituições políticas. Isso promove o aumento da concorrência econômica em escala mundial para a acumulação e a gestão do capital em um contexto de cenários geográficos e culturais em crescente diferenciação de desenvolvimento além do já existente entre as regiões Norte e Sul do planeta que se configura na mundialização ou a globalização da economia, cujos termos se diferenciam em razão da origem e da perspectiva histórica da significação dos seus sentidos (CASTELLS, 2001, p. 23).

### 1.1.2 Mundialização e Globalização

As expressões “global” e “globalização” foram utilizadas pelas grandes escolas norte-americanas de Economia e de Administração de Empresas das universidades de Harvard, Columbia, Stanford etc., no início da década de 1980, e difundidos pelos meios de comunicação e pela mídia econômica e financeira de língua inglesa<sup>7</sup>. Os termos foram incorporados ao discurso político neoliberal, que teve como destinatários os grandes grupos econômicos, para passar a seguinte mensagem:

[...] em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais. (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Para os grandes industriais japoneses, cuja economia continua sendo uma das mais fechadas, mas cujos grupos estão entre os mais internacionalizados do mundo, esta representação significou a definição do novo mundo *triádico* que estaria nascendo, em que além dos Estados Unidos da América e da Europa, entraria o Japão como terceira força produtiva. Assim, estimular o *globalismo* significou para o Japão um chamamento aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus para a cooperação (CHESNAIS, 1996, p.23).

Esse fato pode ser observado em algumas publicações que fazem a mais extremada apologia da *globalização* e do *tecno-globalismo* e apresentam este mundo que está nascendo como sem fronteiras<sup>8</sup> marcado por empresas sem nacionalidade<sup>9</sup>.

Por outro lado, a expressão *mundialização*, que é de origem francesa,

---

<sup>7</sup> “[...] o inglês é o veículo lingüístico por excelência do capitalismo [...]” (CHESNAIS, 1996, p.24).

<sup>8</sup> “[...] ou borderless, título do livro de OHMAE de 1990” (Ibidem, p.23)

<sup>9</sup> “[...] ou stateless, expressão empregada pela influente revista Business Week, 1990” (Idem).

encontra dificuldade para se impor na esfera da economia conduzida pelo modo de produção capitalista porque, segundo Chesnais (1996, p. 24): “introduz nitidez conceitual aos termos *global* e *globalização*”.

Dessa forma, apoiando-se em Chesnais, a palavra *mundial* permite introduzir fortemente a idéia da constituição de instituições políticas mundiais capazes de limitar o livre movimento do capital, ou seja, que possua capacidade de criar mecanismos de ordem internacional que discutam, proponham e disciplinem esse deslocamento que desconhece fronteiras (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Certamente essa idéia traz reações das grandes operadoras financeiras internacionais e dos grandes grupos industriais que, após recuperar uma liberdade de ação que não conheciam desde 1929, ou talvez desde o século XIX, não querem ouvir falar em políticas mundiais coercitivas no âmbito da economia.

Essa posição das grandes empresas internacionais também pode ser observada nas questões relacionadas aos riscos ecológicos que as atividades econômicas por elas desenvolvidas, representam para todo o planeta (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Em suma, a globalização é a expressão das forças de mercado liberadas, ainda que parcialmente, e pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo para que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos. Além disso, o termo se aplica a uma visão que pressupõe que os campos da vida social sejam submetidos à valorização do capital privado, inclusive as questões relacionadas ao processo de preservação-degradação sócioambiental e urbanas (CHESNAIS, 1996, p.24).

Portanto, entende-se que o termo *mundialização* é o que melhor expressa as necessidades da sociedade, no modelo de desenvolvimento econômico contemporâneo, considerando-se implícito em seu conceito, a idéia de regulamentação e de controle social sobre a movimentação do capital industrial e financeiro internacional sobre as nações.

Nesse contexto, as empresas recorrem a novas combinações entre

investimentos internacionais, o comércio e operações transnacionais entre empresas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar as suas operações, combinando uma série de atividades transfronteiras: exportações e suprimentos externos, investimentos estrangeiros e alianças internacionais (CHESNAIS, 1996, p.13-17).

Como conseqüências da utilização destas estratégias, o setor empresarial pode tirar proveito de um alto grau de coordenação, da diversificação de operações e de sua implantação local para controlar a expansão de seus ativos em escala internacional e para reforçar o âmbito mundial de suas operações.

Assim, a necessidade de interligação e comunicação emergiu como elemento essencial dos negócios e induziu à utilização da teleinformática como resultado da convergência entre os sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica (CHESNAIS, 1996, p.27). Este aparato tecnológico criou, gradativamente as condições objetivas para a constituição de novas formas de estabelecer as relações comerciais das empresas: foram constituídas redes mundiais privadas de telecomunicações entre os grupos empresariais que possibilitam interconectá-los, assim como entre as empresas e o mercado financeiro com operação *on line* na realização de negócios em tempo real. Essas redes<sup>10</sup> possuem a capacidade de ampliar as relações de terceirização,

---

<sup>10</sup> Rede, segundo Castells (2001, p. 498): “[...] é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas [...] São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede de fluxos financeiros globais. São Conselhos Nacionais de Ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia [...] São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrisagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro, na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estado no mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais em rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação. A topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais freqüente, ou mais intensa), se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede. Por sua vez, dentro de determinada rede os fluxos não têm nenhuma distância, ou a mesma distância, entre os nós. Portanto, a distância (física, social, econômica, política, cultural) para um determinado ponto ou posição varia entre zero (para qualquer nó da mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede)”.



notadamente entre empresas muito distantes umas das outras, bem como a deslocalização de tarefas rotineiras nas indústrias que incorporaram de maneira significativa a informática como parcela relevante para o seu processo produtivo. É claro que a formação das redes mundiais de intercâmbios instrumentais difundiu-se além das relações econômicas, e possibilitou a conexão e a desconexão de indivíduos, grupos, regiões e países de acordo com determinados objetivos que são processados nas redes (CASTELLS, 2001, p. 23).

Como consequência desse processo, a inovação tecnológica se constituiu instrumento da mundialização da economia, segundo Castells (2001, p. 31): “A revolução tecnológica atual originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi ferramenta básica”, pois integra o capital global cujo movimento e lógica variável determinam as economias e influenciam as sociedades.

Nesse contexto, a sociedade contemporânea está associada ao surgimento do informacionalismo que foi moldado historicamente pela reestruturação do modo capitalista de produção, traduzido pela mundialização da economia que caracterizou fortemente o final do século XX e início do século XXI, é portanto, uma sociedade capitalista e informacional<sup>11</sup>, com penetrabilidade intensa nas esferas da atividade humana.

Sob essa perspectiva de reestruturação do modo de produção capitalista industrial, de forma a garantir a manutenção da hegemonia do sistema em um estágio de capitalismo avançado, a classe dominante continua a lançar mão de meios que convençam a classe trabalhadora, de que o capitalismo é o melhor modelo de

---

<sup>11</sup> Para Castells (2001, p. 46), o termo informacional: “[...] indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. [...] uma das características principais da sociedade informacional é a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito de ‘sociedade em rede’ [...] contudo outros componentes da ‘sociedade informacional’ como movimentos sociais ou o Estado mostram características que vão além da lógica dos sistemas de redes embora sejam muito influenciados por essa lógica típica da nova estrutura social. Desta forma a ‘sociedade em rede’ não esgota todo o sentido de ‘sociedade informacional’”.

desenvolvimento, e portanto, é por essa estrutura de sociedade que se deve lutar para viver. Portanto, a reprodução das relações de produção é um empreendimento da classe dominante, cujo modelo de sociedade é caracterizado pela mundialização do capital e pelo neoliberalismo como linha política norteadora do aparelho de Estado<sup>12</sup>.

## 1.2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O SEU CORRESPONDENTE PROJETO POLÍTICO - O NEOLIBERALISMO

*A acumulação flexível* é sustentada pelo *neoliberalismo*, que é um *projeto político* que prega o estado mínimo e pratica o aperfeiçoamento do aparelho estatal por meio de seu crescimento e fortalecimento, com a subordinação da existência social à dominação e à lógica do capital.

Essa ideologia consiste, em essência, num liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando o papel de regulação do Estado na economia. O liberalismo econômico não pode ser confundido com o liberalismo político, tendo este último interesse nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos (BOITO, 1999, p. 23).

Já o neoliberalismo contemporâneo, enquanto liberalismo econômico, não tem como objetivo a defesa da democracia, podendo inclusive prescindir<sup>13</sup> dessa forma

---

<sup>12</sup> “O Estado não é [...] um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; [...]. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. [...] para que estes antagonismos, estas classes com interesses econômicos colidentes [...] não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da ordem [...] posto acima dela se distanciando cada vez mais [da sociedade] [...] (ENGELS, s.d., p.135-134).”

<sup>13</sup> A experiência do Chile, que foi a primeira a ser adotada na América Latina, serve como exemplo de como o neoliberalismo pode prescindir do regime democrático para implantar o seu receituário econômico. Este modelo foi implantado em um regime ditatorial militar, que nomeou para a pasta do Ministério da Economia profissionais diplomados pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago (BOITO, 1999, p. 25).

de Estado. É possível detectar três grandes vertentes do neoliberalismo atual e as relações problemáticas que mantêm com o regime democrático.

De acordo com Boito, Hayel, ideólogo maior do neoliberalismo da chamada escola austríaca, separa de modo radical o liberalismo (leia-se: o neoliberalismo atual ou liberalismo econômico) do pensamento político democrático burguês.

Em sua argumentação Boito prossegue que Hayel afirma, com razão, que cada um trata de problemas diferentes: o liberalismo econômico, da liberdade econômica no mercado; o pensamento democrático, da constituição de um governo com base na regra de maioria.

Para este autor, era perfeitamente possível que o liberalismo econômico existisse sob um regime de ditadura, e viesse a desaparecer sob um regime democrático. A escola **neoliberal de Virgínia** pensou a democracia mais como um problema a ser contornado do que como um objetivo a ser atingido. Elaborou um pequeno receituário sobre como minimizar a influência do voto popular nas decisões governamentais – a idéia de instituir a reeleição no presidencialismo latino-americano inspira-se nas propostas dessa vertente [...]. **a Escola de Chicago** [...] [subtraiu] as decisões econômicas da influência do sufrágio – autonomia dos bancos centrais frente aos governos eleitos, obrigação constitucional de equilíbrio orçamentário etc. (BOITO, 1999, p. 24-25).

Como prática mundial, essa situação teve origem na Inglaterra, na década de 1980, sob o comando da Primeira Ministra Margareth Thatcher<sup>14</sup> - Dama de Ferro –, que desenvolveu uma política de governo baseada em: aumento das taxas de juros, uma grande diminuição dos impostos sobre as grandes fortunas/rendimentos, retirada do controle sobre a movimentação das operações do setor financeiro, diminuição da emissão monetária, criação de grande número de desempregados, imposição de novas leis anti-sindicais, corte de financiamentos nas políticas sociais. As diretrizes de seu Governo foram voltadas às questões financeiras, resultando no desmanche do estado de bem-estar social, na desqualificação e no isolamento de todo e qualquer movimento social. O alvo do neoliberalismo na Europa foi a destruição do estado de bem-estar

---

<sup>14</sup> Margareth Thatcher foi Primeira-Ministra do Reino Unido no período de 04 de maio de 1979 a 22 de novembro de 1990 (ARRUDA; PILETTI, 1998, p. 351).

social que se constituiu no período pós-guerra (PEREIRA, 2001, p.51).

Já nos Estados Unidos da América, na gestão do presidente Reagan<sup>15</sup>, o neoliberalismo assumiu um caráter de radicalização contra o comunismo, a partir da intervenção soviética no Afeganistão. Ele direcionou o acirramento da competição militar com a União Soviética, visando quebrar e derrubar sua economia e regime. Reagan destinou um quarto do orçamento estatal nessas ações.

Para resolver o problema, o presidente norte-americano facilitou os empréstimos para os países da América Latina, mas aumentou consideravelmente as taxas de juros do pagamento. Ao mesmo tempo em que protegeu o seu próprio comércio interno, limitou excessivamente os investimentos dos outros países em território norte americano, exerceu forte controle sobre os investimentos no exterior e monopolizou o registro de patentes. Transferiu o capital produtivo para outros países e agigantou o seu sistema bancário. Graças ao sucesso do programa implantado durante o mandato de Reagan, ainda hoje, os Estados Unidos desfrutam uma posição privilegiada, porque impõem, para os países periféricos, as regras do mercado que lhes são convenientes.

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm repercussões imediatas no mundo do trabalho. Segundo Antunes (1999, p.53):

[...] desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa”.

A projeção do neoliberalismo permitiu condições em grande medida favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no Ocidente. Esse modelo mostrava-se para o Ocidente como a mais avançada experiência de reestruturação produtiva, originado do próprio fordismo japonês transformado em via

---

<sup>15</sup> Ronald Reagan foi Presidente dos Estados Unidos no período de 20 de janeiro de 1981 a 20 de janeiro de 1989. (ARRUDA; PILETTI, 1998, p. 349).

singular de acumulação capitalista que serviu de instrumento de base, não apenas para projetar o Japão no cenário do mercado mundial, mas para torná-lo líder após a sua derrocada na 2ª Grande Guerra.

Na América Latina, na década de 1980, nos países que já se encontravam sob governo neoliberal, a regra era a redução dos gastos sociais e o aumento dos gastos financeiros. Segundo Boito (1999, p.78):

O aumento exponencial dos gastos financeiros evidencia o caráter ideológico do discurso sobre a “falência do Estado” e sobre a “falta de verbas” - um objetivo político prioritário da política econômica neoliberal [...] é atender os interesses do capital financeiro, o que é feito graças ao arrocho das verbas sociais. Considerando os anos de 1980 ou de 1981 como base 100, Sainz e Calcagno mostram que os gastos [...] totais com saúde, habitação e educação tinham caído, em 1987, para um índice de 91 pontos na Argentina, enquanto, [...] os gastos financeiros correntes subiam para 153,4 pontos. No Chile, [estes] gastos [...] caíram, entre 1980 e 1988, de um índice de 100 para 85,1 pontos, enquanto os gastos financeiros subiram [...] 1.359 pontos. No México, os mesmos gastos sociais caíram, no mesmo período, de 100 para 63,4 pontos, enquanto os gastos financeiros subiram para 576,2 pontos.

As economias ocidentais logo após o segundo choque do petróleo, ocorrido entre 1979 e 1980, são desenvolvidas por meio de políticas de austeridade competitiva, com o objetivo de fugir da superprodução relativa e da diminuição dos lucros, por meio da expansão dos mercados em busca principalmente dos mercados externos, implicando na maior compressão possível dos custos de produção neles compreendidos e dos custos inerentes aos salários (BIHR, 1998, p. 108).

A interdependência das economias ocidentais internacionalizadas forçou os governos a se engajarem na mesma via, visando consolidar um aparelho produtivo nacional a fim de conquistar o mercado interno e competir no externo com os demais países produtores. Segundo Bihir (1998, p. 108): “O chamado “constrangimento externo” a partir de então revelava de maneira brutal que um verdadeiro salto qualitativo havia sido dado com a garantia de um movimento contínuo: passou-se da *internacionalização* do capital à sua *transnacionalização*”.

Nessas condições, os Estados capitalistas centrais abandonaram qualquer

política de planificação ou alteraram o sentido do planejamento econômico. Favoreceram a constituição de oligopólios “nacionais” de peso para possibilitar a sua operação no mercado mundial e, por vezes, organizaram a retração e o desaparecimento da parcela do capital nacional incapaz de operar mudanças desse porte. Efetivamente, os aparelhos de Estado passaram a se comportar como agentes da transnacionalização do capital (BIHR, 1998, p. 112).

Por outro lado, cabe ainda ressaltar que, em conformidade com o pensamento do autor Benko (1996, p. 43), as mutações econômicas mais recentes geram novas formas da industrialização, e, sobretudo remetem à expansão espetacular da produção de alta tecnologia. Sendo assim, a reestruturação da indústria, o surto das atividades de serviços e a crise econômica decorrente contribuíram de forma significativa para as novas formas de organização territorial, em que novos espaços industriais baseados em atividades de ponta geraram regiões e cidades com profundas mudanças estruturais, essencialmente nos espaços metropolitanos.

Este novo sistema produtivo, continua Benko em sua argumentação, emerge de forma dolorosa, contraditória e incerta, pois os sistemas viáveis e coerentes do paradigma antigo oriundos da primeira revolução industrial e da produção fordista em massa são arrastadas mesma profunda crise econômica e social.

Há claras dificuldades para a produção econômico-industrial evoluir na transição do fordismo para toyotismo ou para o que se pode chamar de sistemas pós-fordistas flexíveis.

Este conjunto de inovações no sistema produtivo leva ao deslocamento geográfico das atividades econômicas nas cidades e áreas urbanas, com conseqüências demográficas e sociais intensas.

### 1.3 CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Neste item será feita uma síntese do desenvolvimento da economia brasileira em direção a um padrão de política econômica globalizado, para subsidiar a discussão sobre industrialização, metropolização e segregação socioespacial do Capítulo 2, onde será feito um melhor detalhamento das repercussões desse cenário de desenvolvimento no espaço urbano.

No cenário nacional é importante lembrar que a ditadura militar, implantada no Brasil em 1964, embora tivesse liquidado o populismo e reprimido violentamente os movimentos populares, eliminando, dessa forma, uma das bases sobre a qual se sustentava a política de desenvolvimento da indústria nacional, não implantou uma política global de desregulamentação. Ela promoveu, dentre outras questões, o arrocho salarial e manteve a intervenção econômica do Estado com vistas ao crescimento e à diversificação do parque industrial (BOITO, 1999, p.115).

Internacionalmente, como já vimos, a década de 1980 apresentou um aumento substancial do crescimento dos grandes grupos empresariais mundiais. Esse crescimento foi possível pelo reflorescimento da expansão desses grupos no espaço internacional e pela forma assumida por essa expansão, seja pela aquisição de companhias nacionais pelo capital estrangeiro, seja pela criação de novas companhias, também pelo capital estrangeiro (CHESNAIS, 1996, p.91).

O Brasil se insere nesse cenário gradativamente, podendo-se perceber a consolidação desse processo nos anos de 1980, período em que as transformações econômicas, sociais e políticas são verificadas mais fortemente na sociedade brasileira. Inseridas num quadro crescente de mundialização, estas transformações foram acompanhadas e, em parte, induzidas por profundas alterações nacionais de natureza demográfica e ambiental.

É nesse processo que ocorre com mais vigor a desconcentração industrial para o aglomerado urbano de São Paulo, e o crescimento diferencial no entorno

geopolítico ampliado da cidade de São Paulo, principalmente em direção do interior do próprio Estado e no Eixo Belo Horizonte – Porto Alegre.

O papel do Estado foi fundamental na distribuição espacial das indústrias no território brasileiro. Por via de incentivos fiscais para as indústrias de fabricação de materiais eletroeletrônicos para Manaus, por meio da criação de indústrias intermediárias<sup>16</sup> estatais na região Leste do país, assim como na desconcentração da indústria tradicional para o Sul do país (TORRES, 1993, p. 49).

É nesse contexto que as atividades da sociedade brasileira, por meio das organizações sindicais e dos movimentos populares, se intensificam para a redemocratização do país com esforços em diversos setores para que a abertura política fosse efetivada.

Simultaneamente ao processo de organização da sociedade para a abertura política do país, observa-se que o Estado muda o papel nesse cenário de mudanças que acontecem ao longo dos anos 1980. Nesse período ocorrem sucessivas crises econômicas internas e externas, como a crise do petróleo, o endividamento com fontes externas e a crise do crescimento da dívida interna. A década em questão também representa a finalização de um padrão de acumulação de capital que marcou o Brasil por aproximadamente 30 anos, durante o processo da constituição de sua matriz industrial (NATAL, 1994, p.68).

Como uma das principais consequências desse processo tem-se o abandono das políticas de busca pelo pleno emprego pois o Estado Neoliberal nessa questão em particular possui caráter poupador de mão-de-obra.

A integração das políticas neoliberais nos países como o Brasil foi resultado de uma forte influência das iniciativas desencadeadas pelas associações patronais européias e norte-americanas contra o desenvolvimento tecnológico dos países de periferia, como forma de garantir ao mesmo tempo a dependência tecnológica desses

---

<sup>16</sup> “[...] intermediários (minerais não metálicos, metalurgia, papel e celulose e petroquímica)” (TORRES, 1993, p. 48)



países e o domínio desse mercado pela produção industrial dos países centrais, como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra (BOITO, 1999, p.116).

Em setembro de 1985 esses países agruparam-se no conhecido Grupo dos Cinco. Dentre outras questões esse grupo entendia como prioritária a liberalização do comércio exterior e a privatização das empresas estatais dos países da periferia, exercendo forte pressão como a do governo Reagan sobre a América Latina. Segundo Boito (1999, p.116): “No Brasil, essa política apareceu claramente na exigência estadunidense de que o governo brasileiro liquidasse a reserva de mercado para a indústria nacional de informática”.

Como um dos reflexos da adoção dessas políticas pelo Brasil, percebe-se o enfraquecimento do Estado Nacional, principalmente em sua capacidade de financiamento dos investimentos produtivos, e conseqüentemente, para atuar diretamente na promoção da integração do território nacional.

Esse processo é ilustrativo da mudança do rumo no que se refere à participação do Estado brasileiro nas questões de planejamento territorial na medida em que, de acordo com Oliveira e Simões (2004, p. 2): “as preocupações governamentais passaram a ter como objetivos principais a elaboração de políticas econômicas como as políticas monetária e fiscal, o controle inflacionário e o controle das dívidas, interna e externa”.

Encontram-se articulados a esse novo papel do Estado, os impactos das transformações produtivas e organizacionais do capitalismo central sobre o território nacional que se intensificaram a partir de meados dos anos noventa, tendo como principais pontos da política de inserção internacional e de comércio exterior, dentre outras questões, a defesa do multilateralismo, a consolidação do processo de integração do Mercosul; o relacionamento estratégico com os países desenvolvidos e os blocos de nações desenvolvidas, vinculado à incorporação de tecnologias, atração de investimentos e abertura de novos mercados.

Nesse contexto, o interesse estratégico do Brasil foi fortemente induzido pela abertura de mercados para produtos brasileiros e de obtenção de insumos e bens

semi-acabados, como base para o processo de industrialização nacional, como forma de obter maior competitividade no mercado nacional e internacional.

Assim, os principais objetivos da política de comércio exterior do Brasil, nesse período, podem ser sintetizados por Caron:

a) aumentar a eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, o que implica: incorporar tecnologias; incorporar padrões de produtividade internacionais; importar mais para exportar mais; aumentar valor agregado das exportações; rever estrutura tarifária; modernizar corredores de exportação; buscar novos nichos de mercado; criar mecanismos de financiamentos e incentivos à incorporação de novas tecnologias e produção destinada à exportação; b) liberalizar importações: redução da proteção tarifária; aprimoramento das proteções não tarifárias; expor a indústria nacional à competitividade internacional. (CARON, 1997, p. 125).

Esses objetivos resultaram no ajustamento do sistema econômico nacional assim como influenciaram as estratégias das empresas e das indústrias para se adaptarem à nova realidade nacional e internacional.

A adoção dessa política industrial pelo governo de Fernando Henrique Cardoso no período de 1995-1999 foi composta por um forte estímulo ao ingresso de investimentos externos, diretos ou em parcerias com empresas nacionais que, somadas com as poupanças internas, potencializaram a capacidade de investimentos e modernização do parque produtivo nacional (CARON, 1997, p. 127).

Como consequência, verificou-se a criação de novos pólos de exportação com a inclusão de novos produtos, o surgimento de novas regiões produtoras e consumidoras de novas empresas, assim como a integração da economia brasileira no comércio regional e mundial.

Essa nova etapa de expansão da economia brasileira tem como elemento estratégico, a desconcentração da base industrial do país. Dessa forma, o desenvolvimento de novos pólos regionais e o fortalecimento de pólos ainda incipientes, foi estimulado pelo governo federal, segundo Caron (1997, p. 130),

No tocante aos novos pólos de exportação [foram] levadas em consideração as potencialidades regionais como elos facilitadores do desenvolvimento desse projeto.

Embora o conceito de pólo de exportação esteja vinculado a pólos setoriais de desenvolvimento, em função de maior disponibilidade de fatores de produção, maior concentração industrial ou disponibilidades tecnológicas, os pólos de exportação também têm um alcance no desenvolvimento regional.

#### 1.4 DOS REARRANJOS PRODUTIVOS GLOBAIS À SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO

A redefinição dos padrões de distribuição espacial da atividade produtiva incentivada por ações governamentais representa um dos elementos da atual etapa da expansão mundial capitalista, bem como da sua expressão política de estado, o neoliberalismo, cujas ações têm como um de seus propósitos o de garantir a consolidação desse modo de produção, enquanto modelo de desenvolvimento econômico e de organização política de sociedade (TORRES, 1993, p.43).

Essas transformações que se operaram nos territórios nacionais e regionais em decorrência do processo enfatizado, são visíveis, podendo-se destacar,

[...] o desmonte progressivo das barreiras nacionais de todos os tipos tanto do poderoso mecanismo integrador da mídia como da transnacionalização dos capitais e da mundialização dos mercados, [que] tem levado a um enfraquecimento progressivo dos Estados nacionais e à derrocada das políticas desenvolvimentistas fortemente protecionistas. Isto significa que os desenhos dos mercados – e especialmente dos mercados urbanos – não podem ser mais circunscritos a uma escala nacional e muito menos presos a uma hierarquia territorial do tipo Nacional/Estado/Cidade. (ROLNIK, 1997, p. 354).

Sob a perspectiva da organização do processo produtivo, esse modelo decorre da reconversão industrial ou pós-fordista, cujas principais características são a automação, a flexibilidade e a terceirização dos processos de trabalho, e do ponto de vista espacial, na eliminação progressiva das grandes plantas industriais e na configuração de uma enorme cadeia de “subempreiteiros” e prestadores de serviços.

Do ponto de vista social, esses processos significaram não apenas o aparecimento de outras formas de organização da produção, como também a

modificação das relações de trabalho com parcelas cada vez maiores de trabalhadores excluídos das garantias trabalhistas, segundo Rolnik (1997, p. 355),

Estas mudanças implicam aumento infinitivo da informalidade: nas relações de trabalho, nas formas de inserção urbana. Soma-se a isto o desmonte das políticas de Bem-Estar, Salário Indireto e Pleno Emprego [...] essas características, somadas às novas tecnologias de comunicação, que redefinem a variável distância de forma radical, têm implicado no desaparecimento do modelo “clássico” de cidade industrial.

Esse contexto remete indiretamente ao Estado como gerenciador do capital, dentre outras funções, ao estimular o desenvolvimento empresarial por meio de incentivos fiscais, bem como pela concessão de infra-estrutura e aporte de recursos indiretos como a isenção de impostos e qualificação de mão de obra, só para citar alguns exemplos. E remete diretamente no papel de cessão de terrenos, abertura e/ou adequação de rodovias, modernização de portos e aeroportos, para transporte e escoamento de mercadorias, de forma a garantir a criação e desenvolvimento de empreendimentos industriais e de serviços.

Essas estratégias de desenvolvimento inserem-se no quadro de reestruturação da economia mundial e encontram-se apoiadas na construção do paradigma sobre o papel econômico das cidades no panorama da globalização. Assim são oferecidas ao capital condição de mobilidade e gestão, como forma de atração para o interior das cidades, a localização de suas atividades, causando a distinção dos lugares pela capacidade de oferta de produtividade (MOURA, 2004, p. 152).

Em consequência dessa noção tem-se, segundo Moura (2004, p.152): “[...] a disputa entre os lugares que se lançam como produtos num mercado mundial de cidades”, e ainda, enfatiza a autora, essa situação propicia às empresas melhor condição para a escolha de sua localização e agregar requisitos diversos para a definição desse lugar como à adaptação política e institucional, a adoção de normas e legislações inseridas às lógicas globais.

Tem-se dessa forma, a produção do espaço como resultado da atuação do jogo de forças existentes na sociedade, cuja configuração deveria resultar da lógica

relacionada às preocupações com a convivência dos distintos interesses e para a existência de atividades diversas no mesmo espaço, que estabelecem relações sobre as quais a análise torna-se indispensável. Esclarece-se que o conceito de espaço aqui utilizado é no sentido de território conforme Santos:

[...] o território deve ser visto como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. É formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, em outras palavras, a base técnica e as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política. Os acréscimos são destinados a permitir, em cada época, uma nova modernização, que é sempre seletiva” (SANTOS, 1999, p.6).

Para subsidiar essa análise, este capítulo apresentou em linhas gerais elementos constitutivos do modelo de desenvolvimento econômico vigente na sociedade contemporânea, as transformações que se processaram no modo de produção e, conseqüentemente, nas relações de trabalho, em cujo contexto revelam-se formas crescentes de excluídos da nova ordem.

Essa exclusão social é provocada, de acordo com Jacobi (2004, p. 180): “[...] por um mercado de trabalho mais seletivo [e] introduz um fator complicador, que é um número cada vez maior de pessoas que não têm outra opção senão trabalhar em empregos socialmente excluídos” e no mercado informal, sem condições de comprovação de renda, o que não permite a compra ou a locação de um imóvel para moradia no mercado formal.

Entende-se como relevante a observação de Moretti (2004, p.214) ao dizer que essas atividades de trabalho e sobrevivência são caracterizadas, dentre outros elementos, tanto pela instabilidade como pelo baixo rendimento, induzindo aos que se encontram nesses grupos, a buscar a redução das despesas fixas como aluguel, por exemplo. Assim, torna-se inevitável a fuga para alternativas mais compatíveis com a precarização do trabalho.

No entanto, as alternativas que se apresentam nessas circunstâncias como a auto-construção em lote próprio, cedido ou ocupado irregularmente, nem sempre se

viabiliza. Dessa forma, segundo Moretti (2004, p. 214): “[...] a tendência é a busca de uma alternativa menos onerosa e formal de locação, freqüentemente em bairros precários ou afastados das áreas centrais”, que comumente constituem territórios sujeitos a riscos de natureza ambiental ou social, que expõe esses grupos de mais baixa renda.

[...] aos riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas pela disposição clandestina de resíduos tóxicos industriais, acidentes com cargas perigosas, vazamentos em postos de gasolina, convivência perigosa com minerações, por meio do ultra-lançamento de fragmentos rochosos e vibrações provenientes da detonação, etc. (JACOBI, 2004, p.170).

Portanto, analisar o funcionamento da sociedade com o olhar do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico em termos mundiais, permite a compreensão a respeito das dinâmicas que influenciam a segregação socioespacial em áreas de risco ambiental. Este processo revela a ligação existente entre riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, em uma dimensão problemática das condições ambientais das cidades ou de alguns setores urbanos, de difícil enfrentamento, como é o objeto de estudo do presente trabalho.

Esse breve relato indica que as cidades, um dos *locus* privilegiados das relações socioeconômicas é, ao mesmo tempo, beneficiária e depositária de vários tipos de relações injustas e problemáticas desse processo de desenvolvimento econômico.

No próximo capítulo, serão detalhados esses relacionamentos, em um cenário de urbanização e industrialização estimulado a partir da incorporação de uma área periférica ao processo de expansão urbana de Curitiba e sua Região Metropolitana.

**CAPÍTULO 2**  
**INDUSTRIALIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO, E SEGREGAÇÃO**  
**SOCIOESPACIAL**

## 2. 1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AMBIENTE E CIDADE

O modelo econômico capitalista hegemônico na sociedade contemporânea produz relações sociais e de produção contraditórias e, pode-se afirmar que um dos pilares de sua sustentação é a indústria, cujo processo de expansão vem ocorrendo há mais de dois séculos, e que representou o principal motor de transformações da sociedade.

Dentre as modificações operadas no transcurso do desenvolvimento industrial, ressaltam-se as questões referentes à cidade e a metamorfose da realidade urbana. De fato, a industrialização caracteriza a sociedade moderna que, segundo Lefebvre (1981, p. 3),

[...] não tem por consequência, inevitavelmente, o termo ‘sociedade industrial’ [...] ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos [pela industrialização] e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce à nossa volta.

Com efeito, essa ênfase conceitual colabora para a compreensão de que não foi a indústria que fez surgir a cidade, pois a sua construção remonta a épocas anteriores à industrialização - muito antes desse período já havia existido a cidade oriental<sup>17</sup>, a cidade arcaica<sup>18</sup>, a cidade medieval<sup>19</sup> que conferiram à cidade um aporte histórico de poder. Segundo Lefebvre (1991, p.4): “A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora nômades, relegados para fora da cidade”.

---

<sup>17</sup> Ligada ao modo de produção asiático (LEFEBVRE, 1991, p.4).

<sup>18</sup> Grega ou romana, ligada à posse de escravos (idem).

<sup>19</sup> Numa situação complexa inserida em relações feudais, mas em luta contra a feudalidade da terra (idem).



Assim o autor afirma que a cidade é o lugar do mercado onde se estabelece o comércio, é a fonte de capitais disponíveis, onde moram os dirigentes econômicos, políticos, mas é também o lugar das classes trabalhadoras, finalmente, é onde se concentram os meios de produção, a produção do conhecimento, as técnicas e as obras - de arte e monumentos. Quando surge a indústria, a cidade já existia concentrando poder, saber e fazer, constituindo uma poderosa realidade construída e metamorfoseada pelas transformações históricas e se tornando o centro de vida social e política e onde também se acumulou as riquezas.

O capitalismo comercial e bancário permitiu a mobilidade da riqueza, configurando um circuito de trocas e redes para a transferência de dinheiro. Fez com que a riqueza deixasse de ser prioritariamente imobiliária, deslocando a predominância da produção agrícola e propriedade da terra como questões centrais do capitalismo. De acordo com Lefebvre (2001, p.5)

As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em *rede de cidades*, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) feita entre essas cidades ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias.

Há uma estrutura que se levanta sobre essa base que, para Lefebvre (2001, p.5), é o Estado: “[...] o poder centralizado, causa e efeito dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras: a capital”.

A tendência do sistema urbano acima descrito foi historicamente determinada para cristalização e fixação. Onde esse sistema se consolidou, houve atraso do capitalismo e da industrialização, como foram os casos na Alemanha e na Itália. Assim, a industrialização implica uma mudança que rompe com o sistema urbano que existia no período anterior à sua implantação e desconstrói as estruturas estabelecidas: a indústria pode prescindir da cidade antiga quando esta constitui aglomerações nas qual o caráter urbano se deteriora (LEFEBVRE, 2001, p.7).

Porém, continua o autor, nas regiões em que já existia uma rede de cidades antigas, a indústria se instala, de acordo com o seu interesse e se apodera dessa rede, remanejando-a segundo suas necessidades. A indústria tende a romper e a se apoderar dos antigos núcleos das cidades, o que não impede a extensão do fenômeno urbano como as cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios, compreendendo a inclusão de favelas onde o processo de industrialização não conseguiu ocupar e fixar a mão-de-obra disponível. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a cidade contribui para acelerar o processo de produção, ou a produtividade em razão de concentrar os elementos necessários à produção das mercadorias, pode-se dizer que a localização das empresas ou indústrias provoca nas cidades uma aceleração de crescimento populacional e territorial (LEFEBVRE, 2001, p.7).

Temos à frente um duplo processo ou, se se preferir um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto o processo é conflitante. Existe historicamente, um choque violento entre realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. Este processo dialético, longe de estar elucidado, está também longe de ter terminado. (LEFEBVRE, 2001, p.9).

Como forma de compreensão do caráter indutor da industrialização, no desenvolvimento capitalista recente e na metropolização dos centros urbanos, serão aprofundados no próximo capítulo, os aspectos relativos aos aglomerados urbanos e as consequências para o processo preservação-degradação sócio-ambiental que podem ser evidenciadas, dentre outras questões, pela segregação sócio-espacial e pela exposição aos riscos ambientais.

## 2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO

Conforme foi ressaltado no capítulo anterior, a indústria se constituiu historicamente num dos elementos indutores no processo de transformação das cidades. Esse fenômeno ocorre por diversos fatores, dentre os quais se destaca o caráter urbano da produção industrial, em razão de que é nas cidades que se concentram o capital e a força de trabalho.

A concentração do capital e do trabalho nas cidades foi resultado da forma estruturada do modo de produção capitalista, a partir do mercantilismo e serviu como suporte ao seu desenvolvimento. Por sua vez, o espaço das indústrias é por excelência o local em que se dá a produção de mercadorias por meio do trabalho.

É nesse processo que há a transformação da matéria-prima, ou de elementos da natureza, nos mais diversos produtos, sendo ela mesma, a indústria ou a fábrica, fruto deste processo de transformação da natureza. (SPOSITO, 2005, p. 43).

Assim, a cidade também é resultado da transformação da natureza operada pelo trabalho e pelos meios de produção, e como consequência, a construção da cidade não pode ser atribuída apenas ao ser humano, mas também à natureza que garantiu o suporte necessário a este processo; logo, a cidade é a natureza modificada pelo trabalho do ser humano (MENDONÇA, 2004, p. 185).

Nessa lógica, se foi o trabalho que permitiu as metamorfoses históricas das cidades, então quando o trabalho se modifica, quando mudam as relações de produção, mudam as cidades e no período em que se intensifica a industrialização, ou seja, em que há predomínio da atividade industrial sobre as outras atividades econômicas, concomitantemente ocorre um processo que tende a constituir uma rede de cidades, com certa divisão do trabalho - técnica, social e política, são estabelecidas entre estas cidades que estão ligadas por meio de estradas, vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias, sobre as quais se institui o Estado enquanto poder centralizado.

Dessa forma, ambos os processos, industrialização e urbanização, devem ser associados para realizar uma análise que corresponda ao movimento de consolidação e

transformação do capital, assim como o de migração populacional, como algumas das principais conseqüências do processo do desenvolvimento econômico.

A industrialização promoveu a urbanização no sentido, segundo Lefebvre (2001, p. 142): “[...] [da localização dos] meios da produção e para os dispositivos da exploração do trabalho social por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão”.

Essa relação existente entre a industrialização e a urbanização confronta-se na medida em que a realidade urbana e a realidade industrial possuem especificidades que nem sempre são convergentes. Esse movimento ocorreu, por exemplo, no continente europeu

[...] em Veneza [onde] a população ativa abandona a cidade pela aglomeração industrial que, no continente, tem o dobro de seu tamanho: Mestre. Esta cidade [...] está ameaçada [...] pelo êxodo de habitantes. Em Atenas, uma industrialização relativamente considerável atraiu para a capital as pessoas das cidades pequenas [...]. No entanto, o núcleo organizacional da cidade continua muito forte [...] Na França, seria possível citar inúmeras cidades submersas pela industrialização: Grenoble, Dunquerque etc. Em outros casos, há uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização [...] com pouca industrialização. Este seria o caso de Toulouse. (LEFEBVRE, 2001, p. 9).

O fenômeno urbano ocupa a maior parte do território nos países industrializados e as indústrias possuem a capacidade atração de grupos populacionais. Esse processo se instala nos centros urbanos, na análise de Sposito (2005, p.40) transformando as suas feições e negando o social urbano impondo-lhe a racionalidade industrial. Movimento esse que ocorreu na história

[...] a partir da intensificação da produção industrial, tornada viável tanto graças ao capital acumulado, como pelo desenvolvimento técnico-científico a que se denomina Revolução Industrial, a urbanização tomou ritmos muito acentuados. Esta relação direta entre os dois processos, não se deu da mesma forma nem com a mesma intensidade por todo o território europeu, embora seja comum se falar da urbanização européia do século XIX como algo uniforme. (SPOSITO, 2005, p. 49).

O exemplo que melhor reflete o processo de impulso da urbanização a partir do desenvolvimento industrial neste período foi, de acordo com Sposito (2005, p. 49): “[...] sem dúvida, o da Inglaterra, primeiro espaço de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial”. Ainda, segundo a autora o aumento da concentração populacional verificado na primeira década do século XIX na Inglaterra foi de 10% no número de cidades com mais de cem mil habitantes e subiu para 20%, 40 anos depois, demonstra o papel desempenhado pela indústria no crescimento das cidades, pois este índice é considerado alto quando comparado com o crescimento observado no século anterior na Europa.

No Brasil, esse fenômeno intensifica-se no início do século XX conforme o verificado na cidade de São Paulo no contexto de 1938 em que, segundo Carone (1984, p. 37): “[...] a mão-de-obra operária qualificada, praticamente representada pelo europeu imigrado e por artífices vindos de outras regiões, atraídos pelas oportunidades naturais de uma cidade em crescimento assustador [...]”.

Essa atração desencadeou uma mudança no perfil das cidades brasileiras no início do século XX, quando se modificou o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, passando da produção de produtos primários para exportação, caracterizados pelos três grandes ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café, para o período da industrialização.

Como um dos resultados dessa mudança os espaços nas cidades foram ocupados de acordo com a capacidade de pagar aluguel ou comprar uma casa cujas dimensões e condições de moradia eram determinadas pela condição de ter emprego ou não, ou pelo poder de compra determinado pelos salários.

Assim o perfil das cidades que receberam as indústrias foi adquirindo os contornos em que a situação dos bairros operários, como por exemplo, os do Rio de Janeiro em 1938 predominavam

[...] as habitações coletivas [...] em todas as ruas pessimamente instaladas [...] Casas escuras, úmidas e velhas, acham-se repletas de moradores que aí vivem acumulados em

cubículos impróprios, mal arejados e deficientemente iluminados. [...] Por entre todas estas construções, por vezes, surgem barracos de madeira, inúmeros barracos, com coberturas de zinco enferrujado, o pé de chuchu, ou e maracujá florindo à beira, resguardando-o da inclemência do sol. (CARONE, 1984, p. 33).

Esse período, que foi caracterizado pela expansão da industrialização, ampliou os contornos das cidades criando espaços cada vez mais distantes, espalhando as manchas urbanas, deslocando os grupos populacionais e criando contornos cada vez menos nítidos entre o urbano e o rural, entre as regiões urbanas e intra-urbanas<sup>20</sup>.

Esta influência sobre a expansão da mancha urbana exercida pela distribuição da localização das indústrias nos subúrbios deve-se muito mais à construção de novas fábricas do que um movimento dos negócios da cidade central para locais suburbanos, segundo Gottdiener (1997, p. 249): “[...] embora as cidades centrais tenham perdido as indústrias no curso dos anos continuam a atrair novas fábricas.”

Ao lado desse processo de transformação da produção e de distribuição da localização industrial, que influenciou sobremaneira a expansão da malha urbana, encontra-se a intervenção do Estado em atividades que realizou e realiza em conjunto com o capital do setor imobiliário e cuja aliança foi responsável pelo crescimento da indústria suburbana em todas as áreas dos Estados Unidos, por exemplo, (GOTTDIENER, 1997, p. 250). Nesse país, houve um grande desenvolvimento suburbano em um curto espaço de tempo, que foi consequência,

[...] particularmente de uma onda de construção de novas fábricas que se seguiu ao

---

<sup>20</sup> “A expressão *espaço urbano*, bem como “estrutura urbana, “estruturação urbana, “reestruturação urbana” e outras congêneres, só podem se referir ao intra-urbano. Tal expressão deveria ser, pois, desnecessária, em face de sua redundância. Porém, espaço urbano – e todas aquelas afins – está hoje de tal forma comprometida com o componente urbano do espaço regional que houve necessidade de criar outra expressão para designar o espaço urbano; daí o surgimento e uso de intra-urbano. Aquilo que grande parte da recente literatura espacial progressista tem chamado de espaço urbano refere-se, na verdade, ou ao processo de urbanização genericamente abordado, ou a espaços regionais, nacionais, continentais e mesmo planetário. Nos últimos casos, o espaço urbano aparece como elemento de estruturas espaciais regionais, nacionais, continentais ou planetárias. Com efeito, das duas uma: ou se estuda o arranjo *interno* dos espaços urbanos, ou se estuda o arranjo *interno* dos espaços regionais, nacionais ou planetário. Nos dois casos, óbvio, o espaço é *intra*. Portanto, a expressão espaço urbano – não há como ser diferente – só pode referir-se ao espaço intra-urbano, assim como a expressão *espaço regional* se refere ao intra- regional.” (VILLÇA, 2001, p.19).

abandono depois da [Segunda] guerra [Mundial] de controles sobre a construção [...] a desvantagem comparativa das cidades centrais mais antigas [nos Estados Unidos] não deveria ser interpretada como se se devesse a uma obsolescência tecnológica, apenas a uma forte diferença na capacidade relativa [da cidade central] de atrair novas indústrias que atuou em favor dos subúrbios. (GOTTDIENER, 1997, p. 251).

No caso norte-americano as grandes indústrias concentradas interiorizaram muitas das economias de aglomeração, que antes favoreciam a cidade central como local de indústria. Conseqüentemente, esta mudança para as regiões metropolitanas refletiu o crescente poder da empresa de negócios altamente concentrada. Segundo Gottdiener (1997, p.251): “[...] uma maior mobilidade deu às corporações a capacidade de controlar os custos do trabalho na mudança de localização e organização, prelúdio do que é atualmente uma estratégia global de garantia de mão-de-obra”.

A mudança para localizações metropolitanas e periféricas globais com trabalho barato é um estágio nesse processo mundial (GOTTDIENER, 1997, p. 251).

No Brasil conforme os trabalhos de Carone pode-se observar que as grandes zonas industriais se desenvolveram ao longo de grandes vias regionais. Inicialmente ao longo das ferrovias, depois ao longo de rodovias com intensificação na década de 1890, sem a intervenção do poder público, a fim de ordenar a ocupação e os loteamentos que configuraram os aglomerados urbanos, mudando o perfil das cidades, naquele final de século:

[...] os loteamentos se alastraram sob os olhos complacentes das autoridades, preocupadas somente com os arruamentos em xadrez e com as ruas de 16 metros de largura. Nas proximidades das novas linhas de bonde ou das estações de estrada de ferro, ao longo das velhas e tortuosas estradas rurais [...], foram surgindo então os novos bairros ditos operários [...] Vários industriais e sociedades de capitalistas trataram de construir conjuntos residenciais para fixar à volta de suas fábricas famílias operárias de mão-de-obra qualificada. Principalmente industriais de tecidos, cujos estabelecimentos, naquela época pioneira, eram sempre muito próximos às linhas férreas, então os únicos meios de transporte de mercadoria e de passageiros. Daí, o fato das vilas operárias também estarem próximas às estações dos chamados trens de subúrbio. (CARONE, 1984, p. 37).

Durante o período de acumulação do capital em que a indústria se constituiu num dos principais elementos de produção da lucratividade, a economia exigiu um sistema de produção em massa em grandes fábricas e uma força de trabalho estável em tais estabelecimentos, numa base regular e com extensas jornadas de trabalho, que segundo Gottdiener (1997, p.82)

Esse estágio se distingue do anterior, que enfocava o processo global de colonização e comércio que ‘exigia’ cidades portuárias que funcionasse bem e com mercados; distingue-se também do estágio de cidade corporativa, que ‘exige’ a necessidade de escritórios centrais de administração e negócios.

Essa configuração espacial das cidades, que sofreu forte influência do processo de produção que se dava principalmente em fábricas, possibilitou que a luta de classes se expressasse de maneira mais visível em conflitos abertos. Por sua vez, os proprietários das fábricas precisavam proteger o patrimônio de sua propriedade da exposição a esses conflitos.

Esse contexto determinou a utilização de diferentes estratégias, dentre elas destaca-se a desconcentração da produção isolando a força de trabalho da inquietação e agitação coletiva, segundo Gottdiener (1997, p.82): “[...] a decisão coletiva dos capitalistas de mudar suas fábricas das cidades centrais densamente povoadas para áreas adjacentes, foi causada pela necessidade de maior controle sobre a força de trabalho”.

Essa tendência colaborou para a criação de infra-estrutura que deu início à descentralização metropolitana, ou seja, o crescimento da cidade ocorria com a finalidade de ligar-se às cidades-satélites e sítios industriais localizados em áreas suburbanas, concepção de Gottdiener.

Esse processo de desconcentração urbana foi facilitado pela construção de ferrovias; no entanto, outros elementos, na visão de Gottdiener, foram agregados à necessidade de descentralização da localização industrial, como a especulação com a terra, a ideologia pró-crescimento - que estimula os incentivos à migração, os ciclos na



acumulação de capital, os conflitos entre frações do próprio patronato, inovações na tecnologia dos transportes e das comunicações,

[...] ao lado daquelas transformações associadas ao capitalismo tardio como, por exemplo, o crescimento e o desenvolvimento da organização capitalista global, que associou áreas periféricas a uma intensificação geral dos processos de industrialização e comercialização; integração global, que abriu novas fontes de mão-de-obra e de matérias-primas; proliferação dos processos industriais de múltiplos estágios e múltiplas fábricas, “tornando antiquada a idéia de que uma localização única é melhor”; novas formas de automação e de tecnologia da produção sintética, que atenuaram dependências anteriores do mercado de matéria-prima e de mão-de-obra; crescimento da importância de grandes companhias para o bem-estar econômico geral, que lhes permitiu obter condições de infra-estrutura e financeiras atraentes; e, finalmente, a maior capacidade científica das firmas de calcular valores ótimos de localização e de estruturas componentes para seus propósitos de produção. (GOTTDIENER, 1997, p. 84)

Ainda que esses elementos se configurassem como preponderantes no processo de localização de um empreendimento industrial, há um determinante para a definição do estabelecimento do lugar que é, segundo Castells (1983, p.165): “[...] comandada por uma tendência de aumentar ao máximo as taxas de lucros”.

Podemos afirmar que, para compreender a estruturação da cidade em uma sociedade que o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social, e por consequência, o elemento produção está na base da organização do espaço, [...] não basta pensar em termos de estrutura urbana; é preciso definir os elementos da estrutura urbana e suas relações antes de analisar a composição e a diferenciação das formas espaciais porque

[...] trata-se [portanto] de ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades, para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais estudadas; a oposição entre determinações natural e cultural do espaço deve ser ultrapassada a partir de uma análise da estrutura social considerada como processo dialético de correlacionamento dos dois tipos de elementos por meio das práticas sociais determinadas por suas características históricas; a diferenciação de um espaço, a distinção entre as funções e processos correlacionando as diversas unidades não têm significação, se elas não se referem a elementos teoricamente significativos, que situam o conteúdo do espaço no conjunto da estrutura social. (CASTELLS, 1983, p. 157).

O estudo do espaço urbano, enquanto expressão da estrutura social insere no estudo de sua modelagem, a incorporação da análise dos elementos compostos pelos sistemas econômico, político e ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais decorrentes desses sistemas, conforme assinala Castells.

No contexto da mundialização do capital a localização industrial liberou-se das restrições geográficas centralizadas na necessidade de matéria-prima ou na proximidade do mercado em favor de outros determinantes, como, por exemplo, a presença de mão-de-obra adequada àquela determinada produção, seja em quantidade ou qualidade. A relevância da mão-de-obra na opção de uma localização das empresas tem pesadas conseqüências. Com efeito, de acordo com o pensamento de Castells, ela não é apenas um fator de produção. Supõe-se, por um lado, um ambiente urbano favorável; por outro, instituições capazes de formar e reciclar uma mão-de-obra cujo grau de qualificação, não só em termos puramente profissionais, mas de iniciativa e de compreensão da atividade tende a subir rapidamente.

Após definido o local para a implantação industrial, coloca-se a necessidade da estruturação e da organização dos equipamentos de ordem social e cultural relacionados às condições inerentes para a reprodução da força de trabalho tais como: habitação com saneamento básico, local de comércio de alimentos, serviços de saúde, creches e escolas para as crianças, entre outras questões de infra-estrutura urbana.

Historicamente, estes elementos não têm sido preponderantes no processo decisório da localização das indústrias, cuja política pode ser caracterizada como sendo uma política, segundo Castells (1983, p. 172): “[...] do correlacionamento do tipo de atividade da empresas e do tipo de relação econômica que ela mantém com o espaço”, que está vinculado à diversidade de produção das empresas, tendo superado historicamente a sua submissão às condições naturais ou à posição geográfica.

Portanto, os critérios da implantação espacial das indústrias têm seguido em direção a uma valorização social do espaço, no caso das empresas mais livres, em direção à passagem de ligação necessária a certos pontos do espaço para uma implantação funcional, numa rede de relações no interior do meio técnico,

determinados socialmente, à intervenção política e, da criação de incentivos econômicos por parte do Estado como forma de atração destes empreendimentos, com vistas à prioridade de reprodução do capital em essência.

Em consequência disto o crescimento da aglomeração urbana depende estreitamente de sua articulação com um pólo de empregos dos modos de implantação das firmas industriais e da divisão social do trabalho (LOJKINE, 1997, p. 184).

Dessa forma, numa determinada etapa da acumulação capitalista a divisão social do trabalho gera, segundo Lojkin (1997, p. 185): “[...] dois fenômenos espaciais contraditórios [e simultâneos] de uma busca comum pelas firmas capitalistas de uma implantação que lhes permita fazer a economia máxima das falsas despesas de produção”, o primeiro que seria o subdesenvolvimento progressivo dos espaços territoriais com pouca infra-estrutura urbana, como meios de circulação e de consumo coletivo e, o segundo, que se caracteriza pelo movimento oposto, ou seja, pelo congestionamento urbano e pela imensa aglomeração urbana – as megalópoles, nas quais já se encontram concentrados os diversos meios de comunicação e de consumo coletivos.

Essas aglomerações reproduzem no seu interior o mesmo processo de diferenciação espacial entre as zonas melhores equipadas que, de acordo com Lojkin (1997, p. 185): “[...] o serão cada vez mais – centros de negócios, zonas residenciais das classes dominantes - e as zonas menos equipadas, cuja distância em relação as primeiras tende sempre a crescer”.

Se por um lado o crescimento desordenado das cidades e o seu desenvolvimento desigual são, em grande parte, consequência da complexidade que envolve a definição da implantação industrial por outro há um agente urbano que desempenha um importante papel na definição da ocupação dos espaços pela população, que é o proprietário fundiário.

Este elemento é capaz de interferir na aglomeração ou, segundo Lojkin (1997, p. 186): “[...] de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social”. A apropriação privada do solo, a fragmentação

desse valor de uso, cuja definição determina que o consumo só possa ser coletivo, constitui-se em um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas sociais do modo de produção capitalista, finaliza o autor.

Esse fator representa, portanto, um limite na configuração do espaço urbano, cuja manifestação espacial reside no fenômeno da segregação, que é produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, que, em última instância é determinado pela divisão social do trabalho, prossegue Lojkin.

As repercussões das mudanças que ocorreram no âmbito das relações socioeconômicas inseridas no processo da mundialização tiveram uma grande magnitude e resultaram de uma combinação da continuidade e da troca originadas no período anterior e determinaram o surgimento de novas relações sociais no processo de produção.

Ainda que algumas dessas mudanças já fossem perceptíveis em fases anteriores, no período mais recente houve um aprofundamento e uma intensificação de tendências dominantes, consolidando uma nova base econômica nas regiões metropolitanas e, conseqüentemente, se processasse uma reestruturação de mercados de trabalho e uma crescente dispersão territorial das atividades produtivas e da população.

Essa reestruturação no modo de urbanização seguiu, após um período de continuidade, nas suas tendências principais, na medida em que se configurou a dependência estreita de sua articulação com um pólo de empregos, os modos de implantação das empresas, das indústrias e do comércio como fatores importantes no desenvolvimento das cidades.

De uma forma crescente, os critérios de localização adotados pelas grandes firmas capitalistas entram em desacordo com as necessidades tecnológicas e sociais de um planejamento territorial, ou seja, de uma cooperação desenvolvida com os demais segmentos sociais em termos de território nacional, segundo Lojkin (1997, p.184)

Uma recente sondagem junto a um grupo de empresas americanas e européias, quase todas

de grande porte e pertencentes aos diversos ramos da indústria, mostrou que o fator prioritário para a escolha do lugar de sua instalação foram as *vantagens de localização* conferidas pela existência de ligações fáceis com os outros países, de equipamentos e de serviços de todo tipo (portos, aeroportos, telecomunicações), ou seja, *o conjunto das infra-estruturas urbanas* – logo, o que Marx chamava de “*densidade relativa*” da população.

Esse processo propicia a periferização, que é compreendido por Valladares, (1994, p.102) como:

[...] o crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas a partir de processos de parcelamento do solo levados a cabo por pequenos e médios agentes imobiliários que se especializaram em “driblar” a legislação urbanística, criando loteamentos irregulares, muitas vezes clandestinos. Periferização refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe da área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo

Esse fenômeno ocorre nas metrópoles na proporção das respectivas massas populacionais, seja quando se expandem ou quando expulsam populações para cidades próximas, pois as metrópoles são o *locus* em que ocorrem as relações econômicas e sociais.

Por sua vez, a metropolização acompanha muito de perto o processo de mundialização da economia e da sociedade e todas as transformações tecnológicas do processo produtivo (PAVIANI, 1996 p. 188).

De acordo com Santos (1996, p.19): “A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território”, compreende-se dessa forma, que é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. E, ainda, segundo o autor, por mais que vivamos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção antiga, de Estado Territorial para a noção de transnacionalização do território.

De acordo com Mesentier (2003, p.1) estudos recentes revelam que: “está em curso um processo de reestruturação ampla e articulada da economia e da sua

organização no território”.

A cidade desempenha um importante papel econômico no desenvolvimento do capitalismo, mas a urbanização é moldada, modelada, conforme as necessidades da acumulação capitalista (LOJKINE, 1997, p. 185).

A metropolização da rede urbana seria resultado do aprofundamento da “integração/interação” entre grandes espaços regionais, nos quais a população economicamente ativa se redistribui, contribuindo para a dinamização ou degradação de mercados de trabalho sub-regionais. Esse conjunto mais específico de mudanças associadas aos fatores espaciais seria capaz de promover a reestruturação territorial (MATOS, 2003, p.14).

Conforme discussão realizada anteriormente, o espaço da reprodução da sociedade subordina-se à lógica da industrialização e às suas necessidades devendo reunir as condições necessárias a este modo de produção.

Dentre essas necessidades está a reprodução coletiva da força de trabalho que pode ser sintetizada pela habitação e demandas complementares, porém não menos importantes como: alimentação, transporte vestuário, educação e saúde.

O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidade da reprodução coletiva da força de trabalho e para este fim se estende sobre sua periferia de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: regiões metropolitanas (MONTE-MÓR, 2006, p.9).

O processo de apropriação e produção do solo urbano por meio das estratégias e das ações desenvolvidas pelas diversas forças do capital pode ser identificado como: fundiário, imobiliário, produtivo e financeiro (MOTA, 2006, p. 124).

Dentre essas forças do capital, o imobiliário, sobretudo os promotores imobiliários<sup>21</sup> são os agentes mais significativos para a reprodução do espaço urbano, pois estão constantemente desenvolvendo a especulação sobre o uso do solo e seu valor de troca (SANTOS, 1991, p. 47).

Assim, o mercado cumpre uma mediação na disputa sobre a propriedade e o uso do solo urbano na sociedade, cujos segmentos disputarão de forma diferenciada, gerando conflitos de usos e entre os indivíduos (CARLOS, 1991).

Esse papel de mediação do mercado produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida determinando que a localização de uma atividade somente possa ser compreendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares, que se expressa fundamentalmente na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana (CARLOS, 1994, p. 73).

A cidade se constitui num espaço de reprodução do capital, que determina uma configuração urbana, surgindo enquanto fenômeno concentrado, sustentado numa complexa divisão espacial do trabalho e formando uma aglomeração que, no capitalismo, objetiva o processo de acumulação e ao mesmo tempo permite aproximar a produção de mercadorias e o consumo (CARLOS, 1994, p. 159).

Em decorrência desta compreensão, a cidade é vista, segundo Mota (2006, p. 124): “como *locus* da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo.” Passando então a ser analisada enquanto concentração de instrumentos de produção, serviços, mercadorias, infra-estruturas, trabalhadores e reserva de mão-de-obra.

---

<sup>21</sup> “[...] ou incorporadores imobiliários são um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária [...]; b) financiamento, que visa a compra do terreno a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas [...]; c) estudo técnico [...]; d) construção ou produção física do imóvel [...]; e e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros [...]” (MOTA, 2006, p. 124).

## 2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a análise dos processos de reestruturação econômico-espacial associa-se a modificação do espaço territorial das cidades, segundo Moura (2003, p.2) em razão da desconcentração demográfica das últimas décadas, fortemente movida pelas migrações internas e influenciada por fatores de âmbito macroeconômico e conjunturas econômicas internas e externas, assim como por intervenções governamentais.

Para a organização territorial do espaço no estado brasileiro, a Constituição Federal de 1988 possibilitou a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões mediante lei complementar dos Estados. Estes espaços, segundo a Constituição Federal no parágrafo terceiro do artigo 25 do Capítulo III, devem ser compostos com os municípios que possuem regiões limítrofes com a finalidade de: “[...] integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesses comuns”.

A legislação, no entanto, manteve para a União a prerrogativa de elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (LIMA, 2000, p. 64).

O espaço metropolitano no Brasil foi constituído institucionalmente em razão das identidades de interesses das cidades que são limítrofes conforme determinação do dispositivo constitucional, conseqüentemente, entende-se que o Estado assumiu para si a responsabilidade pela coordenação do planejamento urbano, assim como a execução de funções públicas para esse fim.

Mesmo assim, os espaços intra-urbanos surgiram consolidando a desigualdade social, colocando em questão o planejamento urbano estatal previsto pela legislação, em conseqüência disto surge a questão sobre os fatores que influenciaram o planejamento para que fossem permitidos estas configurações que contribuíssem para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e



especulativo ao lado de, segundo Maricato (2002, p. 124): “[...] abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc.) [que] convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada”.

Nesse contexto, encontram-se aglomerados urbanos nas regiões metropolitanas que ocasionam problemas de ordem ambiental e social.

Esses problemas ambientais ocasionados pelo desordenamento dos aglomerados urbanos são, em grande medida, decorrentes da especulação do capital imobiliário na qual a lógica da especulação imobiliária provém, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes:

[...] a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades e pessoas por dada localização. [Conseqüentemente] [...] criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. (VILLAÇA, 2001, p. 141)

Como conseqüências disso, observa Villaça (2001, p.141): “[...] atividades mais dinâmicas são instaladas nas áreas consideradas privilegiadas”, sob o ponto de vista de conforto e serviços. A partir dessa análise pode-se então extrapolar para a questão habitacional o mesmo raciocínio em que a lógica é a mesma, ou seja, pessoas possuidoras de maiores recursos financeiros podem adquirir moradias em locais que lhes pareça mais conveniente ou por estarem na moda, conferindo ao longo do tempo maior ou menor valor a determinadas parcelas das cidades.

Essa lógica explica a segregação espacial dos bairros residenciais existentes nas cidades, em que as classes sociais criam lugares que lhes são representativos permitindo distinguir aspectos fundamentais da configuração do espaço nas metrópoles, inclusive as brasileiras.

Conforme assinala Pereira (2002, p. 97) uma série de condições do ambiente

físico e social dos assentamentos das populações de baixa renda contribui para a geração de riscos sanitários (disseminação de doenças, como diarreia, intoxicações alimentares, infecções de pele e doenças respiratórias decorrentes de aglomerações domiciliares) para uma vulnerabilidade social aumentada aos processos de violência decorrentes da falta de perspectiva de trabalho e renda que se associam a redes de narcotráfico. As condições materiais mais citadas são a precariedade das construções a falta de saneamento básico que inclui abastecimento de água potável e esgotamento sanitário assim como precariedade no provimento de outros serviços urbanos como energia elétrica drenagem urbana pavimentação e coleta de lixo.

Associado a esse quadro identifica-se que esses assentamentos geralmente estão localizados em terrenos ilegais desrespeitando a legislação de uso do solo e em ambientes frágeis do ponto de vista ambiental, como encostas várzeas, terrenos próximos à fôca de poluição ou de risco (aterros sanitários, indústrias, redes de alta tensão, rodovias de alto tráfego, etc).

O papel que cumpre o capital imobiliário na determinação do espaço urbano para as diferentes classes sociais influencia também na exposição aos riscos de natureza ambientais a que os setores mais pobres da população são submetidos e que nestas condições produzem degradação ambiental, como o observado na maioria das cidades brasileiras.

Essas características também refletem os processos de inclusão e exclusão resultantes da lógica do modo de produção capitalista e reforçam as desigualdades sociais inerentes a este processo de produção.

Num contexto mais amplo de urbanização e industrialização pode-se afirmar que a segregação espacial urbana também é produzida e reforçada como consequência da ação do capital imobiliário.

Por outro lado, segundo a análise de Borja & Castells (1997, p.35), entende-se que os processos decorrentes da mundialização do capital modificaram a estrutura espacial e social das grandes cidades no mundo, constituindo a principal consequência da articulação entre o mundial e o local. Porém, as consequências sócio-espaciais,

efetivaram-se de forma diversa segundo os níveis de desenvolvimento de cada país, no contexto da sua urbanização, sua cultura e suas instituições.

A economia brasileira nesse período continuou crescendo inclusive no setor industrial, que somado à construção civil gerou cerca de 38% do total de empregos. Por outro lado os desequilíbrios regionais se acentuaram, pois São Paulo concentrava 56,4% do PIB industrial brasileiro e, 37% do emprego, na segunda metade da década de setenta, exerceu forte atração sobre grupos populacionais de outros estados, recebendo um terço dos migrantes interestaduais dos quais 41% da região nordeste do país.

Ao comparar os diferentes períodos verifica-se uma alteração nos fundamentos do padrão migratório<sup>22</sup> prevalecente até o final da década de 70, pois, segundo a análise dos autores Brito, Garcia e Souza (2004, p.5) em 1960, 8.753.161 indivíduos foram recenseados em Unidades da Federação diferentes daquela em que nasceram, em 1970, este valor foi de 13.180.750 pessoas, apresentando um crescimento médio anual na ordem de 4,2%. O Censo Demográfico 1980 registrou 18.201.806 movimentos, volume 38% maior do que o anterior, com um crescimento de 3,3% ao ano. Durante a década de 1980, observou-se uma redução dos movimentos migratórios, principalmente os de longa distância. Em 1991, este contingente foi de 21.622.102 migrantes, representando um acréscimo de 19% em relação ao censo anterior, a uma taxa de crescimento de 1,6% ao ano. Em 2000<sup>23</sup>, foram recenseados 26.056.925 indivíduos em Unidades da Federação diferentes daquela de nascimento, com um aumento de aproximadamente 21% em relação a 1991.

Esses mesmos autores concluem que uma das características mais

---

<sup>22</sup> O padrão migratório foi definido por Brito, Garcia e Souza (2004, p.3) como o modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e o contexto histórico dentro do qual elas estão estruturadas para atender as necessidades da dinâmica demográfica, econômica, social e política. O padrão migratório é flexível e suficientemente dinâmico para se ajustar às mudanças nessas necessidades, desde que os seus fundamentos não sejam comprometidos.

<sup>23</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento. Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000.

importantes a serem consideradas na análise do movimento migratório no Brasil, é a referência da mudança de domicílio de residência do rural para o urbano. No período de 1960 e 1980, saíram do campo para as Regiões Metropolitanas - RM quase 32 milhões de habitantes, cerca de 27,0% da população total do Brasil no final do período. Mas, esta população teve uma importância fundamental, sob o ponto de vista da estatística populacional, contribuindo entre 1970 e 1980 com 48,0% do incremento médio anual da população brasileira.

Segundo o IBGE, Censo Demográfico 2000, dos 5.196.093 migrantes que efetuaram movimentos migratórios entre Unidades da Federação, 398.369 indivíduos, em 1995, estavam em uma área urbana de uma determinada Unidade da Federação e, em 2000, foram recenseados em uma área urbana de uma Unidade da Federação diferente da residência anterior.

A análise dos dados do IBGE também permitiu caracterizar os movimentos rurais com destino urbano que contabilizaram 645.089 migrantes, os rurais com destino rural, 248.042 migrantes, e, por último, os fluxos de áreas urbanas com destino urbano, a grande maioria, perfizeram 3.904.594 migrantes. As áreas urbanas das Unidades da Federação são os grandes pólos de atração, em contraste com o esvaziamento das áreas rurais.

Entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000 esses fluxos apresentaram mudanças significativas. Os movimentos de origem urbana, com destino urbano, tiveram um crescimento de aproximadamente 20%. No último quinquênio, os fluxos urbano-rural, rural-urbano e rural-rural foram, respectivamente, 1,1%, 29,4% e 43,4% menores do que os observados no primeiro. De um modo geral o que isto revela é um processo de lentificação dos fluxos migratórios observados no período anterior.

A continuação do esvaziamento das áreas rurais brasileiras é um fato. A taxa de crescimento anual da área rural brasileira, no período de 1940/1950, era de 1,58%. No período intercensitário de 1980/1991, esta taxa foi de 0,67% ao ano e no último período intercensitário foi observada uma taxa negativa de 1,31%. A perda populacional da área rural brasileira no período de 1995/2000, foi de 246.720

migrantes.

No Brasil, a urbanização criou problemas sociais e ambientais graves, porque aconteceu de forma acelerada e porque a intensa industrialização que a motivou distribuiu de forma desigual os resultados do crescimento econômico. Nesse sentido, torna-se necessária uma análise do fenômeno migratório ocorrido no país; ou de acordo com Singer (1973, p.11)

Tal fenômeno pode acontecer movido por dois fatores de expulsão: fatores de mudança, decorrentes da introdução de relações de produção capitalistas em áreas de produção de subsistência, que acarretam a expropriação de camponeses e a expulsão de agricultores não proprietários; fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física como pela monopolização pelos grandes proprietários.

Outros autores como Oliveira e Jannuzzi (2004, p.3) , comenta a respeito das desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e do nível de salários tenderem a criar áreas propensas a evasão populacional enquanto outras áreas exercem atração migratória originando fluxos de pessoas em busca de trabalho, melhor renda e melhores condições de vida. Também complementa apontando o papel da disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas, como fatores potencializadores do fenômeno da migração de pessoas ligadas à força de trabalho primária, com 25 até 49 anos de idade. De um modo geral os autores são enfáticos em declarar que o motivo mais importante é o trabalho, o que é corroborado por extensa bibliografia de natureza empírica.

O padrão etário de mobilidade revela que os jovens em seus 20 e pouco anos estariam sujeitos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário condicionado sobretudo, aos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho, e sob esta perspectiva, pode-se afirmar que a elevada concentração de jovens entre os migrantes é explicada pela maior sensibilidade dos mesmos com relação às ofertas de trabalho e de melhores empregos, bem como pela capacidade em adaptar-se a novas situações e maior desprendimento em deixar seu ambiente de origem.

Outro fator que pode ser agregado para contribuir com esta compreensão, segundo os mesmos autores é a necessidade dos jovens em buscar oportunidades de formação educacional e profissional em centros regionais maiores, sobretudo aqueles que se encontram na faixa etária de 15 a 24 anos. De fato, entre os jovens nessa faixa, além do trabalho e da necessidade de acompanhar a família, a migração motivada por estudo também se mostra relativamente importante. Já entre os migrantes mais idosos, a migração motivada por contingências familiares passa a ter papel mais importante que o trabalho, além destas, outras motivações como as questões de saúde e moradia - morar com parentes, morar no interior etc, também passam a ser mais importantes.

Pode-se destacar que dentre os motivos encontrados para que as coletividades migrassem nas décadas de 70 e 80, a busca por trabalho, ou seja, o meio para sobrevivência individual e familiar dependente foi o principal fator desencadeante, porém não foi o único. Desta forma, é importante ressaltar que as pesquisas também encontraram outros fatores que compuseram o denominado *novos movimentos populacionais*, que, segundo Oliveira e Simões (2004, p.3)

[...] englobando as migrações em direção às regiões litorâneas dos estados, composta principalmente por indivíduos da terceira idade; as migrações para as cidades médias, devido principalmente à intensificação dos investimentos por parte das empresas que fogem das deseconomias de aglomeração características dos grandes centros urbanos, mas também em função do aumento da violência urbana nas grandes cidades; e as migrações de trabalhadores com alta qualificação que se deslocam em direção aos grandes centros urbanos em busca de empregos com elevada remuneração e de um ambiente cosmopolita integrado ao consumo mundial, este último movimento está intimamente relacionado aos impactos das transformações ocorridas nos países centrais sobre o país.

Dentre as repercussões sobre as cidades, pode-se citar o crescimento desordenado, a falta de infra-estrutura urbana em habitação e serviços e de outro promove uma dinâmica espacial que faz emergir vários mercados interdependentes, acelera a urbanização e crescimento de espaços próximos ao pólo dinâmico, gerando externalidades ambientais e sociais.

O efeito esperado das economias resultantes da aglomeração nos centros

urbanos é a dinamização do crescimento das regiões próximas, e a conseqüente promoção de variadas oportunidades de emprego e da geração de renda, que quando comparadas a outras regiões de baixa produtividade e urbanização, torna-se um fator relevante na atração de movimentos migratórios.

Desta forma, a expectativa da existência de variadas oportunidades de emprego propiciadas pela aglomeração espacial, torna-se um fator, por si só relevante na decisão de migrar, tornando as regiões metropolitanas pólos importantes de absorção dos fluxos migratórios. Além desta razão podem-se agregar outras, segundo Barro e Sala-I-Martin citados por Ramalho (2004, p.8),

[...] os indivíduos podem estar dispostos a migrarem para os centros urbanos por basicamente dois motivos: a) eles demandam as externalidades produzidas nas grandes metrópoles, ou seja, os grandes centros urbanos ofertam bens de lazer, como parques, teatros, museus etc., que somente são viáveis diante de uma elevada procura; b) os grandes centros produzem externalidades que geralmente tendem a aumentar os salários relativamente a regiões menos densas em termos de população.

Ao mesmo tempo, os centros urbanos podem representar a exposição a situações de risco como a criminalidade, o custo elevado das habitações que se constituem em fatores a serem considerados na avaliação da relação de custo – benefício na decisão tanto de mudar de cidade quanto na escolha dela. Quanto maior for a concentração populacional, maior deve ser a perspectiva de oportunidades de emprego , oferta de serviços, oportunidades de qualificação etc., e, portanto, maior deve ser o fluxo populacional dirigido a esses centros urbanos.

As perspectivas de renda podem residir na economia informal, o ingresso nesse setor aparentemente oferece poucas barreiras, e, em alguns casos, seria encarado pelo migrante como uma fase temporária, onde buscaria aperfeiçoar suas capacidades, e, posteriormente, tentar uma oportunidade no setor formal (RAMALHO, 2004, p.9).

Como foi discutido no capítulo anterior, quando o capitalismo pregava a idéia de que a economia regulada pelo livre mercado, seria expandida de forma

equilibrada e integradora, a informalidade não aparecia como uma solução que fosse incorporada no conceito de desenvolvimento, ao contrário, o pensamento hegemônico afirmava que o desenvolvimento do capital acabaria por eliminar esta forma de trabalho.

Mas, quando a mesma economia de livre mercado demonstra a sua incapacidade para promover a integração prometida, a informalidade se impõe como forma adequada à solução do desemprego e o seu desempenho contribui para a acumulação capitalista.

Dessa forma, a acumulação flexível, além de gerar a reestruturação produtiva explora o trabalho por meio de formas diferentes de precarização e da desregulamentação da contratação do trabalho como por exemplo, as cooperativas de trabalho, o trabalho domiciliar, as empresas familiares, e tantas outras formas de trabalho precário. Assumem um discurso de autonomia e independência do trabalhador e estimulam a disseminação destas práticas.

Assim, pode-se afirmar que as formas de organização da produção, mesmo as que não podem ser consideradas expressões claras de relações capitalistas, estão submetidas às determinações do capital, sejam elas amparadas pela lei ou exercidas na clandestinidade, conseqüentemente, a formalidade deve ser vista a partir das relações de trabalho.

Na situação da terceirização, por exemplo, os trabalhos informais se articulam à produção formal, ou seja, há uma fração moderna do trabalho informal, que, longe de ser uma atividade à margem do núcleo principal da economia, participa diretamente do processo de acumulação do capital, como é o caso de indústrias nacionais e internacionais que utilizam o trabalho domiciliar como parte do trabalho coletivo. Tal relação implica, geralmente, em mais sobretrabalho sem os custos sociais correspondentes para o capital. Portanto pode-se considerar que o trabalho informal, mais do que uma opção por atividade de sobrevivência na acumulação flexível, torna-se uma estratégia funcional a essa modalidade da economia.

Quando se analisa o contexto das metrópoles brasileiras os elementos acima



são facilmente serem reconhecidos embora em graus variados conforme o espaço específico de análise. As populações que migraram em busca de trabalho, melhores condições de vida, moradia serviços etc. estão sujeita a trabalhar e a viver onde é possível e não somente desejável.

## 2.4 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - RMC, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E VULNERABILIDADE AMBIENTAL

A metrópole de Curitiba não foge à regra das demais metrópoles brasileiras: os processos de metropolização e segregação socioespacial característicos das demais são também visíveis especialmente no que tange àquilo que Villaça (2001, p.142) observou como sendo a concentração de diferentes classes sociais em regiões gerais ou em conjuntos de bairros da metrópole, sem excluir a possibilidade da coexistência de diferentes classes sociais diferentes nos mesmos espaços. Este autor admite que não existe “presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral de nenhuma metrópole brasileira (embora haja presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas)”, entretanto o que se pode observar de forma mais consistente é o predomínio, isto é, um aumento gradativo das populações de baixa renda nos bairros de menor infra-estrutura urbana e de pouca qualidade ambiental.

No Brasil, o caso mais conhecido de segregação espacial da metrópole é o do centro e da periferia, o primeiro em que os serviços urbanos, em sua maioria são ocupados pelas classes de mais alta renda, e a segunda, no geral é desprovida de equipamentos e é ocupada pela população excluída. Assim, ainda segundo Villaça (2001, p. 143): “O espaço atua como um mecanismo de exclusão”.

Outro autor, Gottdiener (1997, p. 241) também argumenta que na vanguarda das transformações espaciais também contribuem a articulação conjunta Estado-setor imobiliário com fluxo de capital. Esse fluxo de capital para o circuito imobiliário, prossegue Gottdiener (1997, p. 243)

(...) requer ao mesmo tempo um Estado intervencionista e um mercado financeiro capitalista que funcione livremente, os quais foram ambos, firmemente desenvolvidos durante a reestruturação keynesiana do capitalismo que se seguiu à depressão. A maneira, a natureza e a especificidade situacional do investimento do circuito secundário é que controla o modo pelo qual o espaço de assentamento se desenvolve, por sua própria essência, enquanto canal de dinheiro para o setor imobiliário.

Pode-se destacar que apropriação monopolística da renda fundiária urbana se constitui num dos obstáculos ao planejamento urbano, tendo em vista que o uso coletivo deste espaço conflita com a propriedade privada monopolista, uma vez que a sua supressão representaria a supressão do próprio modo de produção capitalista, cuja propriedade dos meios de produção lhe é a essência de condição de existência (LOJKINE, 1997, p. 188).

Assim, pode-se destacar que o preço dos imóveis fixado pelo capital imobiliário é um fator determinante na localização de moradia das classes sociais, ou seja, as classes sociais que possuem alta renda têm a prerrogativa de poder escolher o seu local de moradia. Por sua vez, já as populações de excluídos, e aqueles que possuem baixa renda, tem poucas escolhas e em última instância moram nos locais em que o acesso à posse da terra urbana é possível. Segundo Lojkine (1997, p. 253) em grande medida esse acesso ocorre: “[...] [por] programa de renovação [habitacional], nível dos aluguéis, deslocamento de local de emprego... Logo, mesmo se o movimento é o mesmo, suas causas, o processo em que se insere, podem ser diferentes”.

Como consequência desse processo, segundo Deschamps (2004, p. 20): “assiste-se ao surgimento de uma sociedade que produz e distribui, de forma desigual, os riscos ambientais e sociais”. Pode-se inferir que, neste processo, surge com maior força, a noção de vulnerabilidade, noção essa que se em diversas disciplinas em uma delas a Geografia, de acordo com Deschamps (2004, p. 18) “[...] está diretamente atrelado às probabilidades de ser afetado negativamente por um fenômeno geográfico e/ou climático [...] como terremoto, enchente, enxurrada e seca”.

Estes aspectos são compreendidos obviamente dentro de uma noção de vulnerabilidade ambiental, entretanto são os fatores de ordem econômica e social que determinam que grupos populacionais se instalem em regiões que estão submetidas

aos riscos de natureza ambiental. Como exemplo cita-se os casos de áreas de proteção ambiental de rios, como os que se constituem em mananciais que abastecem as cidades para consumo humano.

O crescimento acelerado em geral propicia a ocupação desordenada do solo, sem planejamento urbano o que associado a metropolização, coloca em risco ou em situação de vulnerabilidade ambiental as regiões de mananciais, na grande maioria das regiões metropolitanas as quais deveriam ser preservadas de maneira especial com políticas de gestão do território inclusive utilizando a figura jurídica de proteção ambiental que na legislação brasileira recebe o nome de área de proteção ambiental.

Segundo Theodorovicz (1994) que analisa a questão da proteção ambiental em áreas naturais, uma Área de Proteção Ambiental é assim declarada com o objetivo de proteger valores ambientais significativos, assegurar o bem estar da população humana e/ou melhorar as condições ecológicas locais, independentemente da localização se encontrar em terras públicas ou em propriedades privadas, desde que tenha relevante interesse público. Inclusive mencionando que dentro dos limites geográficos dessas áreas sejam estabelecidas zonas de vida silvestre com regulação do uso de recursos naturais, proibidas quaisquer atividades de terraplanagem, mineração, escavação ou dragagem, potencialmente causadoras de danos ou de degradação do ambiente e ou risco para pessoas. Este autor como todos os demais também enfatizam a interdição da implantação e do funcionamento de indústrias poluidoras nessas áreas.

No caso da RMC diversos trabalhos têm apontado para a necessidade de proteção das áreas de mananciais visando o futuro abastecimento de água uma vez que as empresas responsáveis por essa concessão precisam pensar nesse serviço com um sistema integrado para toda a RMC. Segundo Andreolli *et al* (1998), tal preocupação reside na constatação de que um manancial sofre degradação quando há um crescimento populacional sobre ele, e por conseqüência, gera a impermeabilização do solo, remoção florestal, lançamento direto de lixo e esgoto nos rios, aterros sanitários, etc. No caso dos mananciais urbanos, os problemas com o lixo e esgoto sanitário são os que mais atuam para a degradação de mananciais de abastecimento.

Diariamente, pode-se observar que novas áreas de urbanização estão se consolidando nas periferias das capitais dos estados brasileiros, não só em áreas de fácil acesso e ocupação próximas ao centro das cidades, como também em lugares deficitários de infra-estrutura e/ou com alta declividade, normalmente, de importância hídrica, podendo estar localizadas neles inúmeras nascentes de rios, lagos de represas, constituindo um meio ecológico frágil.

Esse processo de urbanização considerado pela agregação de áreas suburbanas produziu segundo Jacobi (2004, p. 172): “[...] um ambiente urbano segregado e altamente degradado, com efeitos muito graves sobre a qualidade de vida de sua população”. Esta conclusão se baseia na constatação de que os espaços ocupados nesse crescimento das cidades geralmente são imprestáveis e inadequados para moradias saudáveis, como por exemplo, morros, pântanos e área de várzeas, a grande maioria de mananciais de água doce.

No Brasil, muitas descrições já foram efetuadas no sentido de evidenciar a insuficiência de saneamento básico obriga a maioria da população a lançar mão de ligações clandestinas dos esgotos domésticos em redes de captação de águas pluviais, que por sua vez, estão direcionadas para os leitos dos rios.

Esse contexto evidencia a crise ambiental pela qual passam os municípios brasileiros sem que os planejadores urbanos dêem conta de praticar ações eficientes e eficazes para a resolução destas questões.

Há planos urbanísticos suficientes para suprir as necessidades emergentes nas cidades, portanto, não é por falta ou qualidade destes planos que encontramos estes problemas, mas porque são elaborados paralelamente aos que são efetivamente aprovados pelas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e de grupos específicos ligados ao governo (MARICATO, 2002, p. 124).

Curitiba também recebeu um grande número de migrantes pela sua condição de cidade-pólo, segundo Lima (2000, p. 78):

O crescimento urbano [passou] a assumir configuração condicionada pela dinâmica de ocupação da cidade-pólo principalmente em relação às atividades econômicas geradoras

de oportunidades de trabalho, além de adequar-se às condicionantes físico-geográficas da capital paranaense, a qual apresentava à época uma mancha urbana com tendências determinadas pela implantação do sistema viário [...].

Esse processo, no caso da Região Metropolitana de Curitiba, o processo de ocupação urbana é formado pelo significativo contingente populacional originário do campo do próprio Estado do Paraná, em decorrência da concentração da propriedade rural, da mecanização agrícola, assim como pela de industrialização que se intensificou nesse período.

Essas ocupações urbanas localizaram-se em áreas junto aos mananciais de abastecimento público, situados no vetor leste de expansão metropolitana, em lugares que se encontravam vazios de ocupação, por força da legislação que restringia severamente as atividades em áreas de proteção ambiental, cujo processo possibilitou a utilização destes lotes de forma irregular, em decorrência da barreira econômica determinada pela exploração fundiária urbana pela monopolização da propriedade urbana (FIGURA 4).

Dentre os fatores apontados anteriormente, que colaboraram para a intensificação da ocupação urbana, será aprofundada a análise da industrialização como fator de estímulo para a migração e para o aumento populacional na Região Metropolitana de Curitiba, especialmente no município de São José dos Pinhais.

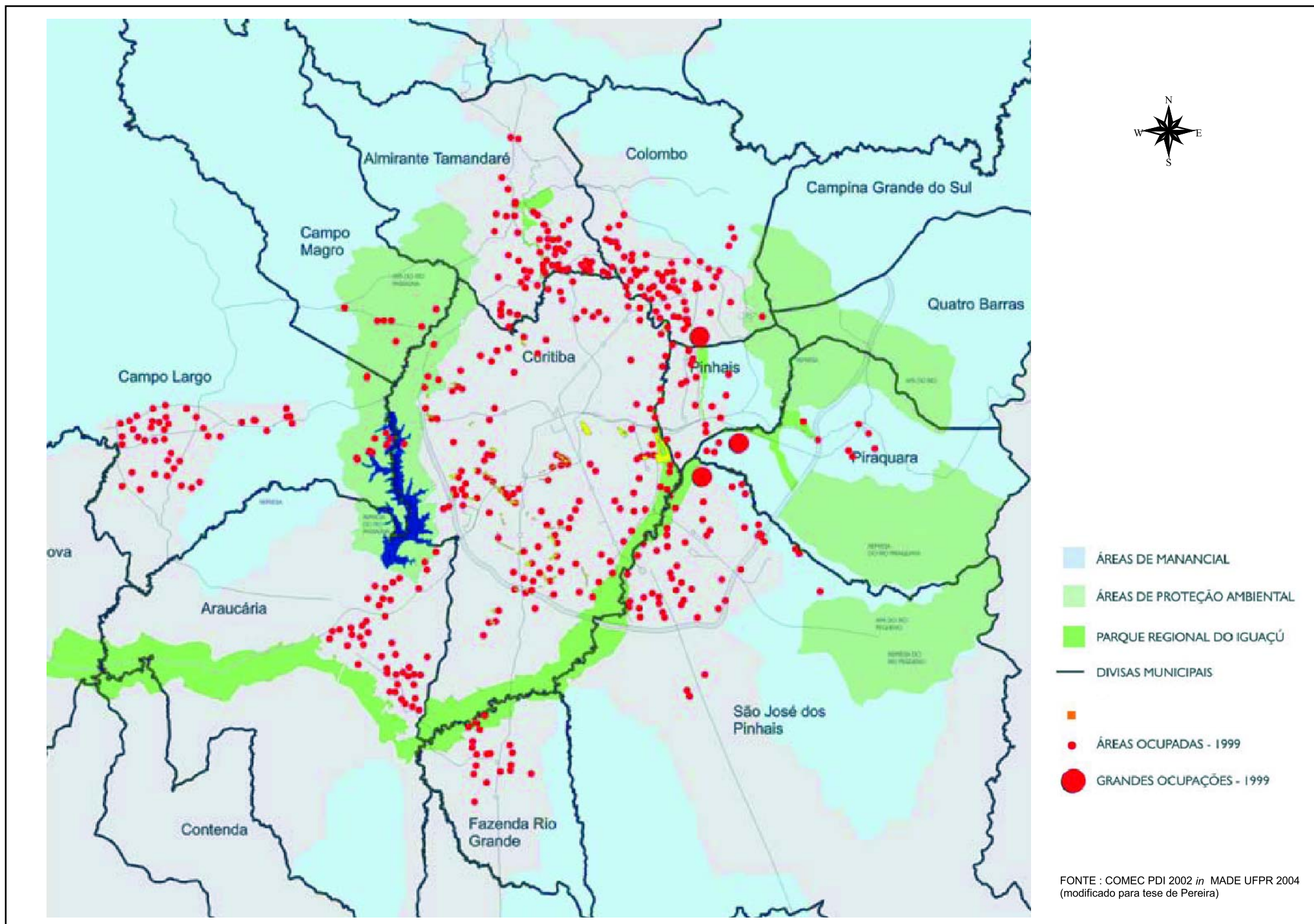


Figura 4 - Localização das Ocupações Irregulares e das Áreas de Proteção Ambiental na RMC

Embora a indústria automobilística no Paraná tenha iniciado suas atividades ainda na década de 70, a consolidação do setor ocorreu na década de 1990, com a abertura comercial da economia brasileira.

A indústria automobilística no Paraná recebeu incentivos fiscais, financeiros e de infra-estrutura do governo do Estado para a instalação de empresas na região de Curitiba, com previsão de surgimento de novos empregos e aumento da produção.

Nesse contexto encontrava-se já o parque industrial do município de Curitiba, com a presença de empresas do setor matéria de transportes, que estavam ligados a investimentos da década de 70 e início dos anos 80, principalmente da Volvo e New Holand, produzindo maquinário agrícola, caminhões e ônibus. Grupos como Bosch e Siemens encontravam-se instaladas na Cidade Industrial de Curitiba, cuja criação teve como principal razão o incentivo de atração das indústrias.

Desta forma observaram-se neste período as ações governamentais para a constituição de infra-estrutura moderna e eficiente, representada pelas rodovias e anéis viários da região, com proximidade ao estado de São Paulo, em uma ligação rodoviária que contava com um grande trecho em pista em duplicação da BR-116, a rodovia BR-376, ligando o estado com a BR-101 em direção à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, além da BR-116 sentido Sul; a ligação facilitada com o Porto de Paranaguá pela BR-277, também em pista dupla, e com o interior do estado por esta mesma rodovia duplicada até o município de Ponta Grossa.

Além desta estrutura viária a região já possuía o Aeroporto Internacional de SJP, com acesso facilitado pela rodovia BR-376 e a ferrovia que liga o interior do estado com o Porto de Paranaguá.

Agrega-se a estas condições de infra-estrutura a grande rede de geração e distribuição de energia elétrica de qualidade e com uma das menores tarifas de uso industrial do país.

A potencialidade em termos de qualificação de mão-de-obra por meio dos centros de ensino e pesquisa na área metal-mecânica se insere nos quadro de vantagens para a instalação das indústrias automotivas assim como a pouca tradição de organização de movimentos reivindicatórios sindical neste ramo da atividade da economia, tendo como um das principais conseqüências os salários com um nível mais baixo que os do ABC paulista ou de Minas Gerais (LIMA, 2006, p. 96).

Desta forma o estado do Paraná reunia condições para atrair novos

empreendimentos industriais centrados na Região Metropolitana de Curitiba.

Pode-se afirmar que este período representou uma mudança da indústria em relação à base agropecuária do estado, ao mesmo tempo em que estabeleceu vínculos com a indústria automotiva já existente na Região Metropolitana de São Paulo (FIRKOWSKI, 2001, p. 46).

De acordo com Martins *et al* (2003), há algum tempo o setor automobilístico vinha demonstrando uma saturação da demanda nos países avançados, fazendo com que a partir da década de 90, a América Latina trabalhasse em ritmo acelerado, para que o mercado consumidor automotivo global pudesse crescer.

No Brasil, os três Estados da região Sul criaram estratégias políticas de atração para as montadoras, objetivando promover o crescimento econômico regional. Com as condições anteriormente descritas a maior parte dos investimentos no estado do Paraná se concentrou na região metropolitana de Curitiba, representado 13% do total nacional, com destaque para a instalação de novas unidades de automóveis como as da Renault e Audi (AZZOLIN, 2001) (FIGURAS 5 e 6).

A industrialização no estado do Paraná teve como uma das justificativas a necessidade de dar respostas à necessidade de criação de empregos urbanos, em razão do crescimento acelerado decorrente das transformações ocorridas no campo, de acordo com Firkowski (2001, p.47)

Curitiba foi um dos principais destinos das parcelas de migrantes que se dirigiram para as cidades, o que se deu concomitante ao início da implementação de seu planejamento urbano e à criação da Região Metropolitana, esta última reforçando as expectativas de que, enquanto unidade de planejamento federal teria maior disponibilidade de recursos para viabilizar ações de intervenção urbana e geração de empregos.

Desta forma as indústrias da Renault e da Audi foram instaladas no município de São José dos Pinhais e para as quais foi constituído o Distrito Industrial denominado Complexo Automotivo Ayrton Senna, que para este estudo será focalizado na localidade em que se situa a planta da Renault.



**CAPÍTULO 3**  
**INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS -**  
**SJP**

Os processos de urbanização e metropolização discutidos teoricamente no Capítulo anterior, podem fundamentar-se em evidências da realidade da RMC quando se lança um olhar nas periferias urbanas desta região e, identificam-se as contradições de uma paisagem mesclada de moradias de populações de baixa renda em contraste com indústrias modernas, de alta tecnologia, muitas multinacionais, conformando expansões urbanas de contrastes e desigualdades que chamam a atenção de qualquer observador atento.

Dentre os municípios da RMC que compõem essa paisagem, São José dos Pinhais oferece contornos ilustrativos e exemplares dessa configuração espacial, representando uma síntese da discussão teórica anteriormente apresentada, embora algumas particularidades mereçam explicações mais detalhadas.

São José dos Pinhais - SJP encontra-se geograficamente localizado no Primeiro Planalto com diferenças de altitudes na região que variam de 300 a 1200 metros, por se encontrar entre as Serra do Mar, a Serra do Castelhana e a Serra do Fula. Limita-se ao Norte com os municípios de Curitiba, Piraquara e Pinhais ao Sul, com Tijucas do Sul e Mandirituba, a Oeste com Fazenda Rio Grande; e, ainda faz divisa ao Leste com Guaratuba e Morretes (FIGURA 5).

A localidade denominada de Campo Largo da Roseira encontra-se numa região de topografia plana, nas outras regiões, Colônia Murici, Colônia Marcelino, Malhada, Contenda, etc. o relevo é mais acidentado e ainda hoje são áreas destinadas ao cultivo e à produção agrícola (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2003).

Entre SJP e Curitiba está localizado o Rio Iguaçu; na divisa com o Município de Piraquara está o Rio Itaqui, e na divisa com Guaratuba está o Rio São João. Entre os limites com Tijucas do Sul, encontram-se os rios São João, Capivari e Una, e no limite com o município de Mandirituba, estão os Rios Pires e Despique (SBRAVAT, 1983, p. 34).

A área total do município atinge de 929,85 km<sup>2</sup>(IBGE, 2003). Deste total, 20% é área urbana e o restante encontra-se distribuído entre a zona rural e de matas, com trechos de Mata Atlântica na Serra do Mar.

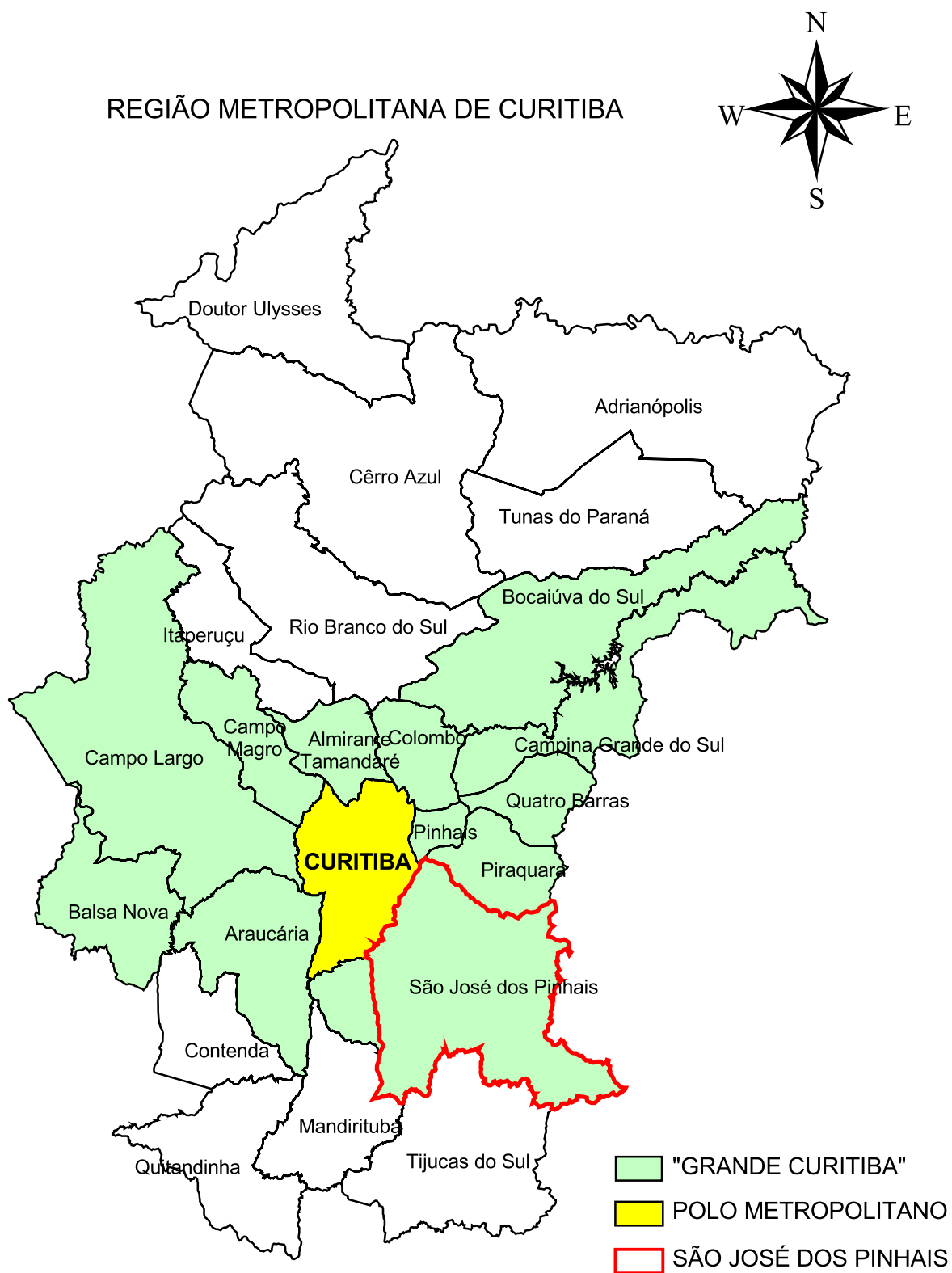


Figura 5 - Localização de São José dos Pinhais na Grande Curitiba e Região Metropolitana

Na descrição de Andreolli et al (1998, p.63) o município localiza-se num divisor de águas entre as sub-bacias do Rio Pequeno e do Rio Itaquí, que são afluentes da margem esquerda na bacia hidrográfica do Altíssimo Iguaçu e pertencem ao atual Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Curitiba. A bacia do Iguaçu continua o autor, possui 565 km e atualmente abriga duas captações de água, a do Rio Iguaçu e a captação do Rio Irai. A bacia do Altíssimo Iguaçu é constituída pelas seguintes sub-bacias: Irai, Iraizinho, do Meio, Piraquara, Palmital, Itaquí e Pequeno, que juntas, produzem hoje, cerca de 5.600 l/s, já incluído o reservatório do Irai. A sub-bacia do Rio Pequeno abrange uma área de 140 km<sup>2</sup> e atualmente está com intensa ocupação urbana à jusante do Rio Quississana e no entorno do Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

A respeito do abastecimento de água na região argumenta-se que em razão da proximidade do Rio Pequeno com a região urbana de São José dos Pinhais e a posição topográfica favorável à captação de suas águas, é possível que seja utilizado para abastecer o município, de acordo com Andreolli (2003, p.70): “a região mais à montante a partir da atual captação da Renault, apresenta bom potencial, pois há uma boa cobertura florestal”.

Foi nesse cenário, conforme indicam os dados do IBGE, que se verificou um crescimento populacional bastante significativo nos anos 1990, no município, um dos que mais cresceu na região. Atingiu no ano 2000 uma taxa de urbanização em torno de 90%, ou seja, a maioria dos habitantes passou a morar na cidade, de um total de 204.316 habitantes, aproximadamente 14 mil ocuparam 50 áreas dentro do município, em espaços urbanos vazios.

São José dos Pinhais teve crescimento bastante expressivo no período de 1991 a 2000. Tendo sido na primeira metade dessa década que o crescimento foi mais intenso com uma taxa de 5,8% ao ano e um aumento populacional total de 41,6 mil pessoas. No período seguinte – na segunda metade da década, a taxa foi de 4,8% ao ano, para um volume populacional de 35,2 mil pessoas.

Conforme afirmado anteriormente, a Região Metropolitana de Curitiba teve

um sensível aumento populacional, a partir dos anos de 1990, tendo sido a região metropolitana brasileira que mais cresceu no período com taxas superiores a 3% ao ano. Grande parte deste incremento populacional da região ocorreu na forma de ocupações irregulares na direção dos rios e mananciais, causando graves problemas de poluição nos cursos de água.

Fatores como a educação ambiental e a intervenção governamental são relevantes para a promoção de investimentos em obras e ações de saneamento, para que os rios não sejam utilizados como receptores de esgoto sem tratamento e como depósitos de lixo, porém, o crescimento urbano desordenado e a ausência de planejamento para a implementação de políticas públicas contribui para a degradação dos recursos hídricos, que são requeridos para abastecimento público.

No caso do município de São José dos Pinhais, tem-se a situação da Bacia do Altíssimo Iguaçu, em cujo manancial encontram-se atividades industriais e de moradia em espaços contíguos. Esse contexto se constitui em situação de riscos potenciais de contaminação das águas de abastecimento sendo inclusive de conhecimento das esferas governamentais, haja vista ter-se descartado a utilização do Rio Pequeno para abastecimento da população.

Essa situação embute um risco significativo tendo em vista que os danos potenciais teriam grandes proporções diretas em função da população atendida diretamente pelo abastecimento de água desta origem ser composta por cerca de 280 mil pessoas e a população atingida de forma indireta um número maior. As informações da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR analisadas por Tavares (2004, p. 101), demonstram que as águas do Rio Pequeno não deixaram de ser utilizadas, pois o desvio das águas construído inicialmente foi abandonado e depois reconstituído mantendo-se o objetivo de levar a água deste Rio para depois da captação do Rio Iguaçu.

A importância desse manancial pode ser confirmada através do Decreto nº 4.267, de 31 de janeiro de 2005, quando o Rio Pequeno voltou a ser incluído na área das bacias dos rios que compõem os mananciais e recursos hídricos de interesse da

RMC.

As razões pelas quais ocorreu o aumento significativo da população e a sua concentração na região urbana, aumentando e expandindo a mancha urbana do município de São José dos Pinhais serão objetos de análise ao longo desse capítulo, assim como por se tratar de questão relevante para este estudo, a análise da ocupação do assentamento urbano do Jardim Jurema tendo em vista constituir-se numa das fontes de poluição no Rio Pequeno, que como foi descrito anteriormente compõe a bacia hidrográfica do Alto Iguaçu que é uma das fontes de captação para abastecimento e para abastecimento de água para Curitiba e RMC.

### 3.1 O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NA INDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Embora a indústria automobilística no Paraná tenha iniciado suas atividades ainda na década de 70, a consolidação do setor ocorreu na década de 1990, com a abertura comercial da economia brasileira.

A indústria automobilística no Paraná recebeu incentivos fiscais, financeiros e de infra-estrutura do governo do Estado para a instalação de empresas na região de Curitiba, com previsão de surgimento de novos empregos e aumento da produção.

Nesse contexto encontrava-se já o parque industrial do município de Curitiba, com a presença de empresas do setor matéria de transportes, que estavam ligados a investimentos da década de 70 e início dos anos 80, principalmente da Volvo e New Holand, produzindo maquinário agrícola, caminhões e ônibus. Grupos como Bosch e Siemens encontravam-se instaladas na Cidade Industrial de Curitiba, cuja criação teve como principal razão o incentivo de atração das indústrias.

Neste período observaram-se ações governamentais para a constituição de infra-estrutura moderna e eficiente, representada pelas rodovias e anéis viários da região, com proximidade ao estado de São Paulo, em uma ligação rodoviária que contava com um grande trecho em pista em duplicação da BR-116, a rodovia BR-376,

ligando o estado com a BR-101 em direção à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, além da BR-116 sentido Sul; a ligação facilitada com o Porto de Paranaguá pela BR-277, também em pista dupla, e com o interior do estado por esta mesma rodovia duplicada até o município de Ponta Grossa.

Além desta estrutura viária, a região já possuía o Aeroporto Internacional de SJP, com acesso facilitado pela rodovia BR-376 e a ferrovia que liga o interior do estado com o Porto de Paranaguá. Agrega-se a estas condições de infra-estrutura a grande rede de geração e distribuição de energia elétrica de qualidade e com uma das menores tarifas de uso industrial do país.

A potencialidade em termos de qualificação de mão-de-obra por meio dos centros de ensino e pesquisa na área metal - mecânica se insere nos quadro de vantagens para a instalação das indústrias automotivas, assim como a pouca tradição de organização de movimentos reivindicatórios sindical neste ramo da atividade da economia, tendo como um das principais conseqüências os salários com um nível mais baixo que os do ABC paulista ou de Minas Gerais (LIMA, 2006, p. 96).

Este período, segundo Firkowski (2001, p. 46).representou uma mudança da indústria em relação à base agropecuária do estado, ao mesmo tempo em que estabeleceu vínculos com a indústria automotiva já existente na Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo descreveu Martins (2003), há algum tempo o setor automobilístico vinha demonstrando uma saturação da demanda nos países avançados, fazendo com que a partir dos anos 1990, a América Latina trabalhasse em ritmo acelerado, para que o mercado consumidor automotivo global pudesse crescer.

No Brasil, os três Estados da região Sul criaram estratégias políticas de atração para as montadoras, objetivando promover o crescimento econômico regional. Com as condições anteriormente descritas a maior parte dos investimentos no estado do Paraná se concentrou na Região Metropolitana de Curitiba, representado 13% do total nacional, com destaque para a instalação de novas unidades de automóveis como as da Renault e Audi (AZZOLIN, 2001).

A industrialização no estado do Paraná teve como uma das justificativas a necessidade de dar respostas à necessidade de criação de empregos urbanos, em razão do crescimento acelerado decorrente das transformações ocorridas no campo pela modernização agrícola. Ainda, de acordo com Firkowski (2001, p.47), Curitiba recebeu a maior parcela dos migrantes que nessa época se dirigiram para as cidades. De forma concomitante ocorreu o início do planejamento urbano para a criação da Região Metropolitana de Curitiba, reforçando as expectativas de que, enquanto unidade de planejamento federal teria maior disponibilidade de recursos para viabilizar ações de intervenção urbana e geração de empregos.

Conforme apresentado anteriormente, mais da metade das indústrias em operação na RMC foram instaladas nos anos 1990, período em que ocorreu uma expansão bastante diversificada da indústria paranaense. Os aumentos mais expressivos se deram na fabricação e montagem de veículos automotores.

Essa industrialização verificada no Paraná, especialmente na RMC, foi reflexo da atração de investimentos industriais praticada pelo governo estadual a partir do ano de 1995.

A FIGURA 6 ilustra a distribuição da expansão industrial recente em Curitiba e na RMC. Pode-se observar que ocorreu implantação de unidades produtivas principalmente na capital, Curitiba, com um total entre 1001 e 3769 unidades, seguida dos municípios de São José dos Pinhais, Pinhais e Colombo, que contribuíram com a instalação de 501 a 1000 indústrias.

Em terceiro lugar, os municípios de Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Araucária, Campo Largo e Almirante Tamandaré com unidades entre 51 e 100, e, finalmente, os municípios de Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul, Campo Magro, Balsa Nova contribuíram na faixa entre 8 e 50 indústrias.



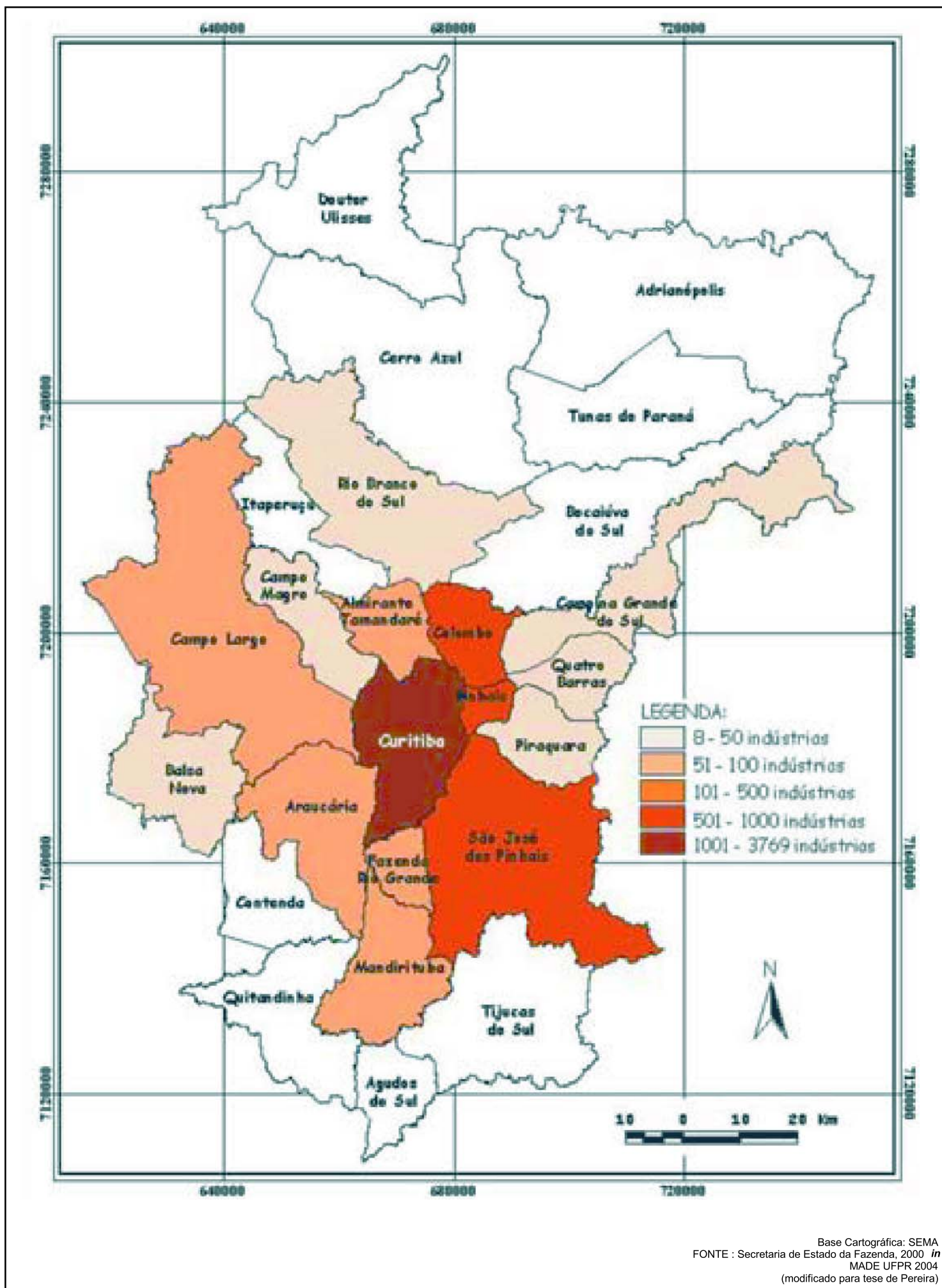


Figura 6 - Total de Indústrias na Região Metropolitana de Curitiba

Podem-se verificar na FIGURA 7, a distribuição espacial das principais indústrias do setor automotivo da RMC, assim como os Distritos Industriais adjacentes que foram criados para receber estas indústrias e as empresas fornecedoras subsidiárias para a fabricação ou a montagem dos veículos, bem como as demais áreas industriais existentes na região.

As montadoras Renault e Audi, foram instaladas no município de São José dos Pinhais. Para a acomodação da Renault, o município criou o Distrito Industrial denominado Complexo Automotivo Ayrton Senna.

Também é possível verificar que na porção Leste da RMC que se encontram as maiores reservas de águas superficiais, que permitem a constituição das represas que irão suprir a população da RMC nos tempos próximos ou futuros. Essa região é a privilegiada em termos de mananciais tendo em vista a conformação geográfica de proximidade da Serra do Mar, o que produz aquíferos subterrâneos significativos e nascentes de águas superficiais de boa qualidade.

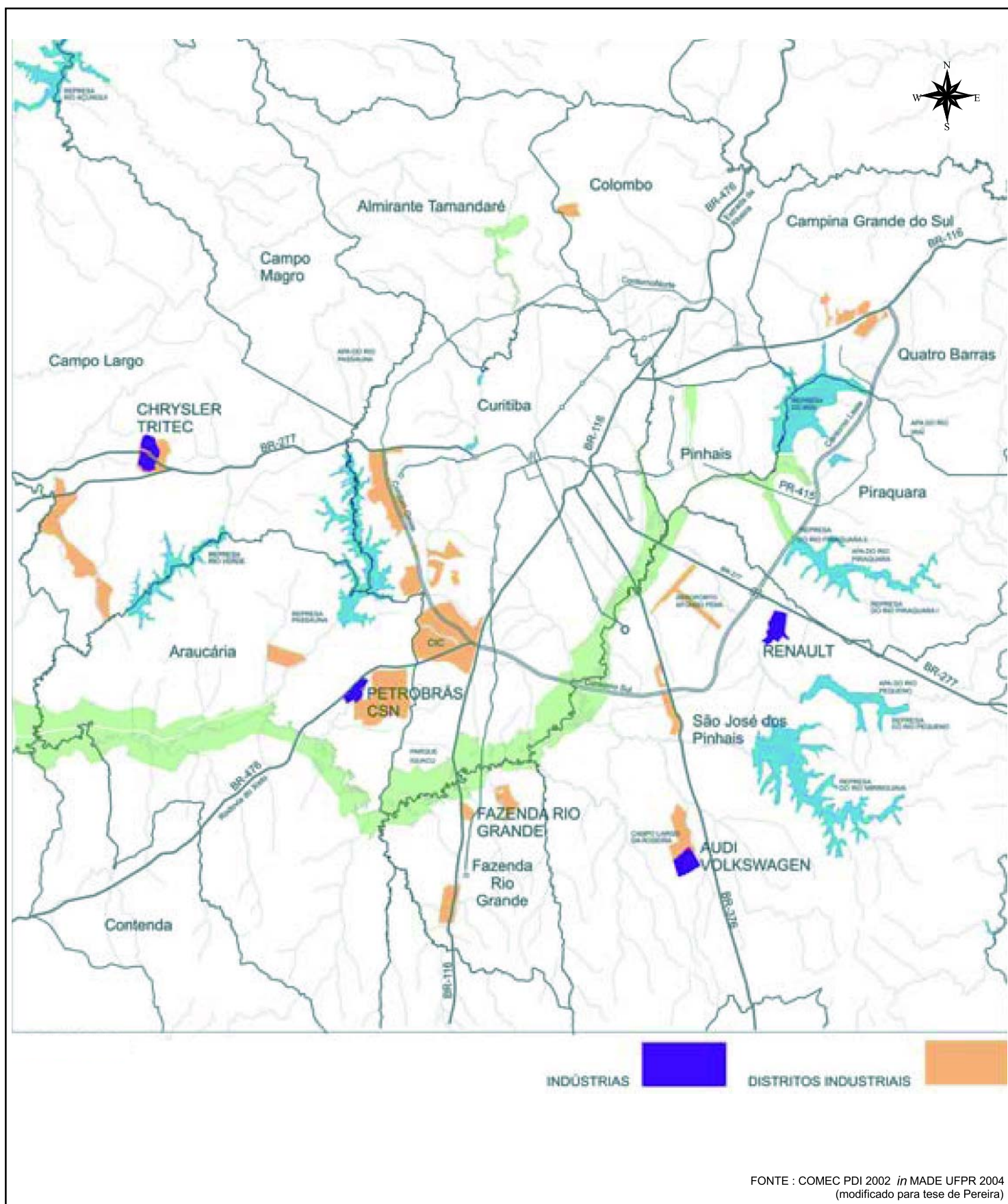
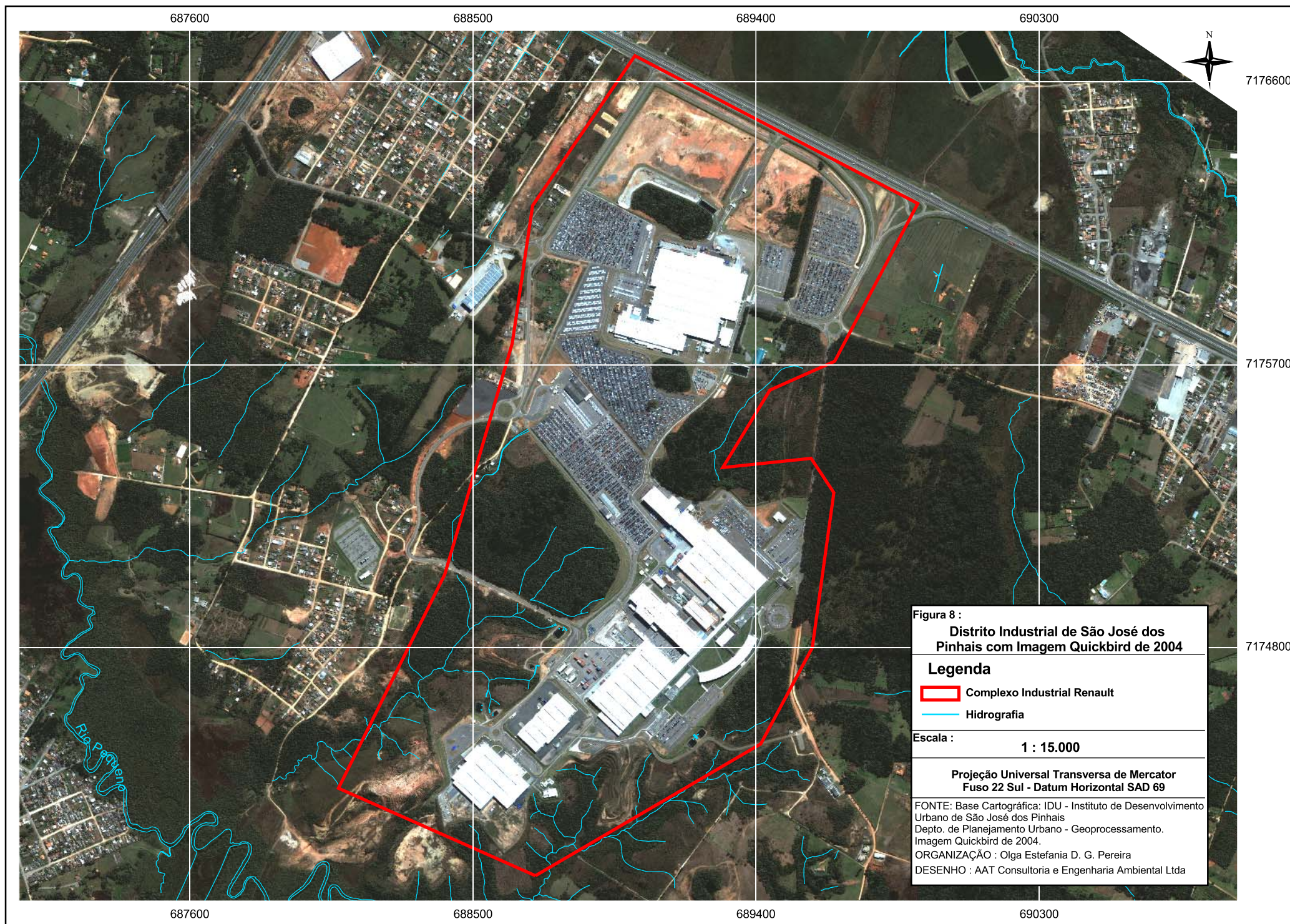


Figura 7 - Distribuição das Indústrias na Região Metropolitana de Curitiba

A Renault encontra-se dentre as principais indústrias que se instalaram na RMC. Está localizada na área de abrangência do entroncamento das rodovias BR 277 a Norte, a BR 376 ao Sul e o contorno Leste que faz a ligação com a BR 116, situa-se na porção Norte do município, abrangendo parte das sub-bacias do Rio Pequeno e Itaquí em uma área de 5,5 milhões de m<sup>2</sup>. Além da indústria esta área possui uso diversificado em especial o habitacional no entorno da planta da Renault, com diversos loteamentos em diferentes fases de expansão, conforme é possível visualizar na FIGURA 8.







### 3.2. INDUSTRIALIZAÇÃO EM SJP

O processo de mundialização possibilitou o surgimento de um fenômeno, viabilizado pelas novas tecnologias da comunicação, que é a articulação do local ao mundial, podendo implicar no aumento das diferenças entre as regiões de um mesmo país ao provocar a competição entre as localidades.

O crescimento econômico do município de São José dos Pinhais é um exemplo desta articulação local – global, como pode ser verificado pelo aumento do Produto Interno Bruto, que fortaleceu e elevou consideravelmente o Produto Interno Bruto do Estado do Paraná, por meio dos segmentos da indústria, do comércio e de serviços.

A implantação do complexo industrial automotivo com a criação do Distrito Industrial incrementou a economia do município revelando uma nova dinâmica na economia de São José dos Pinhais, que teve como um dos reflexos a sua interação com a RMC, com os demais estados e com as outras regiões produtoras em escala internacional, cuja dinâmica teve como referência o modelo de desenvolvimento econômico presente na mundialização do capital, conforme discussão realizada no Capítulo 1.

Segundo o autor Guerra *et al* (2003), essa região passou a produzir bens de alto valor agregado para o país e para o mundo, a importar peças e componentes automotivos amparando-se no sistema produtivo *draw-back*<sup>24</sup> para bens acabados. Por essas razões São José dos Pinhais é, hoje, considerada uma região que participa do ambiente mercadológico - arena global.

O Governo do Estado incentivou a implementação deste processo por meio da viabilização de infra-estruturas para receber a instalação da montadora Renault e posteriormente da Volkswagen-Audi, que fortaleceu o setor automotivo, pois essas duas indústrias são consideradas empresas-mãe por atraírem diversas outras empresas de menor porte para fornecer matérias primas dentro das unidades de montagem.

---

<sup>24</sup> “Este recurso permite que as empresas exportadoras tenham isenção fiscal para os produtos importados quando estes forem re-exportados” (RATTI, p.41, 2002).

Essa etapa do capitalismo foi discutida no primeiro capítulo em que se ressaltou a redução do papel do Estado, denominado de Estado mínimo, cuja prática designa que cabe à iniciativa privada promover o crescimento econômico e o mercado regula os investimentos necessários para o crescimento econômico, embora amparado por incentivos governamentais.

Em São José dos Pinhais, o processo de participação do governo do estado teve como uma das principais conseqüências uma intensa instalação de indústrias no município colaborando para a mudança do perfil da cidade (TABELA 1).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

PERÍODO	INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA	MÉDIA POR ANO
1940 a 1996	523	9
1997 a 2003	450	75
Total de Indústria em 2003	973	

FONTE: Secretaria do Trabalho do Município de São José dos Pinhais

No período de 1940 a 1996 ocorreram em média 9 instalações por ano. Entre 1997 e 2003 este índice passou para 75. Estes resultados demonstram o grau de atratividade do município para o processo de industrialização.

No entanto, esta constatação deve ser acrescida pela análise do papel desempenhado pelo Governo do Paraná na atração das indústrias com incentivos fiscais e de infra-estrutura que viabilizaram a instalação na Região Metropolitana de Curitiba de grandes indústrias como a Audi e a Renault, a partir da segunda metade da década de 1990. Esse processo, porém acentuou-se no início dessa década quando, de acordo com Firkowski (2002, p. 39)

[...] localizavam-se no Paraná [no ano de 1991] cinquenta e duas indústrias de capital estrangeiro, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), assim distribuídas: trinta e quatro localizadas em Curitiba; duas em São José dos Pinhais; duas em Quatro Barras; uma em Araucária; uma em Campo Largo; uma em Pinhais; uma em Balsa Nova, uma em Paranaguá; uma em Cornélio Procopio; uma em Cascavel; duas em Londrina; quatro em Ponta Grossa e uma em Rio Negro.

A principal argumentação do Governo desse período foi a de que a implantação das indústrias traria a oportunidade para acelerar o crescimento econômico, com a geração de empregos e renda como fatores de inclusão social no sistema de produção e a conseqüente diminuição das desigualdades sociais (TAVARES, 2004, p. 43).

O marco deste período foi o processo de negociação ocorrido entre o Governo do Estado do Paraná e a Renault para a instalação de sua fábrica com a assinatura do protocolo realizada em 12 de março de 1996 e a criação do Distrito Industrial que receberia a planta industrial em 18 de março do mesmo ano.

Segundo a autora Lima (2006, p.94) o interesse maior neste processo foi apresentado por parte do Governo Estadual, pois

[...] o Paraná [...], nem mesmo constava entre os estados alvo da Renault, que foi a primeira empresa a instalar-se na região [da aglomeração poligonal]. O Rio Grande do Sul, com a região do entorno de Porto Alegre e principalmente Juiz de Fora em Minas Gerais eram os alvos preferenciais. A primeira cidade pela tradição industrial e pelas vantagens locacionais apresentadas pela proximidade com o Mercosul, e a região de Juiz de Fora pela pressão política representada pelo Ex-presidente Itamar Franco. O esforço realizado pelo governo do Estado do Paraná neste período, que acabou mostrando-se bem sucedido neste particular, estava relacionado com uma perspectiva de queda na arrecadação estadual devido a [...] mudanças [...] no critério de cobrança do ICMS dos estados produtores de eletricidade, que do estado produtor passava a ser cobrado pelo estado consumidor, e a lei Kandir, que tinha como objetivo facilitar a exportação de grãos, desonerando de impostos uma das principais fontes de receita do Estado.

Assim, o comprometimento dos cofres públicos acentuava a necessidade de operar uma mudança na base da arrecadação de impostos do setor primário para o secundário, o que de fato ocorreu conforme pode ser observado na TABELA 2



TABELA 2 - SEGMENTOS ECONÔMICOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS  
NO ANO DE 2000

RAMO DE ATIVIDADE	EMPRESAS	EMPREGOS		RELAÇÃO EMPREGOS/ EMPRESAS
		NÚMERO	%	
Agropecuário, Extrativismo Vegetal, Caça , Pesca	23	232	0,6	10
Extrativismo Mineral	36	267	0,7	7
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>888</b>	<b>12.737</b>	<b>33,5</b>	<b>14</b>
Construção Civil	228	3.323	8,7	14
Comércio	2.382	11.851	31,2	5
Serviços	1.331	9.560	25,0	7
Total	4.888	37.970	100	7

FONTE: IBGE, Censo 2000.

Org.: PEREIRA (2006)

De acordo com os dados obtidos no IBGE verifica-se que a indústria de transformação no ano de 2000 possuía um total de 888 empresas em SJP que demandaram 12.737 empregos, representando 33,5% do total de empregos existentes, absorvendo em seus quadros aproximadamente 14 funcionários/empresa. O mesmo não se observa com outros ramos de atividade, como por exemplo, o extrativismo vegetal e mineral, que no conjunto oferecia 31,2% dos empregos. O segmento do comércio empregava 31% da população trabalhadora, no entanto, empregava 5 pessoas por unidade organizacional.

Considerando-se a oportunidade de geração de renda, evidencia-se que a média salarial paga pelas indústrias em geral, é superior em 27% à média do mercado de trabalho. A atividade agrícola remunera menos da metade da indústria e diversos estudos apontam para a dificuldade de inserir valor agregado aos produtos pelo segmento agrícola. A construção civil, outro segmento com alta capacidade de demandar desempregados, quando ativa, remunera 40% menos que o segmento industrial (TABELA 3).

TABELA 3 - REMUNERAÇÃO MÉDIA EM SALÁRIOS MÍNIMOS DOS EMPREGADOS  
NOS RAMOS DE ATIVIDADE EM SJP NO ANO DE 2000

Ramo de Atividade	Média Salarial Junho e Julho	% Sobre a Média Salarial Total
Indústria	599	27
Construção Civil	402	85
Comércio	351	74
Serviços	422	90
Agropecuária, Ext. vegetal	276	58

FONTE: Cadastro Geral de Desempregados e Desempregados - CAGED, 2002.

Com o início dos entendimentos do governo do estado do Paraná com a direção da Renault também tem início um processo de atração de diversas empresas fornecedoras.

Esse arranjo produtivo local criou um processo organizacional que atua em rede, a fim de suprir as necessidades de produção da empresa produtora principal constituindo um *cluster* que significa, segundo Brito (2000, p. 2)

[...] concentração geográfica de atividades econômicas similares e/ou fortemente inter-relacionadas ou interdependentes [...] associada à consolidação de sistemas flexíveis de produção estruturados ao nível local os quais costumam ser caracterizados a partir de desdobramentos da análise de “distritos industriais” ganhos de eficiência proporcionados pela especialização produtiva de firmas localizadas em uma mesma região geográfica, atribuindo particular importância à institucionalidade subjacente às relações entre agentes, indutora de formas de colaboração implícitas e explícitas entre eles.

Assim, os interesses convergentes proporcionados pela combinação de competências complementares se converteram em importante fator para o aumento da competitividade dos agentes.

Concorda-se com o autor Brito (2000, p. 2) ao admitir a possibilidade de evoluir-se na direção de um novo estágio no desenvolvimento dos sistemas econômicos, relacionado ao conceito de aliança capitalista<sup>25</sup>, baseados na co-existência

<sup>25</sup> Fase do capitalismo caracterizada pelas alianças entre empresas as quais se destinam a fornecer aos parceiros competências para competirem em termos globais. A cooperação pode ser coordenada por uma grande empresa que atua como ponto focal de uma rede de fornecedores, frequentemente ligados através de sistemas telemáticos; ter lugar entre empresas com competências produtivas e/ou comerciais complementares; ou ainda envolver empresas concorrentes que resolvem aliar-se, estabelecendo-se no entorno da empresa principal, de modo a reforçarem as respectivas posições competitivas. (SIMÕES, 1997, p.9).

de relações de cooperação e competição, a partir das repercussões decorrentes dos processos de globalização e liberalização, e ao mesmo tempo do crescente número de relações em rede e alianças estratégicas estruturadas para permitir um melhor enfrentamento do contexto econômico mundial.

Em razão dos interesses do governo do estado do Paraná em atrair novos empreendimentos, conforme discussão realizada no capítulo anterior, para a instalação da Renault as esferas governamentais do estado e do município de SJP cederam terrenos livres de quaisquer ônus, com incentivos fiscais, isenção de diversos impostos e taxas – como, por exemplo, a isenção de pagamento do ICMS por 10 anos, financiamento da estrutura produtiva, e flexibilização das leis tributárias e ambientais.

A criação de postos de trabalho pelas indústrias no período pós-implantação do Complexo Industrial Automotivo da Renault e Volks-Audi em SJP, não teve um aumento linear e constante no tempo, observando-se um aumento gradativo das admissões até o ano de 2000, em parte afetadas pelo crescimento paralelo das demissões e o processo inverso, com o decréscimo das admissões e demissões e conseqüente redução do saldo dos postos de trabalho criados se verifica de 2000 a 2002 (TABELA 4).

TABELA 4 - *TURN-OVER*<sup>26</sup> NAS EMPRESAS DE SJP

ANO	ADMISSÕES	DEMISSÕES	ADMISSÕES E DEMISSÕES
1990	12.311	14.065	- 1.754
1991	10.244	10.650	- 406
1992	7.233	7.800	- 567
1993	9.959	9.065	+ 894
1994	12.037	10.797	+ 1.240
1995	11.817	12.328	- 511
1996	11.637	12.265	- 628
1997	12.637	11.632	+ 1.005
1998	15.189	13.599	+ 1.590
1999	19.195	16.260	+ 2.935
2000	20.905	17.093	+ 3.812
2001	19.879	18.566	+ 1.313
2002	17.760	16.332	+ 1.428

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

<sup>26</sup> “[...] significa a rotatividade de funcionários dentro de uma organização.” (CHIAVENATO, 2000, p. 56).

Pode-se identificar uma instabilidade no mercado de trabalho no início da década de 90 em vista da oscilação do *turn-over* das empresas, que se regularizou a partir da segunda metade da década, fortalecido com crescimento positivo após o ano da decisão política do estado do Paraná em atrair o investimento automotivo.

Os dados econômicos da população residente em São José dos Pinhais no período da instalação das indústrias automotivas, que podem ser observados na TABELA 5, demonstravam que a grande maioria da população residia na área urbana e um pouco mais da metade dos domicílios apresentava tratamento do esgoto sanitário. Com relação ao trabalho, apenas 19% da População Economicamente Ativa - PEA estava empregada e 47% trabalhava na informalidade, revelando condições de vida precárias, e dificuldade de acesso a postos de trabalho, em especial os formais.

TABELA 5 - DADOS SOCIOECONÔMICOS DE SJP – ANO, 2000

Área total do município	929,85 Km <sup>2</sup>
Pessoas residentes no município	204.316
Homens residentes no município	50%
Mulheres residentes no município	49%
Pessoas residentes na área urbana	89%
Pessoas residentes na área rural	10%
Pessoas residentes – 10 anos ou mais de idade, alfabetizada	75%
Eleitores	55%
Sedes de empresas com CNPJ	4.888
População Economicamente Ativa – PEA	51%
PEA na formalidade	52%
PEA na informalidade	47%
Pessoal ocupado total da população	19%
Domicílios particulares permanentes – Dpp	55.811
Dpp com sanitário, esgotamento sanitário, rede geral	51%
Dpp com abastecimento de água – rede geral	83%
Dpp com destino de lixo coletado	95%

FONTE: Censo 2000. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SICTUR.

O município com quase 90% da população urbana e com 4.888 empresas registradas oficialmente ainda não oferecia empregos para todos que precisavam trabalhar e quase metade dos que trabalhavam o faziam de modo informal, pois, de acordo com as informações da Prefeitura Municipal de SJP, dos 1.855 funcionários da RENAULT, 873 são de origem do Paraná, representando 47% do total de trabalhadores. A maioria dos empregos, portanto, dessa indústria, beneficiava

trabalhadores de fora do estado, evidenciando um contexto social de contradição, inerente à atual etapa de desenvolvimento da sociedade capitalista (TABELA 5).

Dentre os incentivos fiscais concedidos pelo governo do Estado para as indústrias, evidencia-se para este estudo a isenção de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seu art. 158, IV, há determinação que, da arrecadação do ICMS, 75% seja destinada ao estado para a sua manutenção e investimento e os 25% restantes devem ser distribuídos aos municípios. A lei estabelece ainda, que os estados tenham autonomia para determinar os critérios de distribuição da fração que cabe aos municípios.

No caso do estado do Paraná a Lei Complementar nº 59/91 dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, conforme possibilita o art.2º da Lei nº 9491/90, aos municípios que abrigam em seu território unidades de conservação, áreas de preservação ambiental ou mananciais de abastecimento público, áreas de terras indígenas, reservas particulares do patrimônio natural, faxinais, reservas florestais legais, áreas de preservação permanente e sítios especiais nos entornos de alguns tipos de unidades de conservação Ecológico, que tem por finalidade implantar e manter Programas de Proteção e Conservação do Meio Ambiente.

Essa lei ficou conhecida como Lei do ICMS Ecológico, pois insere o critério ambiental na redistribuição do imposto. A partir desse mecanismo, cria-se uma oportunidade para que o Estado, por meio de políticas públicas, possa interferir no processo de planejamento do desenvolvimento dos municípios, ao estimular que sejam reservadas áreas para conservação ambiental, assim como sejam promovidas ações para a efetivação do desenvolvimento sustentável.

Como consequência da destinação desses recursos para os municípios estimula-se a elaboração de propostas que promovam o equilíbrio ecológico, a equidade social e o desenvolvimento econômico e recompensar os municípios que possuam áreas protegidas em seu território.

Dentre as ações que podem ser desenvolvidas nesse sentido, está o

saneamento ambiental, ou ainda, critérios sociais, com a finalidade de não se prejudicar municípios que sejam desprovidos de Unidades de Conservação ou mananciais de abastecimento de água.

Dessa forma, entende-se que o ICMS Ecológico é um instrumento importante para a gestão ambiental nos municípios, na medida em que incentiva a implementação de alternativas econômicas menos degradadoras.

Essa foi uma das estratégias utilizadas para incentivar o município de SJP a criar Unidades de Conservação, assim como para que fossem estabelecidas políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Na TABELA 6, pode-se observar a evolução do repasse deste tributo:

TABELA 6 - ICMS E ICMS ECOLÓGICO REPASSADO AO MUNICÍPIO DE SJP

ANO	TOTAL DE ICMS REPASSADO AO MUNICÍPIO (A)	ICMS - VARIAÇÃO % ANUAL	TOTAL DE ICMS ECOLÓGICO REPASSADO (B)	ICMS ECOLÓGICO VARIAÇÃO % ANUAL	B/A
1995	11.777.997,75	-	1.264.727,43	-	1,7
1996	13.962.529,17	18,54	1.521.077,01	20,27	10,8
1997	13.774.790,88	(1,34)	1.134.652,77	(25,40)	8,2
1998	16.408.345,37	19,11	1.078.655,18	(4,93)	6,5
1999	21.693.745,08	32,21	1.199.247,84	11,17	5,5
2000	33.737.942,62	55,51	1.484.806,91	23,81	4,4
2001	42.377.597,12	25,60	1.704.534,51	14,80	4,0
2002	54.171.515,05	27,83	825.891,19	51,54	1,5

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, 2003.

Diante dos dados da tabela, observamos que houve uma sensível redução no percentual de repasse de ICMS Ecológico para o município de SJP, tendo em vista que houve perdas importantes de áreas de preservação ambiental.

Esse fato contrasta com a política de incentivo fiscal que caracterizou a relação entre o estado e as indústrias nesse período, pois, enquanto os repasses de ICMS do Estado ao município cresceram do ano de 1995 ao ano de 2002 na ordem de

359%, o repasse do ICMS Ecológico diminuiu na ordem de 10,73% para 1,52%.

Essa compensação é permitida pela Constituição Federal Brasileira, na qual encontra argumento legal. Está especificada no Título VI que trata da Tributação e do Orçamento e define impostos como tributos que servem para a promoção do desenvolvimento econômico ou social, e muitos deles devem ser objetos de legislações complementares, a fim disciplinar-lhes o gerenciamento.

Como consequência, esses dispositivos constitucionais permitem que os governos estabeleçam prioridades na aplicação dos recursos arrecadados por meio dos impostos de diversas naturezas e origens. Esse mecanismo possibilita que sejam eliminados, se for o caso, aqueles impostos considerados não essenciais, e promover, por exemplo, a elevação da arrecadação e a equidade sem necessariamente criar novos tributos ou elevar os existentes.

Por outro lado, admite a renúncia da arrecadação de receitas como forma de conceder incentivos fiscais, para estimular determinadas áreas da economia, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social de determinadas localidades, conforme afirmado anteriormente.

No caso da concessão de incentivos fiscais, esse benefício é considerado como gasto tributário, ou seja, deixa-se de arrecadar o determinado imposto e contabiliza-se esse montante não arrecadado como gasto tributário.

A identificação dos gastos tributários possibilita medir o seu custo fiscal e permite que seja reavaliada a estrutura dos incentivos vigentes, a fim de mensurar a efetividade das políticas públicas implementadas e as formas mais apropriadas para atingir os objetivos dos governos.

Dessa forma, após a apresentação dos resultados da arrecadação do ICMS e da diminuição da destinação do ICMS Ecológico para SJP, passaremos a analisar as informações relativas aos reflexos que essa política fiscal teve em termos de desenvolvimento econômico e social no município, em especial, na localidade estudada, Jardim Jurema.

### 3.3. CRESCIMENTO POPULACIONAL EM SJP

As informações oficiais sobre os aspectos populacionais confirmam que a partir do início dos anos 1990 configurou-se um quadro importante de aporte populacional para o município de São José dos Pinhais como um todo.

O ano de 1991 foi tomado como referência para a avaliação do crescimento populacional, a partir das informações censitárias, por ter sido este o ano do censo que foi realizado no período que antecedeu a implantação do Distrito Industrial até o ano de 2000.

Tal procedimento foi adotado, a fim de permitir a visualização da distribuição do crescimento populacional, no interior do município, de acordo com a divisão do IBGE em Distritos Censitários. Segundo esse método, São José dos Pinhais se divide em 07 Distritos e estes em 189 Setores Censitários.

Os dados utilizados se referem aos Censos dos anos de 1991 e 2000 e da contagem populacional do ano de 1996, separados por distritos, a fim de subsidiar a análise sobre a mobilidade da população ocorrida no período descrito.

Foram comparadas as informações relativas à totalidade da população residente no município àquelas referentes aos Distritos Censitário, sem distinção dos Setores, num primeiro momento.

Como forma de facilitar a visualização desse crescimento populacional de maneira proporcional entre as localidades, foram calculadas e comparadas as taxas de crescimento anual entre os anos de 1991, 1996 e 2000.

Os resultados desse trabalho podem ser verificados na TABELA 7 denominada por População Residente e Taxas de Crescimento Médio Anual por Distrito Censitário do Município de SJP.



TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL POR DISTRITO CENSITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SJP

ANO/PERÍODO	1991	91/96	1996	96/00	2000	Total
DISTRITOS CENSITÁRIOS	Nº HAB	Taxa	Nº HAB	Taxa	Nº HAB	Taxa
Borda do Campo	8.849	11,00%	14.908	7,99%	20.271	9,65%
Cachoeira de São José	1.851	5,62%	2.433	4,13%	2.860	4,95%
Campo Largo da Roseira	5.857	4,60%	7.333	2,68%	8.151	3,74%
Colônia Murici	1.375	7,99%	2.019	2,12%	2.196	5,34%
Marcelino	1.046	-5,58%	785	6,77%	1.020	-0,28%
SJP – Sede	102.819	5,51%	134.427	4,55%	160.594	5,08%
São Marcos	5.658	4,74%	7.132	6,64%	9.224	5,58%
<b>TOTAL</b>	<b>127.455</b>	<b>5,81%</b>	<b>169.037</b>	<b>4,85%</b>	<b>204.316</b>	<b>5,38%</b>

FONTE: Censos 1991 e 2000 e contagem populacional de 1996, IBGE

ORG.: PEREIRA (2007)

De fato, pode-se perceber que houve um aumento significativo da população no período verificado. No ano de 1991 havia 127.455 pessoas residentes em SJP, este número aumentou para 169.037 em 1996 e 204.316 habitantes no ano de 2000.

Conforme demonstrado, houve um sensível aumento do crescimento populacional verificado no Distrito Censitário, denominado de Borda do Campo de São Sebastião, pois, ao comparar as taxas de crescimento anual dos anos de 1991 e de 1996, verifica-se que a taxa média verificada nessa localidade foi superior às taxas verificadas nos demais Distritos Censitários e no município como um todo.

Como consequência desse crescimento não homogêneo, observa-se uma concentração populacional nas localidades do entorno do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, local onde está instalada a Renault. Essas áreas equivalem aos bairros Jardim Ipê, Renault, Borda do Campo e Rio Pequeno, somente nessa região o aumento, na década de 1990, foi de 47,3 mil pessoas, o que corresponde a 61,7% da evolução populacional total do município. Segundo um estudo de Tavares (2005, p.44)

No segundo período, 1996-2000, também em termos absolutos, o maior crescimento foi verificado [...] nos bairros Renault e Borda do Campo. Foram 7,6 mil novos moradores. Neste caso, provavelmente, a instalação do Distrito teve um importante papel neste crescimento. Não necessariamente pelas oportunidades de trabalho, mas, possivelmente, pela melhoria da infra-estrutura instalada, como água, luz e transporte coletivo, e das condições de acesso à área do Distrito.

A análise do crescimento populacional ocorrido na década de 90 para identificar quais as localidades que receberam o maior número de pessoas, necessitou que fossem compatibilizados os dados de setores censitários, fornecidos pelo IBGE, referentes aos anos de 1991, 1996 e 2000, em razão de que a delimitação dos setores foi alterada no período, pois esse crescimento exigiu um novo redimensionamento.

Dessa forma, o procedimento adotado consistiu em trabalhar com as informações de maneira comparada com a nova divisão de áreas do município estabelecida pelo IBGE.

### 3.4 A OCUPAÇÃO URBANA NA RMC E EM SJP

Em 1981, o governo do estado promoveu em Curitiba o Seminário denominado *A Região Metropolitana de Curitiba do ano 2000*, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, cujo objetivo era o de obter subsídios para planejar o crescimento e o desenvolvimento econômico para a região.

Dentre outras questões, encontra-se no relatório final do referido encontro, a determinação de que seria preservado o meio ambiente da metrópole, por diversos argumentos legais e, textualmente afirmava que seria proibida a

[...] instalação de indústrias poluentes em toda a área metropolitana, mas especialmente nos Municípios de Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo e São José dos Pinhais, situados a leste de Curitiba:[...]são áreas de preservação de mananciais. A Metrópole, portanto, não vai caminhar para o leste. Nem para o Sul, onde se encontram áreas inundáveis do rio Iguaçu. A Metrópole vai se espalhar no sentido norte-oeste, e a administração estadual estabeleceu a localização do seu centro industrial, por todos estes fatores, sobre o eixo Campo Largo-Araucária, tendo por suportes a Cidade Industrial de Curitiba, o Centro Industrial de Araucária e o Complexo Petroquímico da Petrobrás, além das boas condições a serem estimuladas em Campo Largo e ao norte do Município de São José dos Pinhais. (COMEC, 1981,p.3 e 4).

Ocorreu que no ano de 1996, o governo do estado do Paraná, iniciou um

processo de incentivo para acelerar o desenvolvimento industrial no Paraná. Desta forma, conforme foi destacado no item anterior, utilizou-se da prerrogativa de concessão de incentivos fiscais, como dilação do prazo de recolhimento do ICMS por quatro anos, com posterior correção monetária e isenções de ISS e IPTU, por dez anos, por parte dos municípios, para atrair as montadoras para o Estado.

Conforme observou Sesso Filho *et al* (2004, p.94), essas estratégias ficaram conhecidas como “guerra fiscal” que se estabeleceu no Brasil entre estados e municípios, de acordo com o autor: “além dos incentivos fiscais, o Paraná possui na Região Metropolitana de Curitiba um conjunto de fatores atrativos para os investidores, como mão-de-obra qualificada e potencial de pesquisa”, pois, dispõe da:

Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), da Incubadora Tecnológica de Curitiba (Intec), constituída por parceria entre a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, o Centro de Integração de Escolas de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), entre outros. O Centro Automotivo, parceria entre a Federação das Indústrias do Paraná (FIEPR), Senai, Cefet-PR, Isad-PUC e as montadoras, contribui de forma importante para o desenvolvimento da indústria automobilística. Este órgão treina pessoas para trabalhar no setor por meio da oferta de cursos em operações de lataria, montagem de carros, logística e solda.

A expressão “região concentrada”, é encontrada em *A Urbanização Brasileira*, (SANTOS,1993) segundo a qual insere em seu interior uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do País, que se caracteriza por garantir a presença conjunta de uma modernização generalizada, diferente das demais regiões do país em que a modernização é seletiva. Nesse espaço, segundo o autor, encontra-se uma área contínua de manifestação do meio técnico-científico, cuja lógica corresponde às necessidades do presente estágio de desenvolvimento do País, e que representa o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo (SANTOS, 1993, p.39 e 40).

Portanto, no Paraná, a região que reunia tais condições era a Região

Metropolitana de Curitiba - RMC, com infra-estrutura adequada e moderna, construída e aprimorada durante décadas, segundo Lourenço (1996, p.4)

[...] oferta de energia elétrica, serviços de telecomunicações e proximidade com o Porto de Paranaguá; a localização geográfica estratégica do estado em relação aos mercados consumidores e fornecedores industriais do país e aos centros compradores do Mercosul; a proximidade de eixos de transporte formados pela BR 277 (conduzindo ao porto e ao interior do estado), 166 e 376 que desembocam na BR 101 e conectam o Paraná com os demais estados do sul) e 116 (permitindo o acesso a São Paulo), facilitando o escoamento da produção, e a excelência dos equipamentos urbanos de Curitiba.

Além das questões relacionadas à infra-estrutura favorável se configurava como razões para a opção de instalação na RMC, fatores como a reduzida organização e atuação sindical que tem como um dos resultados mais importantes o baixo índice de greves, característica que diferenciava o contexto do Paraná com os de outros estados da Federação com densidade industrial.

Os benefícios oferecidos pelo governo do Estado à época, para a indústria Renault, como incentivo para a sua instalação na RMC, foi objeto de diversos estudos, um dos autores que se aprofundou nessa análise foi Lourenço (1996, p.4) que descreveu alguns dos fatores de ordem econômica, como os incentivos fiscais via dilação de prazo de recolhimento de ICMS e possibilidade de utilização de créditos do ICMS pago para compra ou transferência de bens de capital; pela doação do terreno (calculado em R\$12 milhões); pela concessão das obras de infra-estrutura de acesso à planta, incluindo ramal ferroviário de 6 km ligando o pátio à ferrovia e pelos incentivos municipais.

Aliado a este processo de intervenção do Estado na configuração espacial em que se implantou o Distrito Industrial de São José dos Pinhais, está o fato de que a sua localização se insere no território do conceito de "aglomeração poligonal", segundo definição encontrada em Motim, Firkowski e Araújo (2002, p.4)

[...] para o fenômeno em que "um limitado número de novos pólos de crescimento ou regiões tem capturado a maior parte das novas atividades econômicas". A delimitação do polígono se faz pelas cidades de Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e Belo Horizonte. A região contida no interior

do polígono é privilegiada do ponto de vista da localização das indústrias, em razão de certa similaridade de condições capazes de atraí-las, tais como tamanho urbano, serviços, infra-estrutura, alcance do mercado consumidor, dentre outras.

Para possibilitar a efetiva implantação das indústrias neste espaço geográfico, o governo do Estado necessitava “adaptar” a legislação ambiental que proibia a realização de atividades industriais na área. Dessa forma, modificou a legislação existente, autorizando o uso do espaço para a concretização do projeto de constituição do Distrito Industrial em São José dos Pinhais. O que era inicialmente manancial protegido, tornou-se Área de Proteção Ambiental adaptada à ação do capital.

Ao realizar um estudo das legislações que seguiram nos anos posteriores, pode-se perceber uma sensível modificação de intenção nos objetivos daquele Seminário, realizado no ano de 1981, e nos esforços institucionais governamentais, no sentido de atender aos propósitos de atração das indústrias.

Assim, a Bacia do Altíssimo Iguaçu se encontra sob constante ameaça de degradação de suas águas pela ocupação realizada de maneira não planejada, conforme os resultados do Seminário citado (ANDREOLLI et al, 1998, p. 42).

Para mencionar um exemplo dos problemas causados pela ausência do planejamento de ocupação urbana, a sub-bacia do Rio Itaquí abrange uma área de 39,80 km<sup>2</sup>, nos Municípios de Piraquara e São José dos Pinhais, e segundo o mesmo autor, encontra-se com loteamentos e um processo de ocupação acelerada.

Parte da margem esquerda do Rio Itaquí, bem como suas nascentes possui declividade mais acentuada, onde as matas ciliares estão conservadas e praticamente sem ocupação urbana. Já na sua margem esquerda, a mata ciliar é praticamente inexistente. Este desmatamento, juntamente com o uso inadequado do solo, proporciona o carregamento de sedimentos, fazendo com que ocorra o assoreamento do seu leito natural, ocasionando enchentes (COMEC, 1999).

Porém, as nascentes de água encontram-se ameaçadas, pois de acordo com os dados do EIA/RIMA (1996, p. 310) existe um alerta para o problema do

soterramento de nascentes. Entende-se que esta ameaça encontra-se na execução de alguns platôs que compõem o Parque Industrial, pois tal como foi concebido, atinge e soterra, em sua porção sul, nascentes e pequenos córregos que dispunham de mata ciliar (Floresta Ombrófila Mista Aluvial). Tal fato pode resultar em prejuízos ao sistema hídrico local e à fração da biota que dele depende, intervindo diretamente sobre reservas ecológicas protegidas por lei, este impacto atinge a área diretamente afetada.

Dessa forma, a sua magnitude e importância devem ser consideradas grandes, principalmente tendo-se em vista que em determinados pontos, o soterramento de cursos d'água deverá se dar em um desnível superior a 20 metros, o risco do escoamento superficial, com a execução de obras civis, especialmente a pavimentação de ruas e estacionamento é devido à impermeabilização de parte substancial do terreno, fazendo com que a parcela de água proveniente das precipitações pluviométricas que se infiltraria no subsolo, escoe em superfície, aumentando o *runoff* e causando uma sobrecarga no sistema de drenagem superficial natural. Este impacto afeta a área de influência indireta, ou seja, as sub-bacias dos rios Pequeno e Itaquí, em suas porções a jusante do empreendimento. A ação impactante teria efeito imediato e progressivo, a partir do início das obras, podendo ser considerada permanente e irreversível a partir daí, pois terminada a implantação do empreendimento, as condições não serão revertidas (EIA/RIMA, 1996, p.309).

Em 1996, como forma de adaptar o ambiente às necessidades da industrialização, o governo do Paraná revogou o Decreto 2964/80<sup>27</sup>, por meio de três outros Decretos que criaram três APAs, liberando área para a instalação da Renault e para demais ocupações: Decreto 1752/96 APA do Rio Pequeno, Decreto 1753/96 APA do Rio Irai e Decreto 1754/96 a APA do Rio Piraquara, regiões que correspondem a nascente em que estava prevista a construção de um reservatório, em cujo se localizam as APAS dos Decretos citados.

---

<sup>27</sup> Decreto 2.964 declarava os mananciais da Bacia do Alto Iguaçu como área de proteção especial nos reservatórios presentes e futuros.

Assim, às ações de incentivo fiscal foram agregadas as adaptações ambientais para esta industrialização. Com relação ao Rio Pequeno, está afirmado no artigo 3º do Decreto 1752/96 que

A APA Estadual do Pequeno, situada na área leste da Região Metropolitana de Curitiba, abrange parte do município de São José dos Pinhais e compreende as áreas a montante da barragem, em área de contribuição hídrica da represa do Pequeno, cuja delimitação é representada pelo seguinte perímetro: inicia-se no ponto de partida 0 (zero), situado no local da interseção do leito do rio Pequeno com o eixo da barragem projetada; segue pelo eixo da barragem, em direção oeste, até o ponto 01, situado na interseção do prolongamento oeste do eixo da barragem com o divisor de águas da bacia hidrográfica do rio Pequeno; desse ponto segue, em direção norte, pelo divisor de águas da bacia, contornando-a até encontrar o ponto 02, situado na interseção do prolongamento leste do eixo da barragem com o divisor de águas; do ponto 02 segue pelo prolongamento do eixo da barragem, em direção oeste, até encontrar o ponto 0 (zero), anteriormente descrito, fechando a poligonal, conforme delimitação indicada em mapa anexo e integrante deste Decreto.

Mais adiante, no Art. 4º são criadas zonas de manejo e utilização do solo, em terrenos localizados nos novos limites da APA do rio Pequeno,

Visando atender aos seus objetivos, a APA Estadual do Pequeno indicará, no seu Plano de Manejo, o zoneamento ecológico-econômico que conterà, no máximo, as seguintes zonas:  
I – [...]

II - **Zonas Urbanas** - são as destinadas a disciplinar os usos urbanos e subdividem-se em:

[...]d.) **Corredores de Uso Especial** - são aqueles destinados a disciplinar a ocupação dos eixos rodoviários que cruzam a área da APA Estadual do Pequeno (rodovias estaduais e municipais) no que se refere à implantação e expansão de atividades de serviços, comércio e indústria para apoio à população local; (grifos da autora)(DECRETO ESTADUAL Nº. 1752)

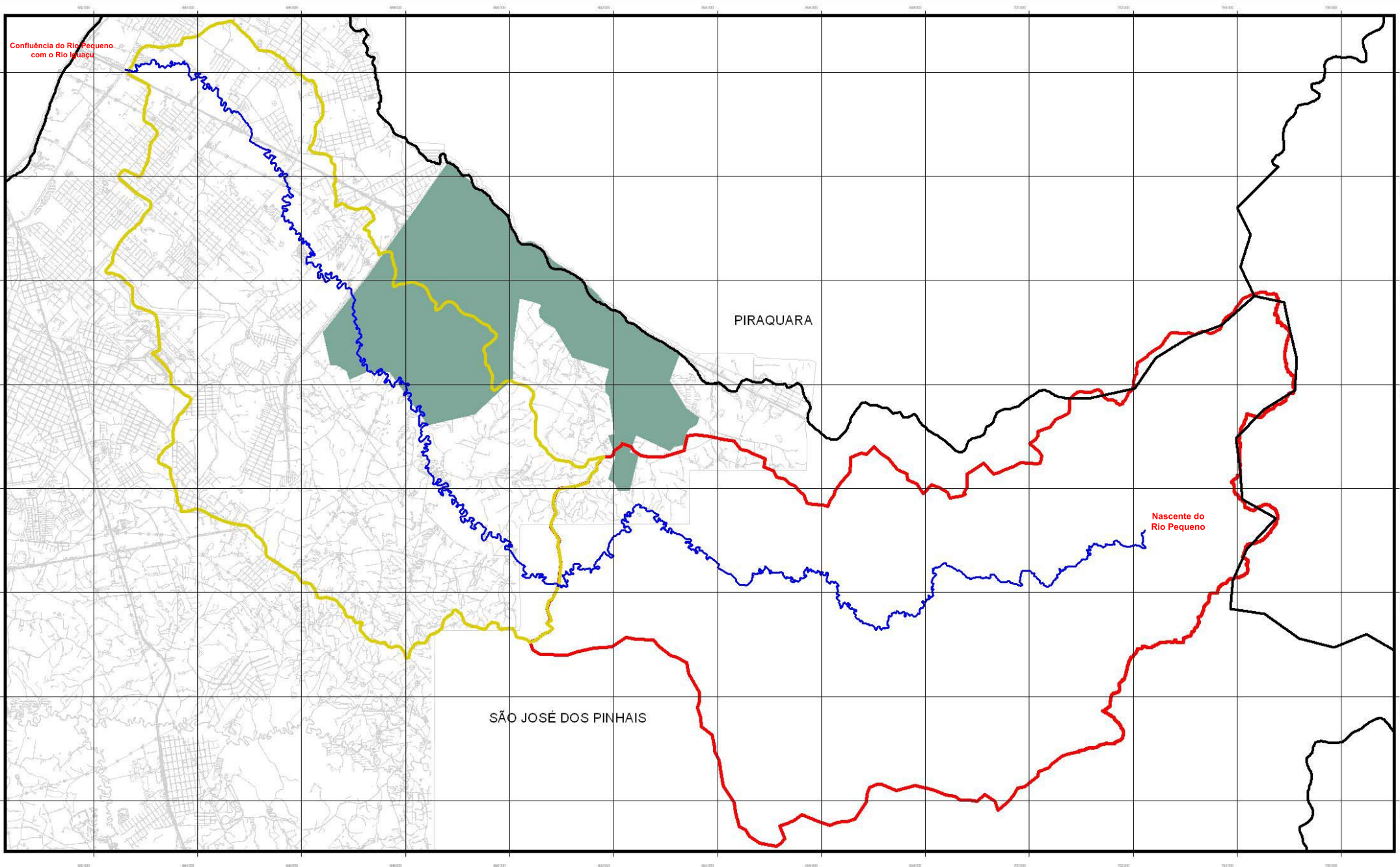
Essa atitude por parte do governo do estado, além dos incentivos, confirmaram a preocupação dos ambientalistas quando da implantação da indústria da Renault, conforme ressaltado por FIRKOWSKI (2004, p.280-281)

[...] sua presença desencadeou a instalação não só de novas indústrias, como também de outras atividades econômicas e da população, sobretudo na porção leste do aglomerado metropolitano. É evidente o papel decisivo do contorno para as novas implantações industriais, onde nichos de fornecedores aparecem às margens do mesmo, ou muito

próximo a ele. [...] O caso mais notório foi, sem dúvida, o da Renault, que motivou a solução da questão por meio da alteração da área antes destinada à preservação de mananciais, que foi fragmentada em três Áreas de Proteção Ambiental (APA) menores, ficando excluídos, exatamente os locais onde hoje estão implantadas a maioria das novas fábricas.

Com a finalidade de abranger a extensão do Rio Pequeno até o ponto em que o leito de suas águas contribui para o Rio Iguaçu, no ano de 2005 foi editado o Decreto de nº. 4267 completando com a legislação de proteção ambiental toda a extensão do rio que desta forma atingiu parte da área do Distrito Industrial de São José dos Pinhais, mas especificamente na localização da indústria Renault e parte do entorno (FIGURA 09).





#### LEGENDA:

- Área de Estudo
- Área do Decreto nº 4267/05
- APA do Rio Pequeno - Decreto 1752/96

~ Rio Pequeno

#### ESCALA GRÁFICA:



Datum Horizontal: SAD69

Fonte: COMEC, 2007.

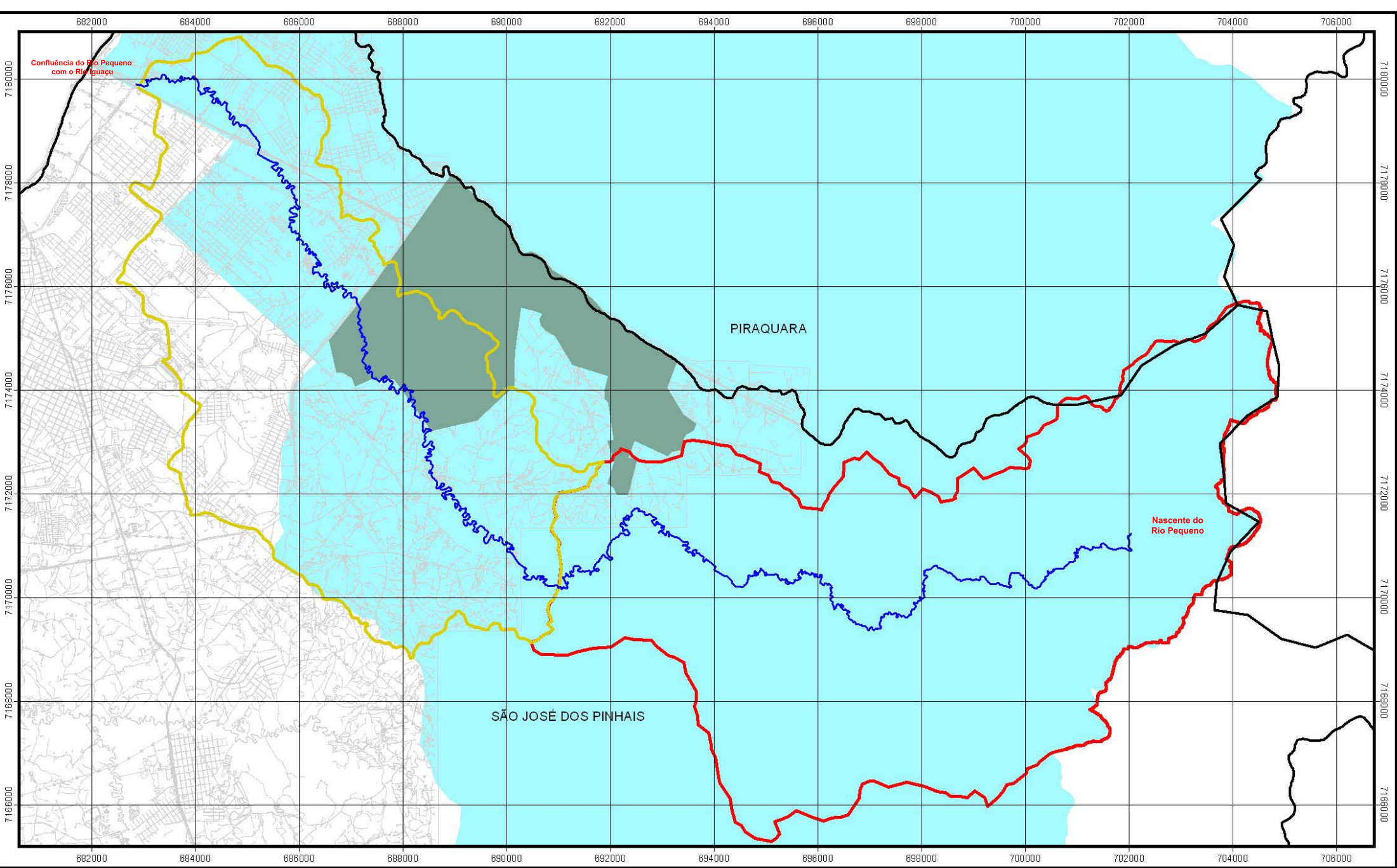


Figura 9 : ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO  
AO DECRETO 4267/05 E AO  
DECRETO 1752/96.

Organização: Olga Estefania D. G. Pereira

O mesmo ocorreu com relação às áreas de mananciais nessa região. No ano de 1980 o Decreto nº. 2964/80 definiu a área do manancial dentre as áreas das bacias hidrográficas, a do Alto Iguaçu, por se tratarem de interesse da Região Metropolitana de Curitiba. No ano de 2006 foi editado um Decreto de nº 6390 que aumenta a área delimitada pelo Decreto anterior atingindo inclusive áreas de intensa urbanização (FIGURAS 10 e 11).

Além desse processo, ocorreu a descoberta de um sítio arqueológico no local da instalação da planta industrial da Renault. Este fato deflagrou um processo da constituição de um contrato de prestação de serviços entre a Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais e a Fundação da Universidade Federal do Paraná, possibilitando que o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas-CEPA/UFPR pudesse atuar oficialmente em pesquisa no chamado Projeto Arqueológico Renault, autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, através da Portaria nº 15/97.



**LEGENDA:**

- Área de Estudo
- Área do Decreto nº 4267/05
- Área do Decreto 2964/80
- Rio Pequeno
- APA do Rio Pequeno - Decreto 1752/96

**ESCALA GRÁFICA:**  
1 0 1 2 km  
Datum Horizontal: SAD69  
Fonte: COMEC, 2007.

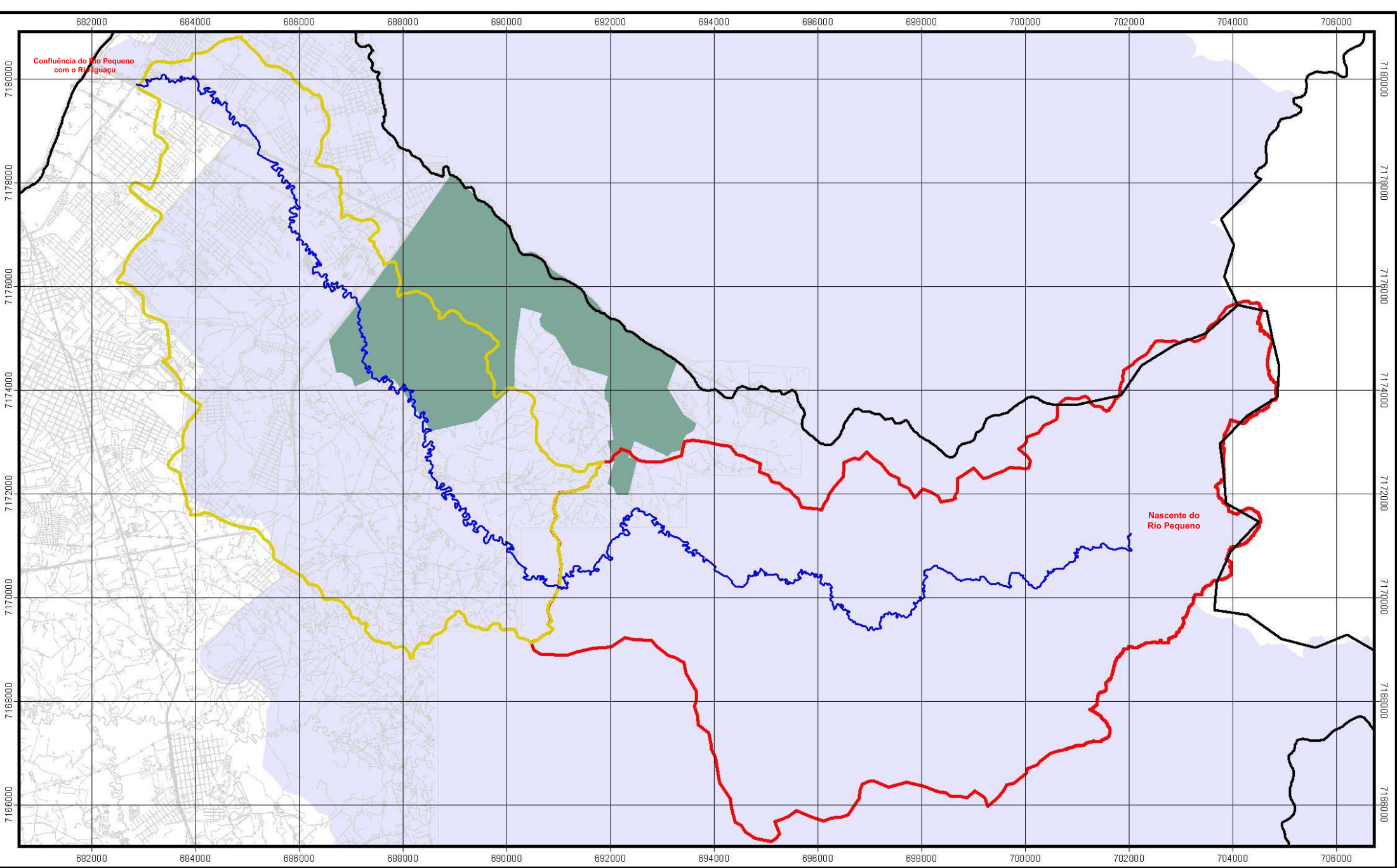


**Figura 10 : ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO AOS DECRETOS 2964/80, 1752/96 E 4267/05.**





Organização: Olga Estefania D. G. Pereira








**LEGENDA:**

- |   |   |
|---|---|
|  Área de Estudo                       |  Área do Decreto 6390/06 |
|  Área do Decreto nº 4267/05           |  Rio Pequeno             |
|  APA do Rio Pequeno - Decreto 1752/96 |   |

**ESCALA GRÁFICA:**  
  
Datum Horizontal: SAD69  
Fonte: COMEC, 2007.



**Figura 11 : ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO AOS DECRETOS 1752/96, 4267/05. E 6390/06.**

Organização: Olga Estefania D. G. Pereira



No relatório deste projeto consta que, embora os trabalhos de salvamento tivessem iniciado poucos dias depois da assinatura do contrato, que se deu em 9 de setembro de 1996, o seu desenvolvimento não foi tranquilo, devido às péssimas condições climáticas, somadas ao exíguo prazo determinado judicialmente para a sua conclusão, que prejudicou o andamento dos trabalhos e impediu que o mesmo fosse concluído.

Conforme afirmado anteriormente, não apenas as alterações ambientais diretas, causadas desde a construção das plantas industriais no Distrito Industrial de SJP causam degradação e se tornam riscos, para a proteção dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de Curitiba, como também as ocupações irregulares que resultaram dos processos migratórios, estabelecendo-se nas áreas de mananciais, constituíram-se em um elemento a mais que impedem a preservação da água que abastece esta população.

### 3.5 OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO DISTRITO INDUSTRIAL

Conforme os dados populacionais do IBGE foram feitas as comparações dos totais da população residente no entorno do Distrito Industrial, entre os anos de 1991, 1996 e 2000. Foram utilizadas as informações da contagem populacional de 1996, em razão de ser o ano em que se iniciou o processo de construção da planta industrial da Renault, e os dados do Censo de 2000, por serem os mais atualizados do IBGE disponíveis.

Para os setores classificados com uma única divisão em 1991, foram redimensionados pelo IBGE em razão do aumento significativo da população e da área geográfica ocupada conforme pode ser observado anteriormente.

Com relação ao redimensionamento das áreas denominadas de Setores Censitários, essas localidades foram destacadas e colocadas ao lado dos números que o IBGE utilizou, como base para ordenar os setores censitários na TABELA 12, e ao lado os anos do Censo e da contagem populacional, como forma de possibilitar a

visualização das transformações ocorridas em termos de divisão territorial no período que foi objeto deste estudo.

Uma das conseqüências do crescimento populacional verificado nestas localidades foi as modificações dos nomes ao longo do tempo, a fim de identificar com maior precisão as vilas, as plantas dos conjuntos habitacionais e os Jardins.

TABELA 8 – RELAÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS DO IBGE EM 1991, 1996 E 2000 E NOME DAS LOCALIDADES DO ENTORNO DO DI DE SJP

<b>NOMENCLATURA IBGE</b>	<b>SETORES CENSITÁRIOS</b>		<b>LOCALIDADE</b>
<b>DISTRITO</b>	<b>1991/1996</b>	<b>2000</b>	<b>NOME</b>
<b>SÃO JOSÉ DOS PINHAIS</b>	<b>55</b>	<b>122</b>	<b>Jardim Jurema</b>
		<b>123</b>	
<b>BORDA DO CAMPO</b>	1	1	Planta Nemari 1, 2 e 3
		2	Sem denominação
		3	Planta Nemari IV e Vila Martins
	2	4	Vila Marianópolis
		5	Jardim Santa Catarina
		6	Jardim Santa Catarina
	3	7	Planta Dom Bosco
		8	Planta Santa Tereza
		9	Planta Auri Verde
		10	Jardim Q Sonho
	15	15	Vila Paraíso e Jardim Guarani

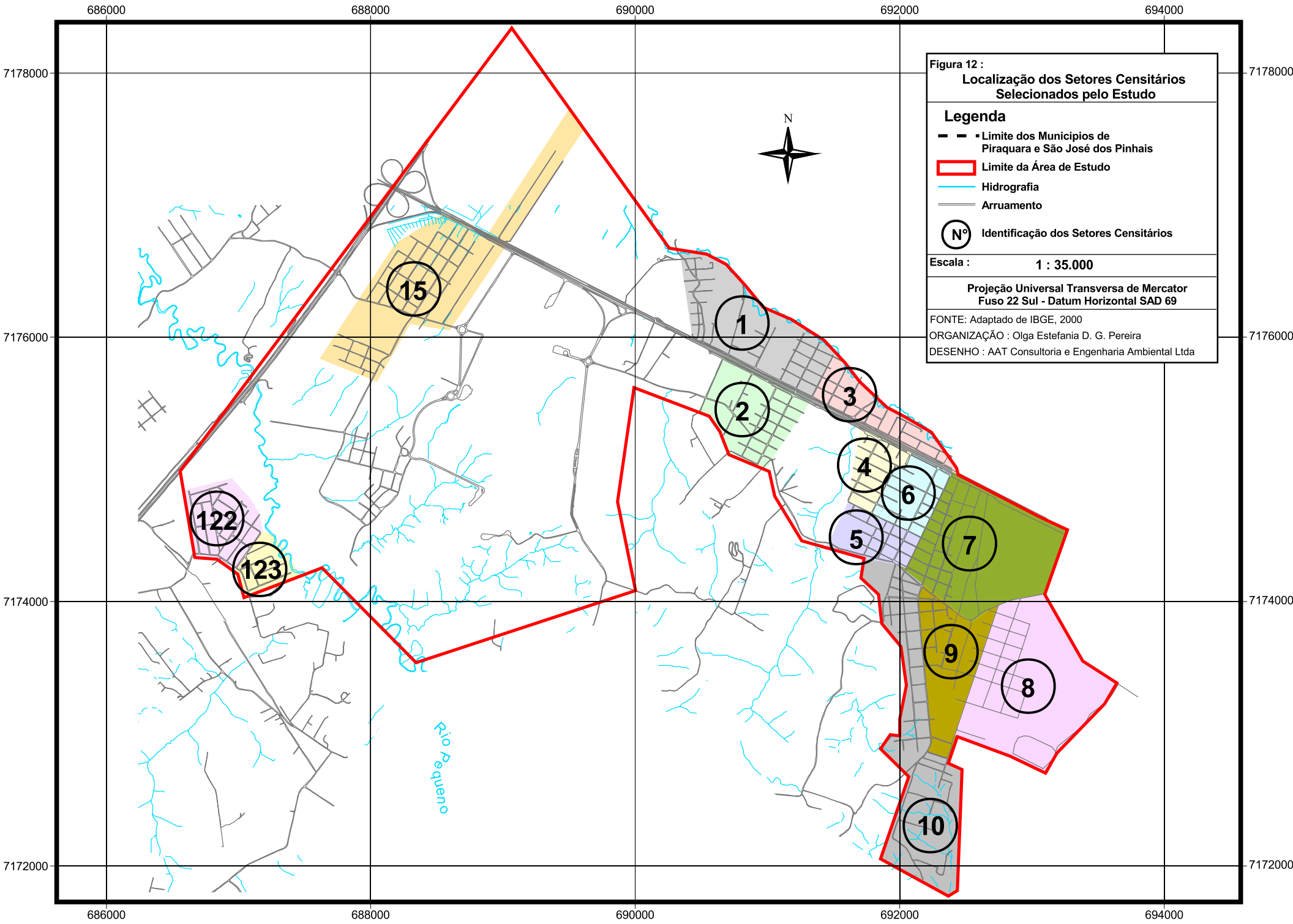
FONTES: 1. Censos de 1991 e 2000 e Contagem Populacional 1996, IBGE

2. Secretaria de Planejamento do Município de SJP

ORG.: PEREIRA, 2007.

Conforme pode ser observado na TABELA 8 e na FIGURA 12, a região denominada de Borda do Campo possui localidades que tiveram os setores censitários redimensionados pelo IBGE como forma de inserir o território na metodologia censitária, assim o setor cuja classificação do ano de 1991, era 55, foi redimensionado para dois novos setores, de número 122 e 123, sendo denominado por Jardim Jurema.

O Jardim Jurema pertence a Bairro denominado de Rio Pequeno, segundo a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, porém na divisão utilizada pelo IBGE,



**Figura 12 :**  
**Localização dos Setores Censitários**  
**Selecionados pelo Estudo**

**Legenda**

- Limite dos Municípios de Piraquara e São José dos Pinhais
- ▭ Limite da Área de Estudo
- Hidrografia
- Arruamento
- ⊙ N° Identificação dos Setores Censitários

Escala : 1 : 35.000

Projeção Universal Transversa de Mercator  
Fuso 22 Sul - Datum Horizontal SAD 69

FONTE: Adaptado de IBGE, 2000  
ORGANIZAÇÃO : Olga Estefania D. G. Pereira  
DESENHO : AAT Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda

entretanto, o Jardim Jurema não está no distrito censitário do Bairro Rio Pequeno, nem tampouco no distrito da Borda do Campo. Essa classificação seria esperada em razão de que ambas as localidades são próximas, no entanto, ele é considerado um distrito isolado.

Com relação à população, o Jardim Jurema pode ser considerado o local que apresentou maior aumento populacional, pois a população residente de 940 pessoas em 1991 triplicou para 2.733 em 2000, tendo apresentado a maior taxa média de crescimento anual no período de 1991 a 1996.

A segunda maior taxa foi verificada nas quatro localidades da Borda do Campo, que correspondem às Plantas Dom Bosco, Sta. Tereza, e Auri Verde e, ao Jardim Q Sonho tanto no período de 1996 a 2000, quanto no de 1991 a 2000 (TABELA 9).

TABELA 9 - POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL NOS SETORES SELECIONADOS - S J. P.- ANOS DE 1991, 1996 e 2000

ANO/PERÍODO	1991	1991/1996	1996	1996/2000	2000	1991/2000
LOCALIDADES	Nº Hab	TAXA (%)	Nº Hab	TAXA (%)	Nº Hab	TAXA (%)
<b>Total do município</b>	127.455	5,81	169.037	4,85	204.316	5,38
<b>Jardim Jurema</b>	<b>940</b>	<b>19,38</b>	<b>2.279</b>	<b>4,65</b>	<b>2.733</b>	<b>12,59</b>
Plantas Nemari I, II, III, IV e Vila Martins	1.632	13,92	3.131	5,95	3.946	10,31
Vila Marianópolis e Jdim. Sta Catarina	1.497	9,73	2.381	3,98	2.783	7,13
Pl. Dom Bosco, Sta. Tereza, Auri Verde, Jardim. Q Sonho	1.879	16,31	4.000	10,02	5.861	13,47
Vila Paraíso, Jardim Guarani	587	12,29	1.048	9,72	1.519	11,14

FONTE: Censos 1991 e 2000 e contagem populacional de 1996

ORG.: PEREIRA, 2007.



### 3.6 DISTRITO INDUSTRIAL DA RENAULT E SEU ENTORNO

Tendo-se em vista que a estruturação do espaço urbano periférico nas cidades brasileiras é decorrente de processos migratórios da população em busca de trabalho e de posse da terra no meio urbano e as formas como ocorrem estas ocupações em áreas de alta vulnerabilidade ambiental, estabelece condições propícias para o surgimento de riscos socioambientais específicos.

Retoma-se que o estudo realizado pelo presente trabalho prescindiu da referência de um exemplo ilustrativo do processo de configuração espacial, resultante da atuação do jogo de forças existentes na sociedade.

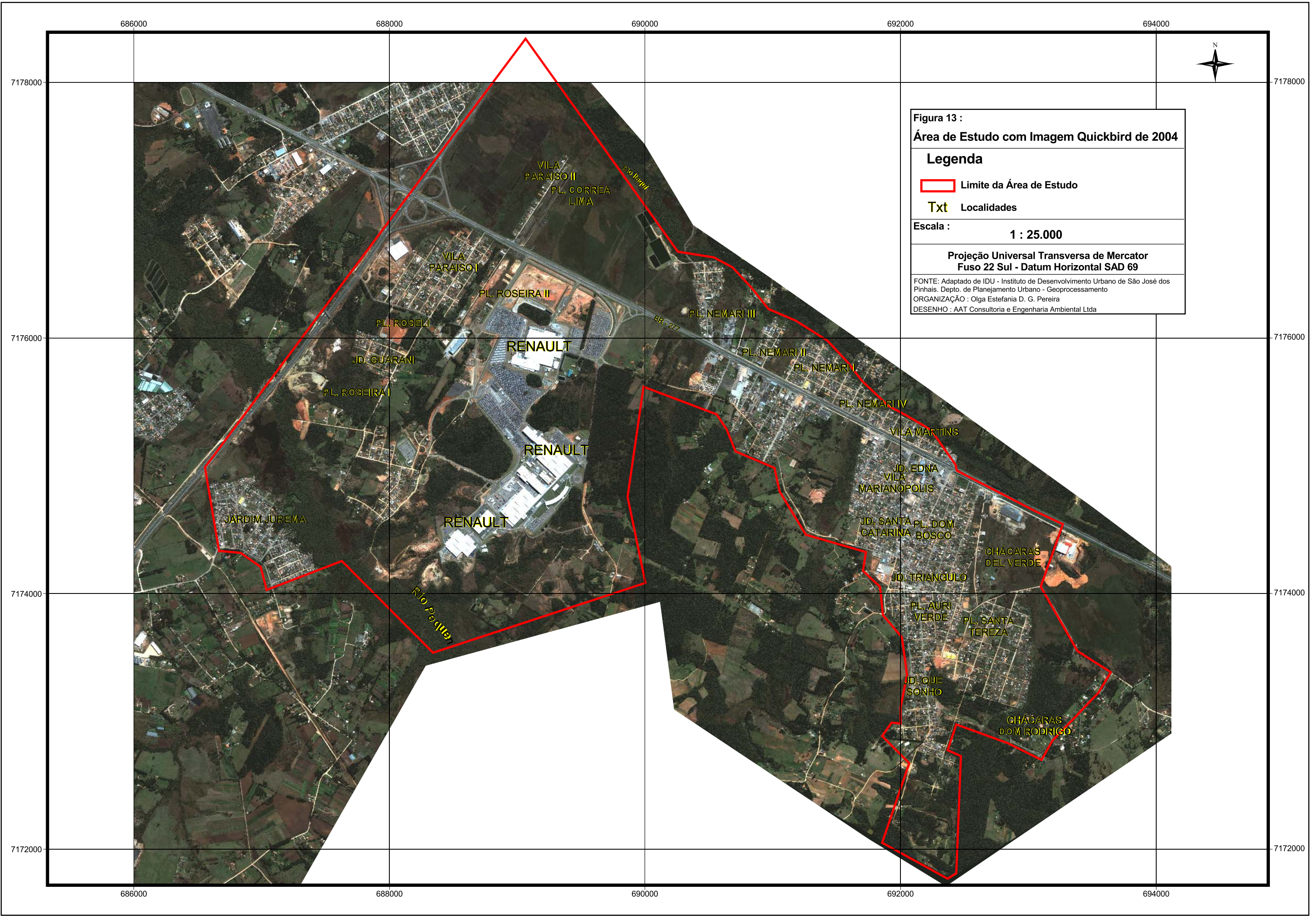
Esse território deveria representar a síntese dos distintos interesses capazes de influenciar sobremaneira a ocupação e o uso do solo em tal ordem que resultem que sintetizassem desde o modo de produção, inerente do modelo de desenvolvimento da sociedade atual, passando pela ocupação periférica urbana exposta aos riscos de natureza ambiental e ao mesmo tempo inserida em um território que apresentasse forma de produção representativa.

Com essas características, definidas chegou-se ao Jardim Jurema, conforme exposto anteriormente, essa localidade insere-se na área limítrofe da planta industrial da Renault no Distrito Industrial de São José dos Pinhais, do outro lado do Rio Pequeno, que juntamente com os Rios Itaquí, Irai, Iraizinho, do Meio, Piraquara e Palmital, compõem a Sub-bacia hidrográfica do Altíssimo Iguaçu (FIGURA 13).

Como forma de conhecimento detalhado do Jardim Jurema – JJ, foi elaborado um mapa como arruamento dos loteamentos, a estrutura viária, hidrografia e a identificação dos setores censitários do IBGE, pertinentes assim como a delimitação, da área do entorno industrial (FIGURA 14).

Para a confecção do mapa, partiu-se das bases cartográficas obtidas no Instituto de Desenvolvimento Urbano – IDU de SJP e imagens satélite Quickbird de 2004 e, para a identificação das áreas correspondentes aos setores censitários do IBGE na área do entorno delimitada, foram comparados os mapas dos setores censitários do











Censo do ano de 2000 do IBGE (VIDE ANEXOS 1 a 13), na base cartográfica municipal já mencionada.

Além das informações numéricas e dos territórios fornecidos pelo IBGE, considerou-se como relevante a utilização dos dados e dos mapas que foram elaborados e produzidos pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. Dessa forma, estas informações foram disponibilizadas por meio das Secretarias Municipais do Planejamento, da Indústria e Comércio, de Finanças, do Urbanismo e do Instituto de Desenvolvimento Urbano do município de São José dos Pinhais.

Assim obtiveram-se os mapas do IBGE contendo os Distritos e os Setores Censitários, os mapas em escalas ampliadas e em extensão de arquivos digitais e imagens de satélite, que permitiram a realização de trabalhos de projeção e sobreposição de informações. Esses últimos foram obtidos junto à Secretaria Municipal de Planejamento e as imagens de satélite junto ao IDU, ambos do município de São José dos Pinhais.

Foram selecionados os dois Distritos que se localizam no entorno do Distrito Industrial da Renault de número 55 foram e os dois setores de números 122 e o 123 que correspondem ao Jardim Jurema;

Para os estudos populacionais foram selecionados além dos dois Distritos que se localizam no entorno do Distrito Industrial da Renault, de números 122 e 123 que correspondem ao Jardim Jurema, os onze setores censitários, compreendidos entre os números 1 e o 10, mais o setor 15, pertencentes ao Distrito Censitário de número 6, que corresponde à localidade denominada de Borda do Campo, onde se encontram as localidades da região contígua à Renault, num raio que possui a média de 2 km, medidos a partir da construção da planta da indústria.

## **CAPÍTULO 4**

### **O ESTUDO NA LOCALIDADE DO JARDIM JUREMA**

#### 4.1 PESQUISA DE CAMPO NO JARDIM JUREMA

A partir da avaliação do total de moradores no Jardim Jurema, por meio dos dados do IBGE, estimou-se a existência de cerca de 700 e 800 domicílios, tendo em vista o número médio de quatro habitantes por domicílio. Com isto, estimou-se um tamanho amostral de 200 domicílios.

A amostra foi então selecionada por meio de sorteio, usando-se o critério de inclusão de todas as quadras da ocupação, com o número de três a cinco domicílios por quadra.

Foram selecionados 200 domicílios, e, após a análise da qualidade dos dados foram excluídos seis questionários, resultando numa amostra final de 194 domicílios cuja distribuição pode ser visualizada na FIGURA 13.

Como instrumento para a realização da pesquisa de campo, foi utilizado o questionário com questões estruturadas<sup>28</sup>, aplicados por colaboradoras e também pela autora deste trabalho.

Para testar o instrumento, o mesmo foi aplicado em uma amostra de vinte moradores da localidade. Após a aplicação, foram realizadas modificações em algumas questões, a fim de possibilitar a inclusão de respostas em aberto.

A caracterização dos entrevistados, por sexo, faixa etária, escolaridade, trabalho, emprego, carteira assinada, função atual, foram descritas em gráficos que foram analisados por item das questões formuladas pelo questionário que foi aplicado à população residente no Jardim Jurema.

As famílias foram classificadas segundo as condições de vida, utilizando-se como um dos critérios, a possibilidade de acesso econômico aos bens e aos produtos básicos para a sua sobrevivência, por meio das variáveis como a renda familiar e renda familiar *per capita*, associada à condição material de vida, que foi avaliada pelo número de peças do domicílio, número de banheiros do domicílio, número de habitantes do domicílio e número de habitantes por peças do domicílio. Foi utilizada

---

<sup>28</sup> O questionário que foi aplicado para as entrevistas encontra-se no APÊNDICE.

também a variável escolaridade do entrevistado.

Como resultado desse cruzamento, agrupou-se as famílias em 5 categorias referentes às de condições de vida.

Após esse processo, o trabalho se desenvolveu com a efetivação de reuniões no início dos dias trabalhados, e, ao final de cada jornada, para avaliação e discussão das ocorrências.

As colaboradoras são moradoras do Jardim Jurema e a grande maioria trabalha na Escola Municipal Cleonice Braga Fonseca, localizada no próprio Jardim Jurema, com funções variadas, como Vice-Diretora, Professoras, Secretária e uma trabalhadora do setor administrativo; apenas duas das pesquisadoras não trabalham na Escola, sendo uma delas agente da Pastoral da Criança e líder comunitária e a outra, operária da indústria de alimentação.

Foram realizadas reuniões com as pesquisadoras antes do reconhecimento de campo, a fim de operacionalizar a capacitação e exercícios prévios de aplicação dos questionários, para testar o instrumento e ao mesmo tempo exercitar a aplicação do mesmo.

A autora deste estudo coordenou e acompanhou o trabalho em todas as fases do processo de trabalho no campo, tendo sido acompanhada, por sua vez, pela orientadora, em diferentes etapas.

Os dados aplicados e coletados individualmente, organizados no programa de planilhas Excel, e posteriormente, foram feitas as frequências univariadas das características dos 194 domicílios e dos entrevistados, assim como foram processados os dados dos 776 moradores residentes nestes domicílios.

Após a realização desses procedimentos, passou-se à montagem das tabelas, em que foram comparadas as informações populacionais dos anos censitários de 1991 e 2000, do ano da contagem populacional de 1996, assim como da taxa anual de crescimento populacional, a tabulação dos questionários, os cálculos e a elaboração dos gráficos.

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

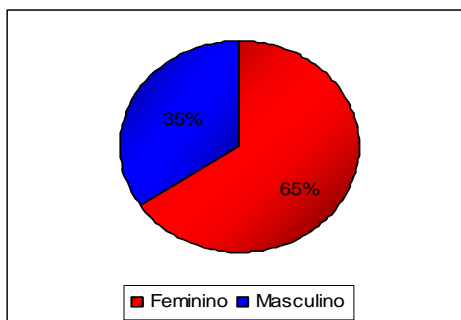
Os dados socioeconômicos, bem como as informações que caracterizam a população pesquisada, foram analisados por meio das questões formuladas e que serão apresentadas a seguir.

A caracterização dos entrevistados, por sexo, faixa etária, escolaridade, trabalho independente de emprego, carteira assinada e função atual, foi descrita em gráficos que foram analisados pelas questões formuladas no questionário aplicado à população residente no Jardim Jurema.

A abrangência da pesquisa compreendeu 775 moradores da região, obtendo-se uma média de 4 moradores por domicílio.

Sexo – com relação ao sexo, as frequências e porcentagens encontradas, demonstraram que 65% do universo das pessoas entrevistadas eram mulheres. Esses resultados podem ser explicados porque as entrevistas foram realizadas durante o dia, em horários de trabalho, quando as mulheres, em maior proporção que os homens, se encontram em casa (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 – SEXO DOS ENTREVISTADOS



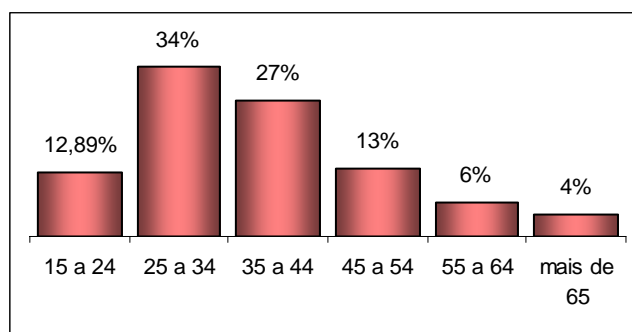
FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007.  
ORG.: PEREIRA (2007).

Na amostra da população, no entanto, este percentual se modificou, mostrando uma composição da população total semelhante com relação ao sexo, ou seja, 50,7% é composta por homens e 49,3%, por mulheres.



Idade - na amostra dos entrevistados, observou-se que, segundo as faixas etárias de 0 até 65 ou mais, aproximadamente um terço do total pertence à faixa etária de 25 a 34 anos, representando 34% do total pesquisado, e entre 15 e 64 anos encontra-se 40% destes (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2 – FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS



FONTE Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007.  
ORG.: PEREIRA (2007).

Quanto à população total residente nos domicílios amostrados, verifica-se que há predominância de moradores na faixa etária entre 20 a 39 anos, e comparando-se com a população geral do município, tem-se que esta faixa etária também é predominante, porém, a mesma se estende até a faixa de 40 a 49 anos o que caracteriza o tempo de permanência desta população em relação àquela.

Pode-se observar uma população mais jovem no local, o que sugere migração recente. Como analisado no Capítulo 2, a elevada concentração de jovens entre os migrantes é motivada principalmente pela procura de trabalho e de empregos melhores, assim como a decisão para mudar se liga ao maior desprendimento dos jovens em deixar o seu ambiente de origem (TABELA 10).

TABELA 10 - FAIXA ETÁRIA NA AMOSTRA E EM S.J.P.

Faixa Etária	Jardim Jurema <sup>1</sup>		São José dos Pinhais <sup>2</sup>	
	Nº.	%	Nº.	%
Menor de 1	15	1,9	5.582	2,1
1 a 4	50	6,5	22.749	8,4
5 a 9	114	14,7	27.483	10,2
10 a 14	86	11,1	26.180	9,7
15 a 19	71	9,2	26.737	9,9
20 a 29	140	18,1	52.201	19,4
30 a 39	110	14,2	44.941	16,7
40 a 49	96	12,4	31.375	11,6
50 a 59	38	4,9	17.379	6,4
60 a 69	33	4,3	9.196	3,4
70 a 79	6	0,8	4.479	1,7
80 e +	2	0,3	1.402	0,5
Ignorada	14	1,8	-	0,0
Total	775	100,0	269.704	100,0

FONTE: 1. Pesquisa de Campo 2007

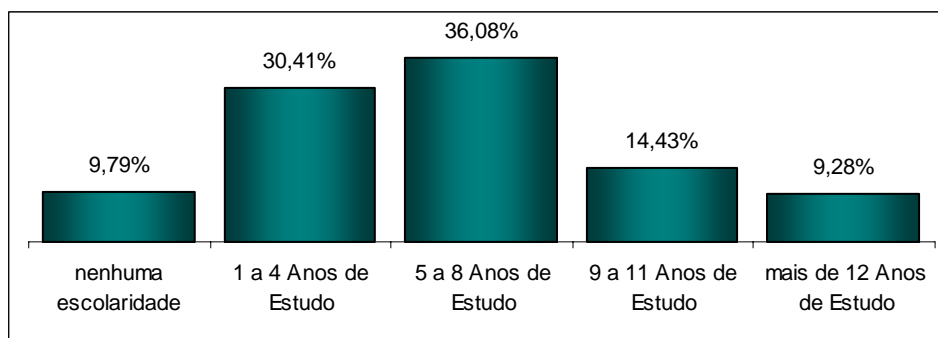
2. Estimativa 2007, IBGE

ORG.: PEREIRA (2007)

#### 4.3 DADOS SOCIOECONÔMICOS

Escolaridade - o nível de escolaridade dos entrevistados, segundo os anos de estudos, completos, mostrou os extremos do encontrado, ou seja, o resultado de que 70 dos entrevistados, que corresponde a 36% da amostra, possuem de 5 a 8 anos de estudos, e apenas 19 ou 9,79% não possuem escolaridade alguma. (GRÁFICO 3)

GRÁFICO 3 – ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Se comparados os anos de estudo da população total da amostra, ou seja, sem discriminação da idade em anos, verifica-se que a média é de 4 anos de estudos,

com a mediana em 4. Porém, ao se destacar a faixa etária a partir de 14 anos de idade verifica-se que a média de anos de estudo é de 6,3 anos, e a mediana calculada foi de 6. No entanto, verificou-se que 8,9% da população com mais de 14 anos não possui escolaridade (TABELAS 11 e 12).

TABELA 11 - ESCOLARIDADE

Anos	Nº.	%
Não tem	138	18,1
1 a 4	274	36,0
5 a 8	213	28,0
9 a 11	96	12,6
12 e +	41	5,4
Total	762	100,0

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema

ORG.: PEREIRA (2007)

TABELA 12 - ESCOLARIDADE DOS MAIORES DE 14 ANOS

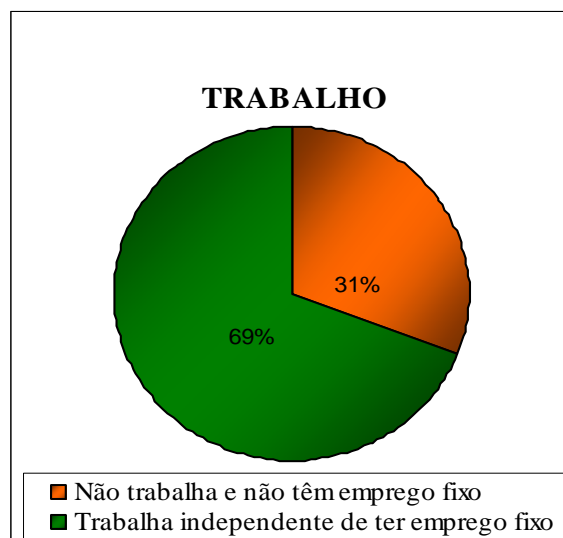
Anos	Nº.	%
Não tem	44	8,9
1 a 4	144	29,1
5 a 8	171	34,6
9 a 11	94	19,0
12 e +	41	8,3
Total	494	100,0

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Trabalho – neste aspecto, o objetivo com a primeira pergunta foi conhecer o perfil de inserção no mercado de trabalho, independentemente do acesso à legalidade da atividade remunerada. O resultado demonstrou que, e, 69% das pessoas trabalha independente de ter emprego fixo, destes, apenas 38% trabalham com carteira de trabalho assinada (GRÁFICOS 4 e 5).

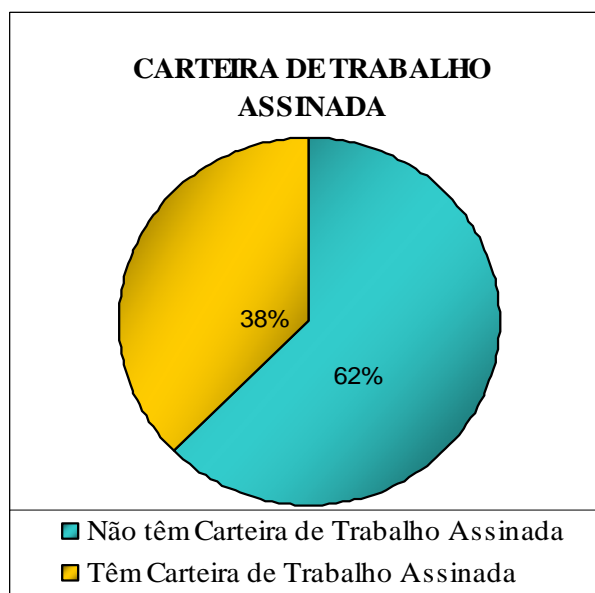
GRÁFICO 4 – SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS ENTREVISTADOS



FONTE Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007.  
ORG.: PEREIRA (2007)

Este resultado também se verificou para a amostra, pois 56,3% não possuem trabalho e 43,6% tem trabalho independente de ter contrato.

GRÁFICO 5 – REGISTRO EM CARTEIRA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007.  
ORG.: PEREIRA (2007)

Para o total da amostra, verificou-se que a maioria não possui inserção no mercado de trabalho formal, ou seja, 76,2% da população economicamente ativa que

reside no Jardim Jurema, não têm carteira de trabalho assinada, e apenas 23,8% tem contrato de trabalho legal, caracterizando a precariedade das relações de trabalho que predominam nessa população.

A pesquisa encontrou 6,9% de adolescentes com menos de 14 anos que trabalham, caracterizando a ilegalidade do fato, pois se trata de trabalho infantil segundo a legislação do trabalho.

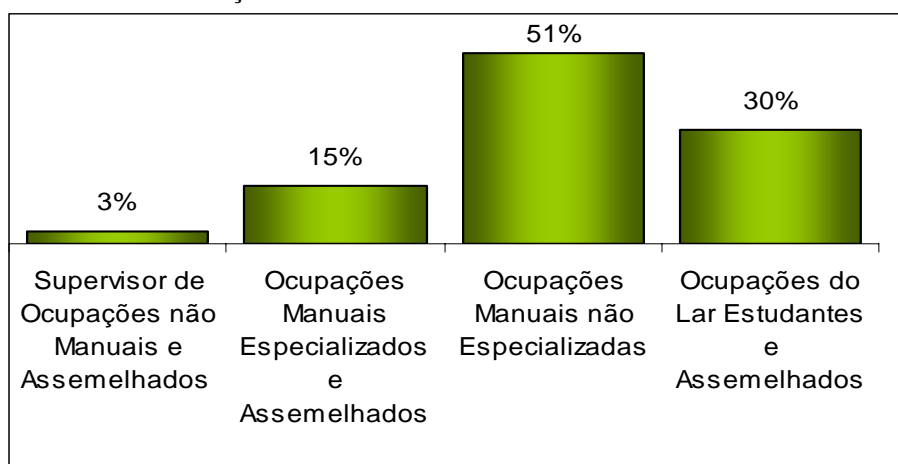
Para conhecer o tipo de trabalho predominante na localidade, foram classificadas 58 profissões diferentes em quatro grandes grupos que, segundo a legislação sobre o assunto, devem ser referidas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO<sup>29</sup>, que é utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A classificação da tabela CBO contendo as funções de trabalho da amostra encontram-se no Anexo 14.

Os resultados demonstram que há uma predominância de funções que exigem trabalhos com maior carga física, classificadas como ocupações manuais não especializadas, representando 29%, e 57% possuem ocupações do lar, estudantes e assemelhados (GRÁFICO 6).

---

<sup>29</sup> É referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho do País. É ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, dos serviços de intermediação de mão-de-obra. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Portarias 3.654, de 24 de novembro de 1.977 e 1.334, de 21 de dezembro de 1.994. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília,

GRÁFICO 6 – FUNÇÃO ATUAL DOS ENTREVISTADOS



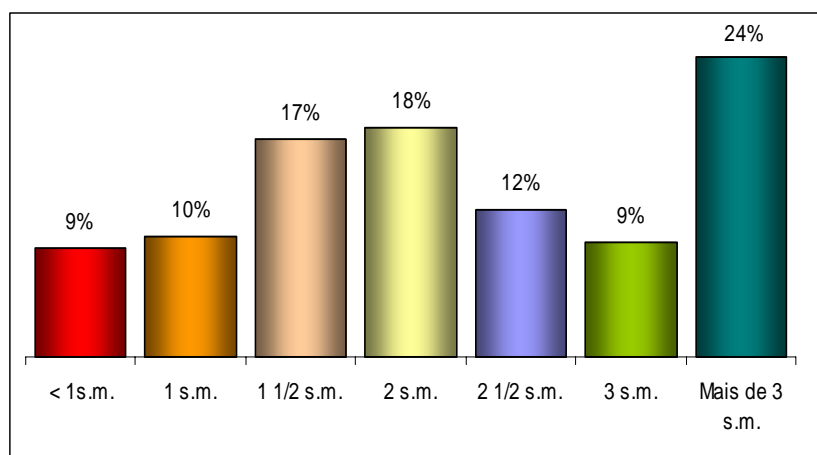
FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007.

ORG.: PEREIRA (2007)

Do universo da amostra, observou-se que 11 pessoas, ou seja, 5,67% estão aposentados e destes, 26,7% exercem algum tipo de função remunerada, o que caracteriza o papel de provedor.

Renda Familiar - a pesquisa mostrou que 24% dos entrevistados declararam possuir renda acima de 3 salários mínimos, e 36% que vivem com renda entre 1 salário e meio e 2 salários mínimos, e cerca de 9% do total da amostra que vivem com menos de 1 salário mínimo. Do total de 194 entrevistados, apenas 5%, aproximadamente, recebem aposentadoria regularmente. Em alguns casos, esta se constitui na principal fonte de renda familiar. (GRÁFICO 7).

GRÁFICO 7 - RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007  
 ORG.: PEREIRA (2007)

Para o total de famílias da amostra, verificou-se que a renda familiar foi de 2,4 salários mínimos, tendo sido a mediana de 2 salários mínimos, e o primeiro quartil variando de 0,5 a 1,5 salários mínimos; o segundo quartil variou de 1,5 a 2 salários mínimos; o terceiro quartil, de 2 a 3 salários mínimos, e finalmente, o quarto quartil apresentou variação de 3 salários mínimos e mais.

A renda familiar *per capita* média foi de 0,68 salários mínimos, a mediana foi de 0,6. O primeiro quartil variou de 0,1 a 0,45 salários mínimos por pessoa, o segundo variou de 0,4 a 0,6 salários mínimos por pessoa; o terceiro quartil variou de 0,6 a 1 salário mínimo por pessoa e finalmente, o quarto quartil variou de 1 a 3 salários mínimos por pessoa.

Condições de vida – para aprofundar a análise a respeito das condições de vida da população, utilizou como critério as seguintes variáveis compostas:

1. Renda familiar em salários mínimos divididos pelo número de pessoas no domicílio, tendo como resultado a renda *per capita* - RFCAP.
2. Número de peças do domicílio dividido pelo número de pessoas do domicílio, obtendo-se a densidade da habitação em número de peças por pessoa - DD.

E as variáveis não compostas:

1. Escolaridade do chefe da família - ESC
2. Trabalho - TRAB

### 3. Carteira de trabalho assinada - CART

Considerou-se a variável composta “renda familiar per capita” como variável definidora prévia da classificação da seguinte maneira: muito baixa < 0,5 SM/pessoa; baixa, 0,5 – 0,9, média, 1 – 1,4 SM e, alta >1,5 SM.

Como segunda variável definidora, a “densidade domiciliar”, ou seja, o número de pessoas por domicílio da seguinte forma: alta < 1 peça/pessoa; média, 1-1,5 peças/pessoa; baixa 1,5 – 2 peças/ pessoa e, muito baixa > 2 peças/pessoa (TABELA 13)

TABELA 13 - CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE CONDIÇÕES DE VIDA

RFCAP	D.D.	ESC.	TRAB.	CART	Nº BAN	CONDIÇÕES DE VIDA
MB	A	0-4	N	N		EP
			S	N	1	
MB	A	0-4	N	N		MP
B	M	5-8	S	N	1	
MB	A	0-4	N	N		PP
B	M	5-8	S	N	1	
M	B	8-11	S	S		
B	M	5-8				R
M	B	8-11	_____	_____	> 2	
	MB	11 e >				
M	B	8-11	_____	_____		B
A	MB	11 e >			> 2	

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Com a definição desses critérios e os resultados da enquête, encontrou-se que, mais da metade da população que compõe a amostra, ou seja, 2/3 das pessoas vivem em condições precárias e apenas 1/3 tem condições dignas de sobrevivência, com



possibilidade de acesso econômico a bens e serviços, como alimentos, material de higiene básica, vestuário, transporte etc.

Os demais 2/3 sobrevivem em condições precárias, e destas, 8% das famílias se encontram em condições de precariedade extrema e cerca de 25% em condições de muita precariedade (TABELA 14).

TABELA 14 - CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

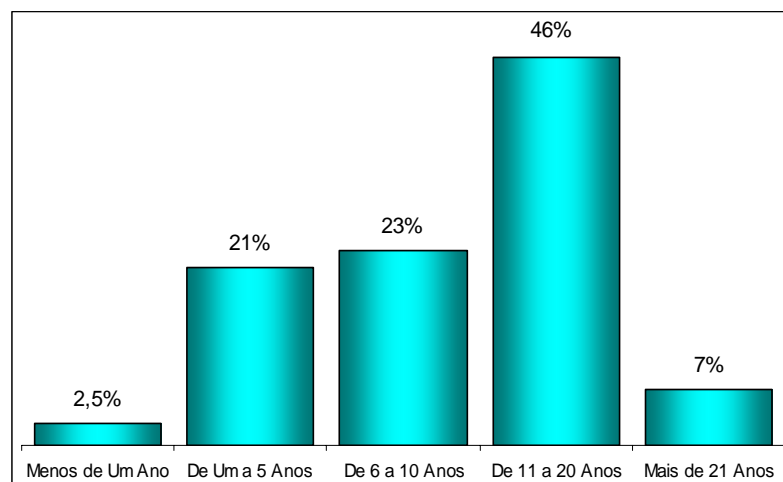
CLASSIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO DE VIDA	N.	%
BOAS – B	8	4,1
REGULARES - R	56	28,9
PARCIALMENTE PRECÁRIAS - PP	67	34,5
MUITO PRECÁRIAS - MP	48	24,7
EXTREMAMENTE PRECÁRIAS - EP	15	7,7

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema  
ORG.: PEREIRA (2007)

#### 4.4 MORADIA NO JARDIM JUREMA

Tempo de Moradia - de acordo com os resultados encontrados, 46% da amostra mora na localidade de 11 a 20 anos, e apenas 2,5% das famílias vivem no local há menos de um ano (GRÁFICO 8).

GRÁFICO 8 – TEMPO DE MORADIA DOS ENTREVISTADOS NO LOCAL.



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Número de Peças da Moradia - do total da amostra, verificou-se que 24% das famílias vivem em casas com 5 peças, bem como 23% têm casas com 4 peças (TABELA 15).

TABELA 15 – NÚMERO DE PEÇAS POR DOMICÍLIO

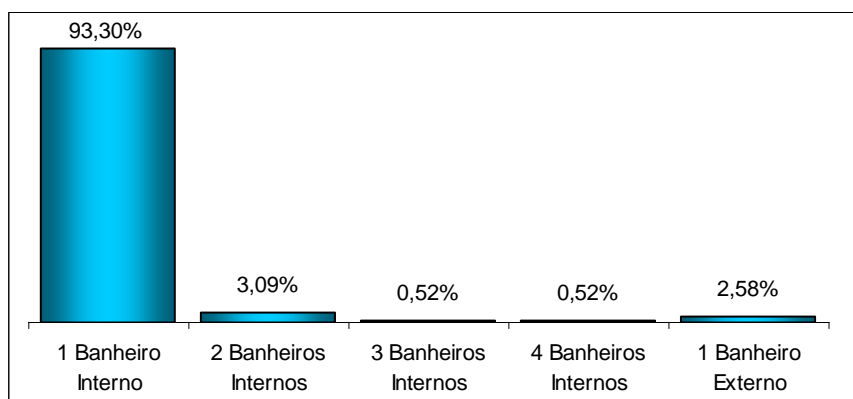
Nº. de Peças	Frequência	%
2 Peças	8	4,12
3 Peças	29	14,95
4 Peças	45	23,20
5 Peças	47	24,23
6 Peças	34	17,53
7 Peças	15	7,73
8 Peças	6	3,09
9 Peças	2	1,03
10 Peças	4	2,06
11 Peças	1	0,52
13 Peças	2	1,03
18 Peças	1	0,52
Total	194	100,00

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Número de Banheiros - Com relação ao número de banheiros por domicílio, foi constatado que 93% possuem um banheiro interno, e 2% possuem apenas banheiros externos (GRÁFICO 9).

GRÁFICO 9 – NÚMERO DE BANHEIROS POR DOMICÍLIO



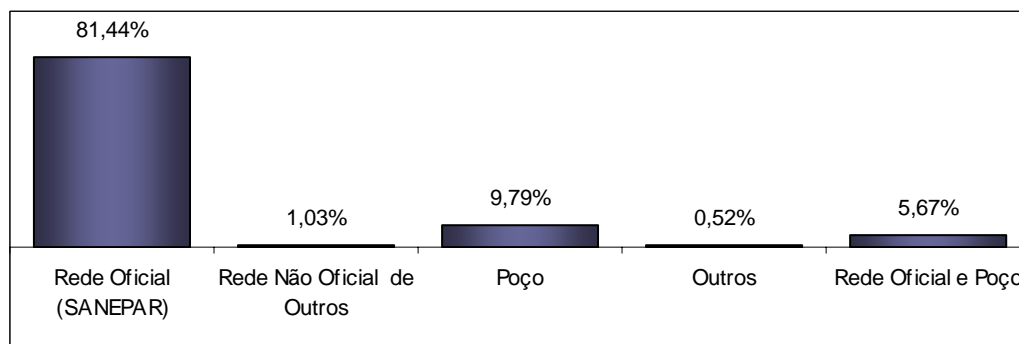
FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

#### 4.5 SANEAMENTO BÁSICO

Origem da Água - Com relação à origem do abastecimento da água, a pesquisa demonstrou que aproximadamente 81% das residências são abastecidas pela SANEPAR, e 9,79% dos domicílios fazem uso apenas da água de poço. (GRÁFICO 10)

GRÁFICO 10 – ORIGEM DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Esgoto Tratado pela Rede Oficial – SANEPAR – Com relação à captação do esgoto doméstico, o objetivo foi de conhecer como é captado atualmente este esgoto, e qual o seu destino. O resultado demonstrou que cerca de 30,4% dos entrevistados lançam o esgoto diretamente em manilhas de água de chuva, ou seja, possuem a conexão de

saída do esgoto da casa com o sistema de captação de águas pluviais, e 5% fazem este despejo direto em valetas a céu aberto e os que possuem fossa séptica, 48,5% na sua maioria, também ligam o cano de saída para as manilhas de água pluvial, valeta ou rio, ou seja, 40,7% (TABELA 16).

TABELA 16 – DESTINO DO ESGOTO

Destino do Esgoto	Frequência	%
Rede Coletora (SANEPAR)	9	4,64
Manilha de água da chuva (pluvial)	59	30,41
Fossa Séptica	13	6,70
Fossa Séptica: rede coletora (Sanepar)	2	1,03
Fossa Séptica: Manilha	69	35,57
Fossa Séptica: Valeta	5	2,58
Fossa Séptica: Rio	5	2,58
Fossa Rudimentar	21	10,82
Valeta a Céu Aberto	10	5,15
Não tem (Uso Coletivo c/ comunidade)	1	0,52
Total	194	100,00

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Dos entrevistados com renda até 1 salário e meio, 26 dizem ter o destino do esgoto através de manilha de água pluvial e 4 casos com fossa séptica para o rio (TABELA 17).

TABELA 17 – RENDA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS E DESTINO DO ESGOTO DOS DOMICÍLIOS

Renda Familiar em Salários Mínimos (S.M.)	Destino do Esgoto								Total
	Rede de Esgoto	Manilha de Água Pluvial	Fossa Séptica	Fossa Séptica: Manilha	Fossa Séptica: Valeta	Fossa Séptica: Rio	Fossa Rudimentar	Valeta a Céu Aberto	
> 1 S.M.	2	4	0	6	1	1	1	2	17
1 S.M.	1	6	1	7	1	0	3	0	19
1 1/2 S.M.	2	16	1	9	1	3	2	0	34
2 S.M.	2	6	1	18	2	1	5	1	36
2 1/2 S.M.	0	7	2	10	0	1	0	3	23
3 S.M.	3	7	0	3	0	3	1	1	18
mais de 3 S.M.	2	14	2	21	1	1	5	1	47
Total	12	60	7	74	6	10	17	8	194

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Com relação ao destino do esgoto de 194 domicílios entrevistados, 60 afirmam ter destino do esgoto através de manilha de água pluvial e 10 casos com fossa séptica para o Rio Pequeno. Objetivando conhecer a distribuição territorial do destino do esgoto por meio do destaque dos dados relativos às ruas, verifica-se que, 11 entrevistados que residem na Rua Pe. Pedro Guerra têm o destino do esgoto através de manilha de água pluvial e 2 têm o destino do esgoto com fossa séptica para o rio.

Para as famílias que residem na Rua Antonio Nunes da Rocha Rios, 9 entrevistados disseram ter o destino do esgoto através de manilha de água pluvial e 2 casos têm o destino do esgoto com fossa séptica para o rio.

Dos entrevistados que moram na Rua Guido Vaccari, 2 pessoas dizem ter o destino do esgoto através de manilha de água pluvial e 2 casos com fossa séptica para o rio (TABELA 18).

TABELA 18 – DESTINO DO ESGOTO DO ENDEREÇO DOS ENTREVISTADOS

Rua	Destino do Esgoto								Total
	Rede de Esgoto	Manilha de Água Pluvial	Fossa Séptica	Fossa Séptica: Manilha	Fossa Séptica: Valeta	Fossa Séptica: Rio	Fossa Rudimentar	Valeta a Céu Aberto	
Nivaldo Enio de Moura Costa	0	3	0	1	1	0	0	0	5
Alexandre Ronkoski	0	5	0	0	0	1	1	1	8
Attilio João Bortolotti	0	2	0	5	1	0	0	0	8
Sezinaldo Cordeiro	0	1	0	3	0	0	0	0	4
Luiz Pissaia Claudio José	2	1	1	6	0	2	2	1	15
Ravaglio Eduardo	0	1	0	5	0	0	5	0	11
Ravaglio Rosa Moro	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Machado Hipolito F. de Mello	0	0	2	11	0	0	1	0	14
Maria Conceição	0	2	1	6	0	0	0	0	9
Bastos Zen Zoraide	1	4	1	10	0	0	1	0	17
Buhrer Ravaglio	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Antonio Nunes da Rocha Rios	3	9	1	1	0	2	1	1	18
Ricieri Alberti Constante Moro	0	6	0	1	0	0	0	0	7
Sobrinho Pe. Pedro	1	1	0	4	0	0	1	0	7
Guerra Antonio	1	11	0	4	0	2	0	1	19
Orilei Bastos	0	1	1	3	0	0	0	0	5
Travessa H	0	2	0	2	0	1	0	0	5
Travessa B	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Felix Micrute	1	0	0	2	0	0	1	0	4
Nelso Comim Guido	1	1	0	5	3	0	1	1	12
Vaccari Maria Antonia	0	2	0	2	0	2	2	3	11
Chinda Miguel	1	4	0	0	0	0	1	0	6
Haluch	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Total	12	60	7	74	6	10	17	8	194

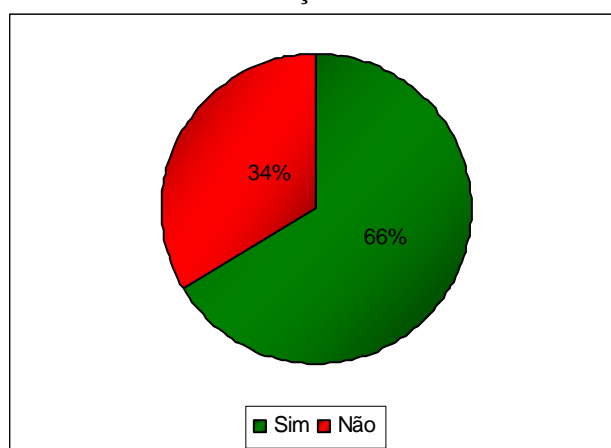
FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Separação, Coleta e Destino dos Resíduos Sólidos Urbanos - com relação ao destino do lixo orgânico, 100% da população possui coleta direta 3 vezes por semana que é realizada por uma empresa contratada pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.

Quanto ao material que pode ser reciclado e/ou reutilizado, a amostra demonstra que 66% dos domicílios afirmaram que fazem a separação de todo o material sem distinção do tipo (GRÁFICO 11).

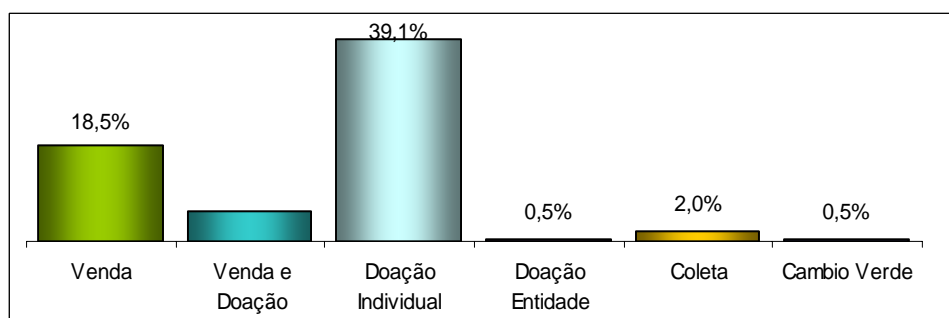
GRÁFICO 11 - SEPARAÇÃO DO MATERIAL RECICLÁVEL



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007  
ORG.: PEREIRA (2007)

Com relação ao destino do lixo reciclável, a pesquisa verificou que 39,18% dos domicílios entrevistados fazem doação individual e aproximadamente 19% vendem para o depósito de existente no próprio Jardim Jurema (GRÁFICO 12).

GRÁFICO 12 – DESTINO DO LIXO RECICLÁVEL



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007  
ORG.: PEREIRA (2007)

Quando se cruzam os dados relativos ao destino dado ao material reciclável/reutilizável com a renda familiar, verifica-se que, das famílias que vendem o material reciclável, 10 têm renda familiar igual ou superior a 3 salários mínimos. Dos que têm renda entre 2 salários mínimos e 2 salários mínimos e meio 9 afirmaram vender o material reciclável e os que ganham até 1 salário mínimo e meio 17 pessoas dizem vender o mesmo.

Com relação à venda e doação do material reciclável, 2 pessoas pertencentes a domicílios diferentes, que possuem renda de até 1 salário mínimo e meio, afirmaram dar este destino ao material reciclável, e 9 entrevistados que ganham de 2 salários mínimos até mais de 3 salários afirmaram por vezes doar e por vezes vender o mesmo.

Considerando todas as faixas salariais, 76 famílias fazem doação individual do material reciclável e destes, 28 têm renda familiar igual ou superior a 3 salários mínimos, 24 possui renda entre 2 e 2 salários mínimos e meio, bem como, 24 dos entrevistados com renda menor que 2 salários mínimos também fazem doação individual. Um entrevistado afirmou participar do câmbio verde - troca do material reciclável por alimentos e possui renda com mais de 3 salários mínimos (TABELA 19).

TABELA 19 – RENDA FAMILIAR E DESTINO DO MATERIAL RECICLÁVEL

Renda Familiar em Salários Mínimos (S.M.)	Destino do Material Reciclado						Total
	Venda	Venda e Doação	Doação Individual	Doação Entidade	Coleta	Câmbio Verde	
> 1 S.M.	3	0	8	0	0	0	11
1 S.M.	9	0	6	1	0	0	16
1 1/2 S.M.	5	2	10	0	0	0	17
2 S.M.	4	4	16	0	0	0	24
2 1/2 S.M.	5	1	8	0	1	0	15
3 S.M.	1	1	9	0	2	0	13
mais de 3 S.M.	9	3	19	0	1	1	33
	36	11	76	1	4	1	129

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

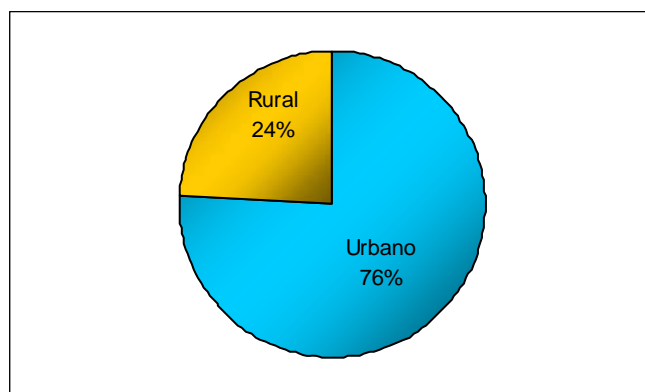


#### 4.6 MIGRAÇÃO

Neste item serão objeto de análise os elementos que compõem o processo da formação do Jardim Jurema como processo de urbanização periférico.

Local de procedência – como critério geral sobre o local de procedência da amostra utilizou-se a divisão entre urbano e rural. Na pesquisa, verificou-se que a grande maioria dos componentes da amostra, ou seja, 76% são oriundos de zonas urbanas e 24% vieram de zonas rurais (GRÁFICO 13).

GRÁFICO 13 – LUGAR DE PROCEDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007  
ORG.: PEREIRA (2007)

Em seguida foram verificados quais os Estados da Federação que possuíam maior frequência, sendo encontrado com maior frequência de local de procedência o estado do Paraná com 91,1% da amostra, seguido do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, com 4,7 e 2,6% respectivamente (TABELA 20).

TABELA 20 – PROCEDÊNCIA POR ESTADO

ESTADO	NÚMERO	%
PARANÁ	175	91,1
SÃO PAULO	9	4,7
RIO GRANDE DO SUL	5	2,6
SANTA CATARINA	2	1
MATO GROSSO DO SUL	1	0,5
TOTAL	192	100

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007  
ORG.: PEREIRA (2007)

Com relação à procedência do próprio estado do Paraná, encontrou-se que predominou a Região Metropolitana de Curitiba com 72,3%, seguida da região norte com 13,9% e central com 8,7%. Da RMC destaca-se quais foram os municípios de maior procedência verificados pela pesquisa, tendo sido encontrados o município de São José dos Pinhais com 43,7%, Curitiba com 19,6% e os demais com 6,3% (TABELA 21).

TABELA 21 – PROCEDÊNCIA POR REGIÕES

REGIÕES DE PROCEDÊNCIA	NÚMERO	%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	80	43,7
CURITIBA	34	19,6
NORTE	24	13,9
OUTROS RMC	11	6,3
CENTRAL	15	8,7
OESTE E SUDOESTE	7	4,0
LITORAL	2	1,2
TOTAL	175	100

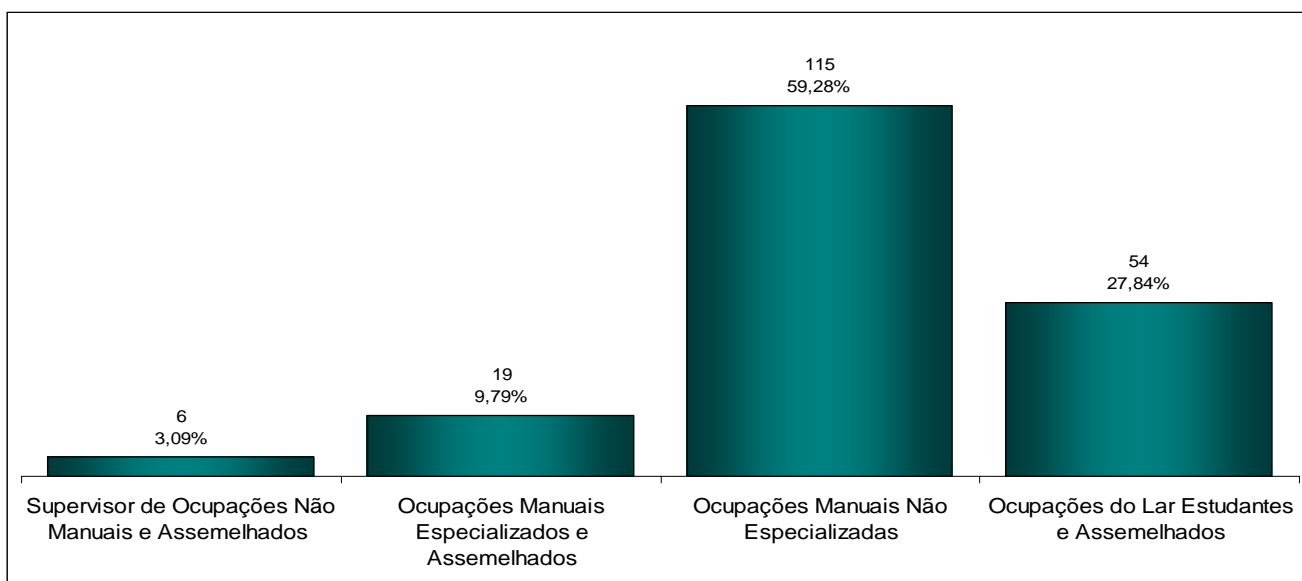
FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007  
ORG.: PEREIRA (2007)

Trabalho no local de procedência - tendo em vista que a busca de trabalho é classicamente relatada como causa de migração, e que nesta, a pesquisa o trabalho

também apareceu como uma das principais razões para a migração para a localidade do Jardim Jurema, procurou-se explorar mais sobre o tipo do trabalho exercido no local de procedência, a fim de verificar as diferenças e/ou semelhanças no acesso e na qualidade deste posto de trabalho.

Após aplicar a descrição das tarefas desempenhadas pelos entrevistados na Tabela de Classificação das Ocupações, pode-se observar que 59% da amostra exerciam ocupação manual, não especializada, no local de procedência. Ao migrar, essa situação passou para 51% dos entrevistados, nesse tipo de ocupação e, para a situação de pessoas que possuíam ocupações do lar, estudantes e assemelhados aumentou este percentual de 54%, para 59%, conforme verificado no GRÁFICO 14 a seguir.

GRÁFICO 14 – TRABALHO DOS ENTREVISTADOS NO LUGAR DE PROCEDÊNCIA

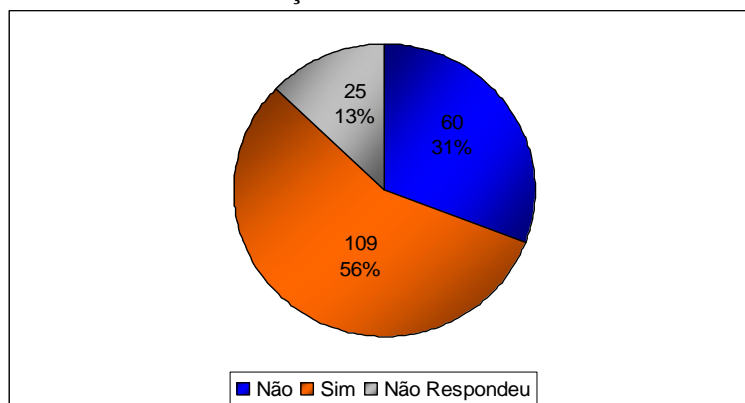


FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Indicação prévia de terceiros para fixar residência no Jardim Jurema - Com relação à variável “indicação para fixar residência no Jardim Jurema” verifica-se que 56% responderam afirmativamente e 31% que não tiveram esta indicação de alguma pessoa (GRÁFICO 15).

GRÁFICO 15 - INDICAÇÃO DO LOCAL POR TERCEIROS

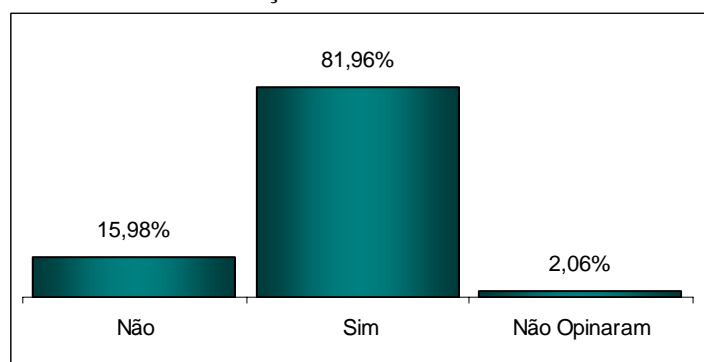


FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Intenção de permanecer no Jardim Jurema - dos domicílios pesquisados 81% aproximadamente confirmam que pretendem continuar morando no local. Já, os que não pretendem continuar morando no local somam 15% (GRÁFICO 16).

GRÁFICO 16 - INTENÇÃO DE PERMANÊNCIA NO LOCAL



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

Quando perguntado sobre as razões pelas quais pretendem continuar morando no local, encontramos que dos entrevistados foram 16% que afirmaram desejar continuar morando no Jardim Jurema, porque possuem casa própria.

As demais razões se aproximaram em termos percentuais, ressaltando que todas ficaram abaixo de 10%, como aqueles que julgam o fato de estar próximo do trabalho é mais importante, foram 7%, com igual frequência, para os que entendem que ter a escola próximo de casa é o fator mais importante.

Para os que não pretendem continuar morando no local encontramos também

cerca de 7 % que especificaram como motivo, a violência (TABELA 22).

TABELA 22 – RAZÕES PARA CONTINUAR NO LOCAL

RAZÕES		Frequência	%
Sim	Não tenho gastos	8	4,85
	É próximo do trabalho	15	9,09
	Tem escola próximo de Casa	14	8,48
	Próximo da Escola e do Trabalho	14	8,48
	Gosta / Acostumou com o lugar	15	9,09
	A Casa é própria	31	18,79
	Sem uma melhor oportunidade	4	2,42
	Outros	9	5,45
	Não Especificou o Motivo	55	33,33
	<b>Sub Total</b>	<b>165</b>	<b>100,00</b>
	Violência	13	44,83
Não	Não Especificou o Motivo	4	13,79
	Outros	12	41,38
	<b>Sub Total</b>	<b>29</b>	<b>100,00</b>
Total		194	

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

#### 4.7 ACESSO À POSSE DA TERRA

A razão mais freqüente encontrada para a escolha de fixar residência no Jardim Jurema na pesquisa de campo foi o acesso a terra, ou seja, o valor acessível para a compra de um lote para construir uma casa ou de uma casa já construída, ou ainda a facilidade para a aquisição do terreno.

Do total de entrevistados na amostra 61,86 aponta razões relacionadas ao terreno como principal causa de opção por morar na localidade e 28,35 indica razões relacionadas ao trabalho como opção (TABELA 23).

TABELA 23 – RAZÕES PARA A MORADIA NO JARDIM JUREMA

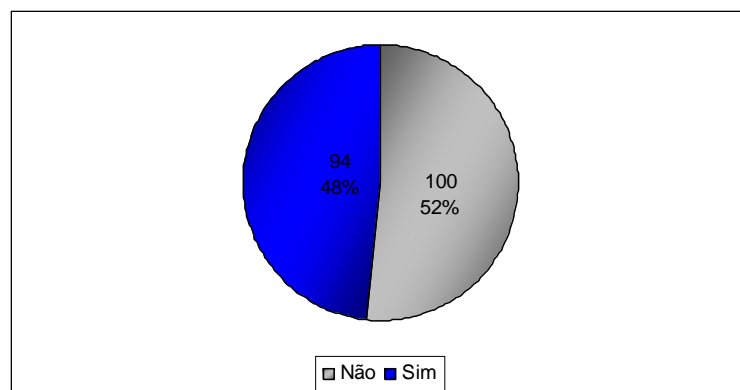
RAZÕES	Nº	%
<b>TERRENO</b>	<b>120</b>	<b>61,9</b>
Barato	34	17,5
Fácil de comprar	55	28,4
Ganho	16	
Da Prefeitura	11	
De Outros	5	
Próximo da Família	15	
<b>FAMÍLIA</b>	<b>37</b>	<b>19</b>
Morar próximo da Família e do Trabalho	22	11,3
Morar próximo da Família	15	7,7
<b>TRABALHO</b>	<b>33</b>	<b>17,1</b>
Conseguir Trabalho	18	9,3
Conseguir Trabalho Melhor	11	5,7
Morar próximo do Trabalho	4	2,1
<b>OUTROS</b>	<b>17</b>	<b>8,8</b>
<b>Não Opinou</b>	<b>2</b>	<b>1,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>194</b>	<b>100</b>

FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

A última pergunta foi estimulada no sentido de conhecer a percepção dos moradores a respeito da presença da Indústria Renault com relação às repercussões sociais de sua proximidade com o Jardim Jurema. O resultado demonstrou que- 52% dos entrevistados não entendem que a fábrica trouxe oportunidades de trabalho para as pessoas (GRÁFICO 17).

GRAFICO 17 –OPORTUNIDADE DE TRABALHO DECORRENTE DA VINDA DA RENAULT



FONTE: Pesquisa de campo no Jardim Jurema, 2007

ORG.: PEREIRA (2007)

É importante ressaltar que se verificou no processo de elaboração do presente trabalho que o espaço ocupado pelo Jardim Jurema foi configurado em uma localidade cuja característica predominante era de ambiente rural, conforme dados populacionais expostos anteriormente e as imagens das FIGURAS 15 e 16.

Este fenômeno também foi verificado com o Distrito Industrial da Renault, porém de forma mais evidente, pois o espaço ocupado pela planta da indústria se encontra na região do manancial e na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Altíssimo Iguaçu conforme verifica-se nas FIGURAS 17, 18 e 19.

686500

687000

687500

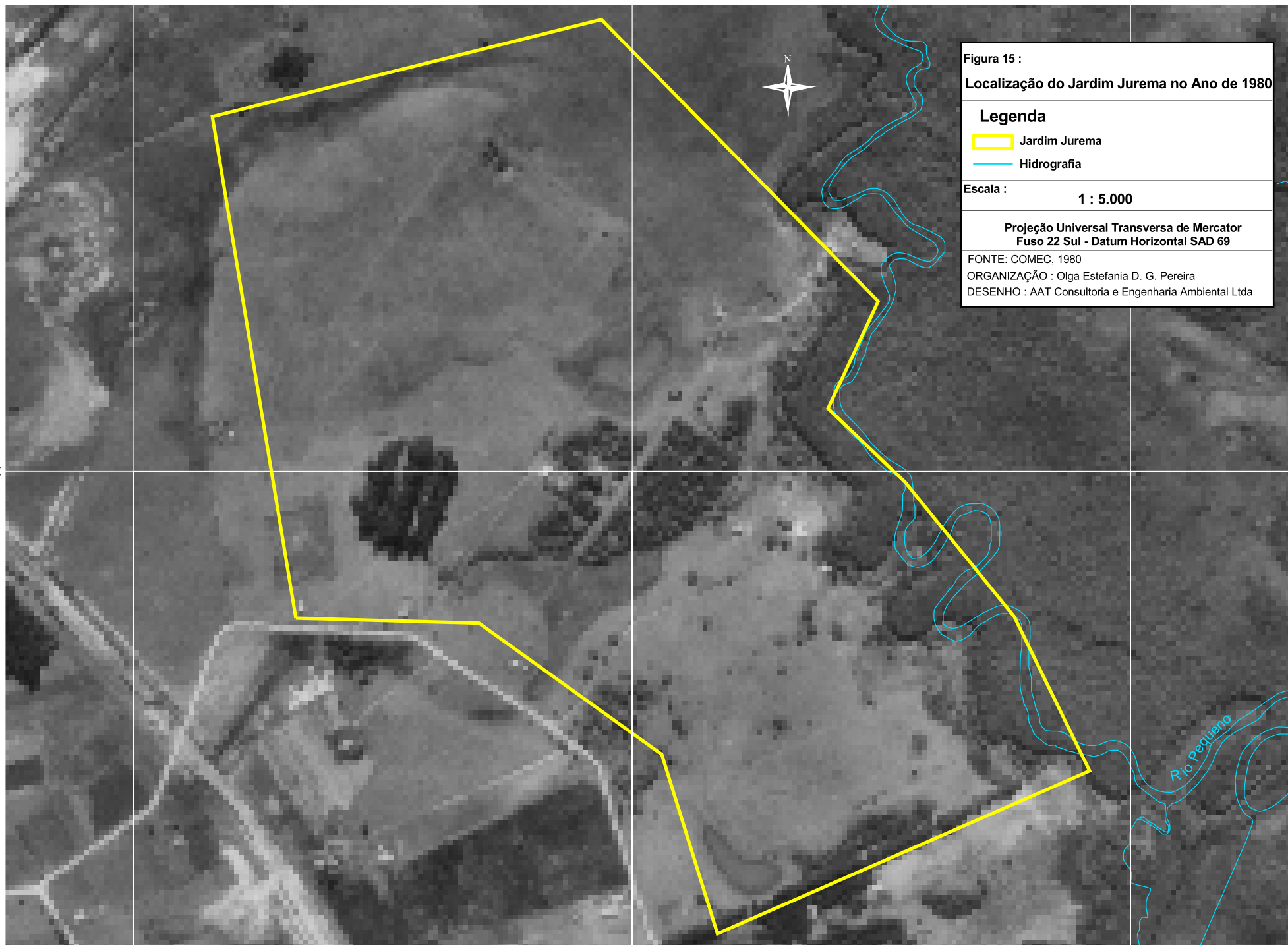


Figura 15 :

Localização do Jardim Jurema no Ano de 1980

**Legenda** Jardim Jurema Hidrografia

Escala :

**1 : 5.000****Projeção Universal Transversa de Mercator  
Fuso 22 Sul - Datum Horizontal SAD 69**

FONTE: COMEC, 1980

ORGANIZAÇÃO : Olga Estefania D. G. Pereira

DESENHO : AAT Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda

7174500

686500

687000

687500



686500

687000

687500

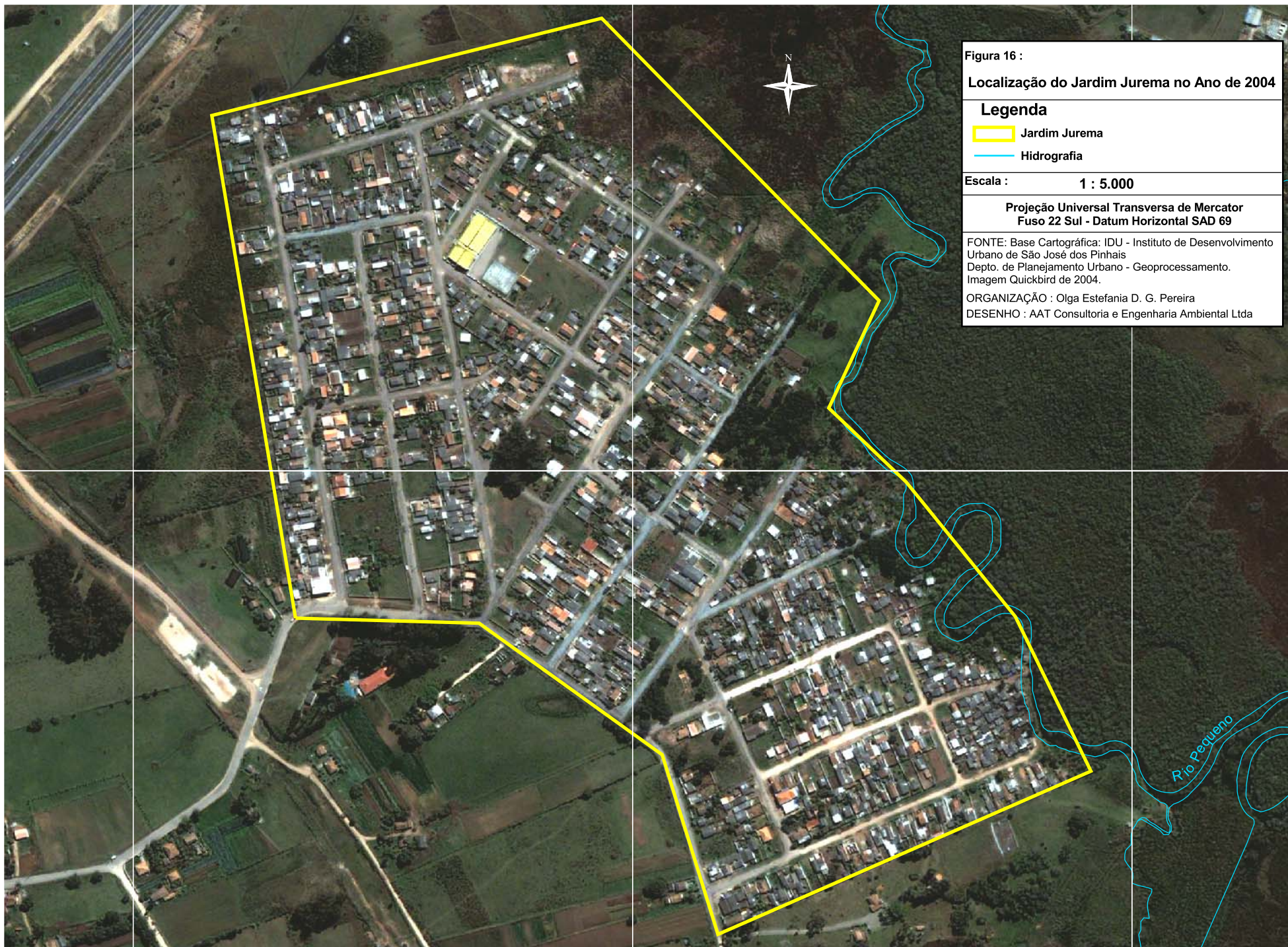


Figura 16 :

Localização do Jardim Jurema no Ano de 2004

**Legenda**

- Jardim Jurema
- Hidrografia

Escala : 1 : 5.000

Projeção Universal Transversa de Mercator  
Fuso 22 Sul - Datum Horizontal SAD 69FONTE: Base Cartográfica: IDU - Instituto de Desenvolvimento  
Urbano de São José dos Pinhais  
Depto. de Planejamento Urbano - Geoprocessamento.  
Imagem Quickbird de 2004.

ORGANIZAÇÃO : Olga Estefania D. G. Pereira

DESENHO : AAT Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda

7174500

686500

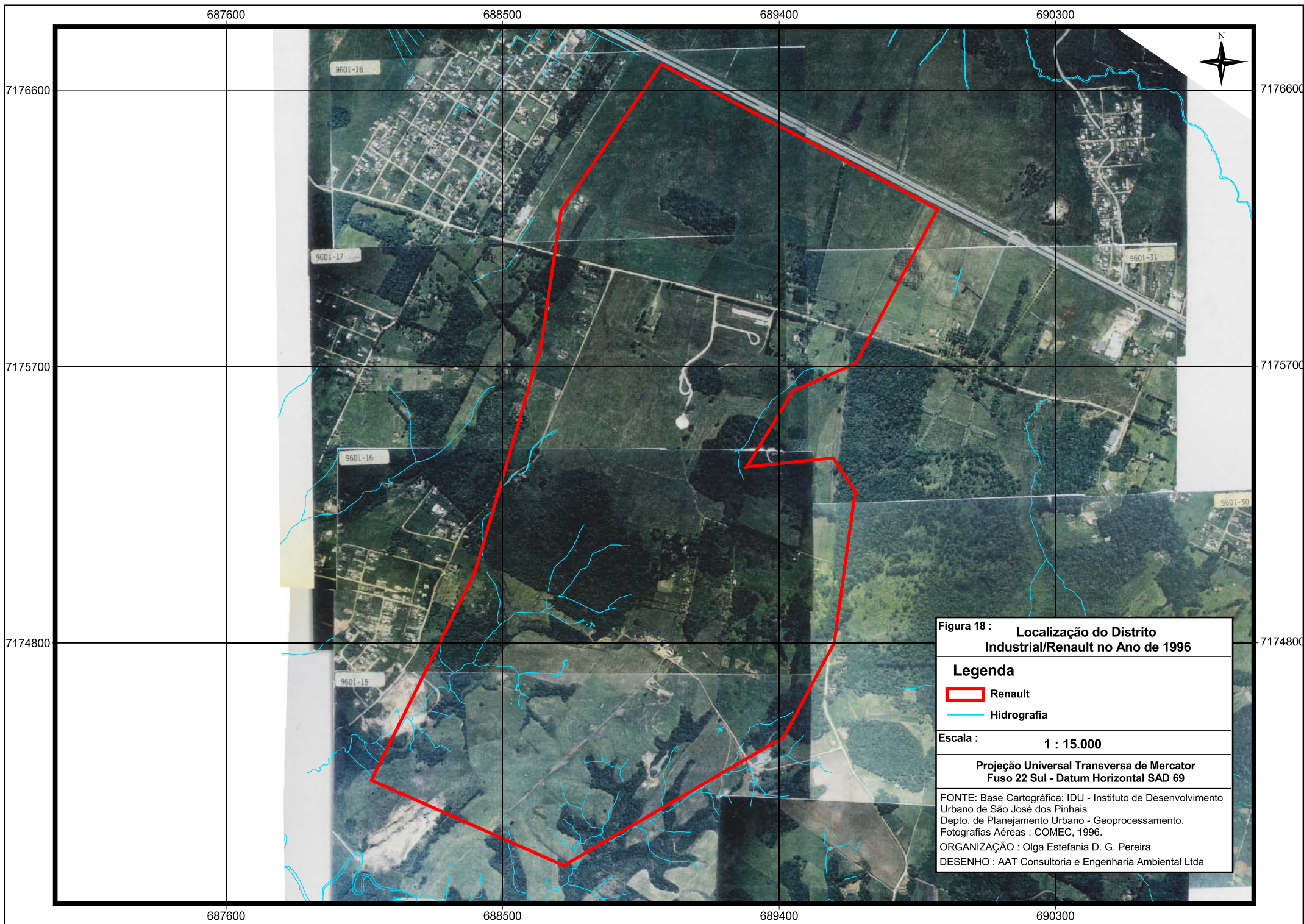
687000

687500











687000

688000

689000

690000

Figura 19 : **Localização do Distrito Industrial/Renault no Ano de 2004**

**Legenda**

- Jardim Jurema
- Hidrografia
- Área de Preservação Permanente

Escala : **1 : 10.000**

**Projeção Universal Transversa de Mercator**  
**Fuso 22 Sul - Datum Horizontal SAD 69**

FONTE: Adaptado de IDU - Instituto de Desenvolvimento Urbano de São José dos Pinhais  
Depto. de Planejamento Urbano - Geoprocessamento.  
Imagem Quickbird de 2004.

ORGANIZAÇÃO : Olga Estefania D. G. Pereira  
DESENHO : AAT Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda

7176000

7176000

7175000

7175000

**JARDIM JUREMA**

**RENAULT**

**RENAULT**

**RENAULT**

687000

688000

689000

690000



## CONCLUSÃO

Os estudos teóricos pelos quais se referendou este trabalho contribuíram para o conhecimento sobre alguns determinantes das múltiplas influências do modelo de desenvolvimento econômico sobre o contexto urbano. Também permitiram auxiliar na compreensão sobre as configurações socioespaciais representativas do modo de produção vigente na maioria dos países.

Focalizaram-se as influências desse modelo sobre a fragmentação do espaço urbano, revelando o processo de degradação socioambiental que ocorre em áreas de ocupação urbana recente.

Como pano de fundo dessa análise, utilizou-se o pensamento crítico acerca da realidade da sociedade capitalista no contexto das relações econômicas, acentuadas pela mundialização do capital.

De acordo ainda com os autores utilizados no estudo pode-se afirmar, dentre outras questões, que o capitalismo é o modo de produção e de concentração de riqueza mais eficiente já descoberto, pois é capaz de obter lucro dos mais diversos setores da atividade humana, independente das repercussões que causa no âmbito social e ambiental.

São demonstradas, com exemplos na literatura, as maneiras pelas quais esse modelo econômico produz a vida em circunstâncias de exploração e de degradação socioambiental, induzindo constantemente novos padrões de produção e de consumo.

De fato, o mecanismo de funcionamento que sustenta a estrutura da sociedade capitalista é composto pela dinâmica da circulação de mercadorias entendida como o ponto de partida do capital e pelo comércio, que são pressupostos históricos sob os quais ele surge.

A revisão teórica efetuada nos capítulos iniciais colaborou para a compreensão das formas pelas quais as relações sociais de produção, inseridas na economia mundializada, se expressam nas estruturas do Estado, a fim de conferir-lhe e sustentação na esfera política e submeter a sociedade à lógica da racionalidade

capitalista.

Têm-se na atualidade o neoliberalismo como expressão da estrutura política e social dessa mundialização da economia moderna, em cujo contexto também se insere o Brasil. Dessa forma, procurou-se entender como esse processo repercute no ambiente e na sociedade brasileira, tendo em vista a fase de desenvolvimento em que se encontra o país.

Partiu-se da constatação de que um dos pilares de sustentação da sociedade moderna é a indústria, cujo processo de expansão vem ocorrendo há mais de dois séculos e que representou o principal motor de aceleração das transformações da sociedade contemporânea. Uma das mais importantes modificações operadas no transcurso desse processo são as questões referentes à cidade e a metamorfose da realidade urbana.

Ainda que as cidades já existissem antes mesmo que o processo de industrialização iniciasse a sua marcha, foi possível compreender que o crescimento urbano possui movimento próprio, porém, a indústria funcionou e, funciona como elemento indutor da aceleração deste crescimento e da configuração socioespacial urbana.

A discussão a respeito do papel que a industrialização cumpriu e cumpre nas dinâmicas urbanas constitui num importante caminho para a elucidação a respeito das repercussões na sociedade e no meio ambiente desse processo, principalmente aquelas relacionadas à degradação ambiental, resultante do aumento da exclusão social e da miséria no planeta.

O processo de industrialização que ocorreu em período recente no Brasil, teve como causa a nova ordem da economia em caráter mundial. Ao mesmo tempo em que o papel do Estado brasileiro sofria transformações no sentido da atração de investimentos internacionais, o Paraná também se comportou como um incentivador para a atração desse processo produtivo, utilizando-se inclusive da renúncia fiscal para implantar em nosso Estado diferentes indústrias, muitas vezes, sem o devido respaldo socioambiental.

Ao acompanhar esse processo de adaptação, o Paraná tornou-se uma das unidades da Federação que se inseriu significativamente nessa nova fase da economia capitalista. Desenvolveu políticas de estímulo para a criação de espaços nas cidades que viabilizassem a implantação de empreendimentos industriais, oferecendo a infraestrutura necessária à concretização do plano de mudança do perfil produtivo.

Foi o que ocorreu no município metropolitano de São José dos Pinhais e que foi verificado por esse estudo, tendo em vista que a instalação de indústrias nesse município ocorreu de forma acentuada, a partir da segunda metade da década dos anos 1990, período em que esse número passou de 9 para 75 unidades instaladas por ano.

Em termos proporcionais isto significou também o índice mais expressivo do que os registrados nos outros municípios da Região Metropolitana nesse período, ou seja, SJP aumentou de 11% o volume de instalação das indústrias para 14% entre os anos de 1996 e 1999.

Conseqüentemente, o município passou a ter um perfil mais importante de produção industrial, pois, além de receber um pouco mais de um terço dos protocolos assinados pelo governo com as indústrias no ano de 1999, também recebeu as indústrias de maior faturamento dentre as que vieram para a Região Metropolitana, como por exemplo, as indústrias automobilísticas Audi e a Renault.

Esse conjunto de transformações evidencia a atuação de vários elementos no sentido de configurar um pólo industrial no município, conforme verificado pelo presente estudo, ao analisar o contexto da criação do Distrito Industrial de São José dos Pinhais no ano de 1996, que ocorreu após a assinatura do protocolo pelo Governo do Estado do Paraná e pela Renault.

Para que o município se efetivasse como opção definitiva de localização da Renault foi oferecido um conjunto significativo de benefícios de natureza diversa, como por exemplo, o investimento na criação ou na otimização e modernização da infra-estrutura, incluindo a implantação de redes de fibras ópticas que possibilitam serviços de tecnologia mais recentes em termos de telecomunicação e da rede de energia elétrica.

Outro fator importante foi o de natureza geográfica, pois, além da proximidade de SJP com o porto de Paranaguá, a área industrial se localiza nos eixos de transporte formados pela BR 277, que conduz ao porto e ao interior do estado, as BR 166 e BR 376 que desembocam na BR 101 e conectam o Paraná com os demais estados do Sul, e a BR116, que permite o acesso a São Paulo, facilitando o escoamento da produção aos mercados consumidores e fornecedores industriais do país e dos centros compradores do Mercosul, além da excelência dos equipamentos urbanos de Curitiba. Com relação ao Porto de Paranaguá, o protocolo firmou o compromisso de cobrança de tarifa calculada pelo mais baixo preço praticado pelos demais portos, garantindo esse benefício como um fator relevante nessa decisão.

Conjugaram-se aos fatores de natureza econômica, incentivos fiscais como a isenção de diversos impostos como, por exemplo, do pagamento do ICMS por dez anos e a cessão do terreno livre de quaisquer ônus para a instalação da indústria com financiamento da estrutura produtiva e, ainda, a flexibilização das leis tributárias.

Considera-se ainda como fator relevante nesse processo, a possibilidade de capacitação de mão de obra e o potencial para a realização de pesquisas pela existência de inúmeras universidades e centros de estudos.

Isso é coerente com a mudança do pensamento econômico global da década dos anos de 1990, período no qual se determina um novo papel para o Estado que segue o ideário do neoliberalismo.

As oportunidades apresentadas para a instalação da Renault em SJP, vieram acompanhadas pela argumentação do governo do estado que essa configuração espacial e econômica traria a oportunidade para acelerar o crescimento econômico, para a geração de empregos e para o aumento da renda, elementos essenciais na inclusão social no sistema produtivo e, conseqüentemente, na diminuição da desigualdade social.

Constituída essa argumentação como um contexto ideal na opção da Renault se instalar em SJP, não se considerou como fator determinante sua localização na área do manancial da Bacia do Altíssimo Iguaçu.



A solução para esse problema foi a adaptação da legislação ambiental que proibia a instalação e a realização de atividades industriais na área. Assim, sob o ponto de vista legal, o espaço foi fragmentado em três Áreas de Proteção Ambiental menores, de tal forma a excluir o local onde se encontra a Renault, ao mesmo tempo em que autorizou o uso do espaço para a produção industrial.

Esse fato demonstra que os interesses econômicos prevaleceram sobre as questões ambientais, inclusive às relacionadas com a qualidade de vida da população, que depende do abastecimento da água originada nessa bacia.

O movimento ambientalista local resistiu às operações de mudança da legislação, mas a promessa de aumento do número de empregos superou o argumento da preservação ambiental, ao ser inserida nesse contexto de oposição à melhoria da qualidade de vida da população, com os ambientalistas perdendo força para impedir a concretização do projeto industrial na área do manancial.

Entende-se que, outro aspecto a ser considerado na análise do processo de modificação da legislação ambiental, porém não menos importante, diz respeito ou se refere à qualidade do espaço preservado, pois se configura em importante reserva de área verde, produto raro e caro nas cidades brasileiras, e que representa alta lucratividade para os empreendedores dos diversos segmentos do mercado imobiliário.

Portanto, essas modificações operadas sob o ponto de vista legal, tanto na ocupação quanto no uso das áreas dos mananciais, foram benéficas não apenas para a indústria como também para o capital imobiliário no sentido de agregar valor ao solo que é mercadoria de sua propriedade.

No desenvolvimento desse estudo, os dados apresentados demonstraram que o aumento significativo da população no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu nessa região, tanto em termos absolutos quanto em relativos.

Esse processo também ocorreu nas ocupações irregulares cujo aumento da população nestas localidades foi de 35% representando aproximadamente 7% do total da população do município.

Conforme foi observado pelos autores estudados, essas ocupações

irregulares, de fato, em sua maioria, encontram-se na área dos mananciais. É inegável que a instalação desse empreendimento industrial tenha influenciado a aceleração e intensificação da ação do capital imobiliário, que vendeu terrenos baratos muito distantes do centro de SJP, explorando o imaginário criado pela propaganda oficial na população, a qual gerou obviamente expectativas de se conquistar uma vida melhor. Por outro lado a reserva de espaço existente entre o Distrito Industrial e o centro da cidade muito provavelmente será utilizado como estoque para um futuro processo de especulação imobiliário visando atingir populações de média e alta renda.

A análise efetuada a partir do estudo realizado na área do Jardim Jurema possibilitou a identificação dessa população, vivendo em área de alta vulnerabilidade ambiental, expondo-se a riscos de natureza socioambiental.

Retomando-se o pressuposto inicial do presente estudo, de que esse processo de formação do Jardim Jurema se deu em razão da migração da população para o local, motivadas pela possibilidade de trabalho representada pela instalação da Renault e difundida pelo discurso governamental, foi realizada uma investigação para confirmação desse pressuposto.

Para isto, foi realizada uma enquete junto à população do Jardim Jurema que mostrou que a razão apresentada com maior frequência para a escolha do local foi o acesso a terra e às variáveis compostas pelo valor acessível para a compra de um lote para construir uma casa ou de uma casa já construída, ou ainda a facilidade para a aquisição do terreno, pois do total de entrevistados na amostra 61,86% apontaram razões relacionadas à aquisição do terreno, como principal causa de optarem por morar na localidade e 28,35% indicou razões relacionadas ao trabalho como opção.

Esses resultados, portanto, demonstraram que a hipótese inicial não correspondeu à realidade apresentada pela população, ou seja, a busca pelo trabalho não foi a principal razão pela quais as pessoas foram motivadas tanto para migrar quanto para a escolha do local.

Assim, constatou-se que a presença da Renault não foi a razão direta do crescimento acentuado do Jardim Jurema, revelando que o pressuposto inicial desse trabalho não foi confirmado.

No entanto, ao apresentar a facilidade de comprar o terreno como a principal causa da opção para morar na localidade, os resultados da pesquisa possibilitaram aprofundar a análise sobre o papel desempenhado pelo capital imobiliário como indutor direto do processo de configuração e da qualidade do espaço urbano numa condição de exposição da população a riscos de natureza socioambientais.

Como consequência, entendeu-se que o preço dos imóveis fixado pelo capital imobiliário constituiu um fator determinante para a localização de moradia das diferentes classes sociais, ou seja, as classes sociais que possuem alta renda têm a prerrogativa de poder escolher a moradia, em locais bem servidos de equipamentos, serviços e infra-estrutura urbana e próxima ou não dos centros urbanos. Por sua vez, as classes dos excluídos e aqueles que possuem baixa renda têm poucas escolhas e muitas vezes se obrigam a morar nos locais em que a oportunidade de ter acesso à posse da terra urbana lhe é, em última instância, destinado por programa de renovação urbana, nível dos aluguéis, deslocamento de local de emprego, e, conseqüentemente, ainda que o movimento seja o mesmo, suas causas, os processos nos quais se inserem podem ser diferentes.

Constata-se então que a produção e distribuição do espaço urbano de forma desigual geram, dentre outras questões, a exposição de grupos sociais mais vulneráveis aos riscos socioambientais mais significativos do que aos grupos sociais privilegiados economicamente, conforme foi observado durante o trabalho de campo. Na ocasião foi possível verificar a ausência de políticas públicas de habitação pelas condições precárias das moradias e, da ausência de saneamento básico, pois os esgotos são despejados no ambiente e a maioria é lançada no sistema de captação de águas fluviais, desembocando diretamente no leito do Rio Pequeno, causando poluição e contaminação. O fato compromete seriamente a preservação do manancial de água que

serve como reserva para abastecimento da população de Curitiba e Região Metropolitana - uma situação gravíssima em termos de ambientais, em se tratando de uma Área de Preservação Ambiental – APA.

Concomitante a esse processo de degradação socioambiental, os resultados desse estudo também verificaram necessidades fundamentais da população por políticas sociais, como o acesso à integralidade do ensino, uma ação efetiva em termos de segurança, assim como medidas que oportunizem e promovam o acesso aos equipamentos e serviços de saúde.

Não obstante às principais razões que contribuíram para a formação do Jardim Jurema, os resultados da enquete mostraram que a preocupação com a ocupação em postos de trabalho formalizados por contrato, ou ainda a busca pela qualidade do trabalho, não foram concretizadas.

Quanto à origem da população, um dos resultados da pesquisa demonstrou que o local de procedência da grande maioria da população do Jardim Jurema foi a Região Metropolitana de Curitiba e o município em que o número de migrantes foi maior foi o de São José dos Pinhais.

Dessa forma, pode-se concluir que o que o Jardim Jurema é um espaço de segregação e de degradação socioambiental cuja formação ocorreu como um dos resultados locais do processo de urbanização excludente das cidades observado no país, num processo de migração intra-urbana metropolitana, fortemente influenciada pelo acesso à posse da terra urbana, cujo principal elemento indutor foi a especulação imobiliária. Este processo ocorreu sem que se efetivasse um controle adequado das autoridades locais responsáveis pelo urbanismo e meio ambiente capaz de reverter ou de conter a especulação imobiliária em áreas de mananciais.

A ocupação do Jardim Jurema com o seu estabelecimento em áreas de preservação e de maior vulnerabilidade ambiental favoreceu a degradação socioambiental e potencializou os riscos ao ambiente, em especial com relação à água.

Considera-se confirmado o pressuposto de que as populações excluídas do sistema social de produção encontram nessa estratégia a possibilidade de liberação dos

interesses do capital imobiliário presentes no processo de mercantilização do solo urbano, onde a ação de especulação imobiliária impede os grupos mais pobres da população de ter o acesso a terra em áreas urbanas centrais providas de equipamentos sociais.

Assim, conclui-se que a população que ocupou as áreas de mananciais que estão “protegidas legalmente” migrou de forma induzida e encontra-se em contexto de vulnerabilidade social e que os processos de degradação ambiental observados na área de estudo, como a poluição da água e o desmatamento se operaram tanto pela ocupação do Jardim Jurema quanto pela instalação da Renault. Em consequência afirma-se que tal questão ambiental aponta para a crítica ao atual modelo de expansão urbana, atrelado ao processo capitalista de desenvolvimento que caracteriza a sociedade atual; assim como aponta a emergente necessidade da construção de modelos capazes de promover um desenvolvimento social e econômico menos agressivo ao meio ambiente e à qualidade de vida das populações vulneráveis social e economicamente.

## REFERÊNCIAS

ANDREOLI, C. V.; DALARMI, O.; LARA, A.I.; ANDREOLI, F.N.; *Os Mananciais de Abastecimento do Sistema Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – RMC* Revista Técnica da Sanepar;12(12):19-30, 1998.

ANDREOLI, C.V. *Mananciais de Abastecimento: planejamento e gestão. Estudo de caso do Altíssimo Iguaçu*. Curitiba: SANEPAR FINEP, 2003. 494 p.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. 262 p..

ARRUDA, J.J.A.; PILETTI, N. *Toda a História*. História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 1998. 526 p.

AZZOLIN, J. L. *Uma avaliação da fórmula de distribuição do imposto relativo às operações de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) aos municípios paranaenses*. Porto Alegre, 2001. 161p. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BARROS, R. Uma Nova Ética na Gestão Urbana: a produtividade social, In: MENDONÇA, F. (org.), *Cidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente: a abordagem interdisciplinar de problemáticas sociambientais urbanas de Curitiba e Região Metropolitana*, Curitiba: Editora UFPR, 2004. p.259- 273.

BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. Tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: HUCITEC, 1996. 266 p.

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998. 287 p.

BOITO Jr., A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Xamã. São Paulo, S.P. 1999. 247 p.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y Global*. La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información. Madrid: Taurus-Pensamiento, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo/migração/censo2000\\_migração.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo/migração/censo2000_migração.pdf)>. Acesso em: 12 mar 2006.

BRITO, F.; GARCIA, R.A.; SOUZA, R.G. V. As Tendências Recentes das Migrações Interestaduais e o Padrão Migratório. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, XIV, 2004, Caxambu, MG.. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/Paginas/XIVEncontro\\_Programa.asp](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/Paginas/XIVEncontro_Programa.asp)> Acesso em: 15 out. 2004. 22 p.

BRITO, F. *BRASIL, FINAL DE SÉCULO*: a transição para um novo padrão migratório? Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP Caxambu, 2000. <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20Século%20-%20A%20Transição%20Para%20Um....pdf>>

CARLOS, A. F. A. (RE) *Produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. 270 p.

\_\_\_\_\_. *Espaço e indústria*. São Paulo: Editora Contexto/Edusp, 7 ed. 1997, 70 p.

CARON, A. *Estratégia de cooperação empresarial internacional*: Um estudo de caso sobre as estratégias das empresas industriais de Curitiba e Região Metropolitana. Curitiba, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1984. 486 p.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Tradução de Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá, São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 416 p.

COMEC. A Região Metropolitana de Curitiba no ano 2000. In: *Seminário a Região Metropolitana de Curitiba no Ano de 2000*. Curitiba: COMEC/Secretaria de Estado da Administração, 1981.

\_\_\_\_\_. *UTP do Itaquí*, 1999

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Integrado, documento para discussão*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado. 2001. 181 p.

CONAMA. *Definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente*. Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/001-86.htm>. Acesso em: 03/11/2006.

COSTA, G. M. Consequências socioespaciais de grandes projetos industriais: o caso da Fiat Automóveis, Betim/Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C. A. e GALVÃO, A.C. (org.) *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões*. São Paulo: Ed. da UNESP; ANPUR, 2003. p. 449 – 464.

DESCHAMPS, M.V. *Vulnerabilidade Sócioambiental na Região Metropolitana de Curitiba*, 2004. 155 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

EIA/RIMA. *Relatório de Impacto Ambiental do Distrito Industrial de São José dos Pinhais*. Curitiba: UNILIVRE, 1996.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. *A Nova Territorialidade da Indústria e o Aglomerado Metropolitano de Curitiba*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.



\_\_\_\_\_. O Leste Aglomerado Metropolitano de Curitiba: da intenção de preservação à efetiva ocupação In: MENDONÇA, F. (org.) *Impactos Socioambientais Urbanos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. p.271-286.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. 310 p.

GUERRA, A.J.T; CUNHA, S. Degradação Ambiental. In: GUERRA, A.J.T; CUNHA, S.(orgs) *Geomorfologia Ambiental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IPARDES. *Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná*. Curitiba: IPARDES, 1981.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

LIMA, F.R.F., *Condicionantes da Implantação da Indústria Automobilística no Aglomerado Metropolitano de Curitiba*, 2006. 131 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação Geografia, Universidade Federal do Paraná.

LIMA, M. C. *A Ocupação de Áreas de Mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana*, 2000. Curitiba. 406 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

LIMA, M.V.; RONCAGLIO, C. *Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 3, p. 53-63, jan./jun. 2001.

LIMA, M. V. *Comunicação, Ambiente Urbano e Desenvolvimento*: elementos para a compreensão do papel da informação na gestão do lixo em Curitiba. Curitiba, 2002.412 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359 p.

LOURENÇO, G.M. A Instalação da Renault no Paraná: um Modelo de Interpretação. *Análise Conjuntural*. Curitiba, v.18, n 3-4, p.3-10, mar/abr.1996.

MARICATO, E. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias. 3 ed. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 121-192 p. 192 p.

MARTINS, H. E. P. et all. *Sistemas regionais de inovação da indústria automobilística: O caso da Mercedes Benz em Juiz de Fora/MR*. Disponível em: [www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-hp/papers/sep/mesa11/humberto.doc](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-hp/papers/sep/mesa11/humberto.doc). Acesso em: 13 nov. 2003.

MARX, K. O Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1, livro primeiro, tomo 1: O Processo de Produção do Capital. 287 p.

\_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro 4, V. 1 de O Capital. p. 384-406.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Edição Comemorativa dos 150 Anos do Manifesto do Partido Comunista. [S.Paulo]: maio, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Obras Escolhidas, v.3 São Paulo: Alfa – Ômega, s.d.

\_\_\_\_\_. *Marx a P. V. Annenkov. [Bruxelas], 28 de dezembro [de 1846]*. Obras Escolhidas, v.3 São Paulo: Alfa – Ômega, s.d.

MATOS, R. (Re)Configurações Urbano-Regionais e Movimentos da População no Espaço. X Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Cd-Rom. Belo Horizonte: ANPUR, maio 2003.

MOTA, A. A.; MENDES, C.M. Considerações sobre as Estratégias e Ações dos Promotores Imobiliários na Produção do Espaço Urbano. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v.18, n.35, p. 123-130, dez. 2006. Disponível em: <http://www.sociedadennatureza.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=187&article=115&m ode=pdf%20->. Acesso em: 01/10/2006

MENDONÇA, F. (org.) *Impactos Socioambientais Urbanos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. 330 p.

\_\_\_\_\_(org.) *Cidade, Ambiente & Desenvolvimento*. A abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC. Curitiba: Ed. UFPR, 2004. 276 p.

MESSENTIER, L.M. de. *No limiar da transformação*: as mudanças na distribuição territorial das atividades produtivas no Brasil, na virada do século. X Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Cd-Rom. Belo Horizonte: ANPUR, maio 2003.

MONTE-MÓR, R. L.M. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte:UFMG/Cedeplar, 2006. 14 p.

MOURA, R. *Cidade, Espaço, Tempo, Civilização*: por uma transformação radical da sociedade como sociedade política. VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB). Anais. Recife, nov. 2003.

MOTIM, B. M.; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; ARAÚJO, S. M. P. *Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores*: a indústria automobilística no Paraná. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-88.htm>> Acesso em: 20 ago. 2006.

NATAL, J. *Separatismo, fragmentação e federalismo*: elementos para a apreensão da crise espacial e do Estado no Brasil pós-1975. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2/3, p.63-79, set./dez. 1994.

OLIVEIRA, A.T.; SIMÕES, A.G. *Deslocamentos Populacionais no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 1991 e 2000*, ABEP, Caxambú- MG, 2004. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_83.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_83.pdf) . Acesso em 13 de ago. 2006.

OLIVEIRA, K.F.; JANNUZZI, p. m. *Motivos para migração no Brasil*: padrões etários, por sexo e origem/destino. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004. Disponível em:< [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_83.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_83.pdf)> Acesso em 26 de set. 2006.

PARANÁ. *Decreto nº 1752*. Publicado no Diário Oficial n. 4750, de 06/05/1996.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 1751*. Publicado no Diário Oficial n. 4750, de 06/05/1996.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 2964* - 13/11/2000. Publicado no Diário Oficial nº 5866, de 15/11/2000.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar n.59/91*. Publicado no Diário Oficial nº 3609, de 01/10/1991.

PAVIANI, A. A Lógica da Periferização em Áreas Metropolitanas. In: SANTOS et al. *Território Globalização e Fragmentação*. S.Paulo: HUCITEC, 1996. p.182-190.

PEREIRA, G. *Produção da Cidade e Degradação do Ambiente: a realidade da urbanização desigual*. Curitiba, 2002. Curitiba. 229 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, O.E.D.G. *Conhecimento e Ação em Saúde do Trabalhador no Sindicalismo Brasileiro*: Estudo sobre a Trajetória do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT e do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho – INST. Curitiba, 2001. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/portal/>> Acesso em 02 de dez 2003.

RAMALHO, H.M.B.; TARGINO, I. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, XIV, 2004, Caxambu, MG. *Migrações para as regiões metropolitanas brasileiras: uma análise por dados em painel (1970-2000)*. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/Paginas/XIVE\\_ncontro\\_Programa.asp](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/Paginas/XIVE_ncontro_Programa.asp)>. Acesso em: 15 de out. 2004. 22 p.

ROLNIK, R. Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JÚNIOR, O.A. (Orgs.) *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 432 p.

SANTOS, B.S.(Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. / São Paulo : Cortez, 2002. 572 p.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1991.124 p.

SANTOS, M. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. O Retorno Território. In: SANTOS, M et al. *Território Globalização e Fragmentação*. S.Paulo: HUCITEC, 1996. p.15-20.

\_\_\_\_\_. *A natureza do tempo e espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999

SBRAVAT, M. *Uma paróquia em estudo (1776-1852): tese histórica*. São José dos Pinhais, 1983.

SESSO FILHO, U. A. et al. *Indústria Automobilística no Paraná: impactos na produção local e no Restante do Brasil*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.106, p.89-112, jan./jun. 2004.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIZE, P. *Dicionário da Globalização*. A economia de “A” a “Z”. Tradução e Adaptação: Serge Goulart. Curitiba: Obra Jurídica, 1997.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 2005. 80 p.

TAVARES, L.P. *São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos sócioespaciais*. Curitiba, 2004. 113 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. *São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.108, p.33-59, jan./jun. 2005.

THEODOROVICZ, A. M. *Áreas Naturais sob Proteção na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - CPRM, 1994.

TORRES, H. G. *Indústrias Sujas e Intensivas em Recursos Naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro*. In: MARTINI, G. (Org.) *População, Meio Ambiente e desenvolvimento. Verdades e contradições*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993. p. 43-63

TORRES, N. R. *Globalização e Desenvolvimento Urbano*. Série Cadernos SEMPLA, 5. São Paulo: SEMPLA, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Sistemas de Bibliotecas. Normas para Apresentação de Documentos Científicos: citações e notas de rodapé*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. 41 p.

\_\_\_\_\_. *Sistemas de Bibliotecas. Normas para Apresentação de Documentos Científicos: referências*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. 71 p.

\_\_\_\_\_. *Sistemas de Bibliotecas. Normas para Apresentação de Documentos Científicos: redação e editoração*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. 94 p.

\_\_\_\_\_. *Sistemas de Bibliotecas. Normas para Apresentação de Documentos Científicos: teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000. 42 p.

VALLADARES, L. *Pensando a pobreza urbana no Brasil*. In: BOSCHI, R. *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio Fundo : IUPERJ, 1994. p. 81-111.

VASCONCELOS, J.R., CASTRO, D. *Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos 90. Texto para Discussão*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, n.624, 13 p., fev.1999.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373 p.

ZANONI, M.;RAYNAUT, C.; LANA, P. C. e FLORIANI, D. *A Construção de um Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos*. In: RAYNAUT, C. et al., *Desenvolvimento e Meio Ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 9 – 25. 295.





2. A família mora aqui há quanto tempo? \_\_\_\_\_

3. Antes de vir morar aqui morava onde (Cidade/Estado):

\_\_\_\_\_

4. Em que lugar (campo/rural ou urbano)? \_\_\_\_\_

5. O que fazia neste local para sobreviver? \_\_\_\_\_

6. Por que vieram morar aqui na Vila Jurema?

terreno: barato facilidade para comprar  
ganharam, de quem? \_\_\_\_\_

trabalho: para conseguir trabalho  
para conseguir um trabalho melhor  
para morar próximo do trabalho  
para procurar um trabalho próximo de casa

família: já morava no local

outro motivo \_\_\_\_\_

7. Alguém indicou este lugar para vocês virem para cá? Por quê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8. Renda familiar em salário mínimo nacional (R\$ 350,00)

< 1 s.m. 1 s.m. 1 ½ s.m. 2 s.m. 2 ½ s.m. 3s.m.

outro valor \_\_\_\_\_

9. Pretende continuar morando aqui? sim não

Por quê? não tenho gasto porque é próximo do trabalho

tem escola próximo de casa outro \_\_\_\_\_

### **Domicílio:**

10. Número de peças: \_\_\_\_\_

11. Banheiro: nº: \_\_\_\_\_ interno nº: \_\_\_\_\_ externo

12. Origem do abastecimento:

☐ rede oficial(SANEPAR) rede não oficial de outros \_\_\_\_\_

poço outro \_\_\_\_\_

**13. Destino do esgoto:**

rede coletora (SANEPAR)      manilha de água de chuva (pluvial)  
 fossa séptica (cano de saída para)      rede coletora (SANEPAR)  
    manilha  
    valeta  
    rio  
  
 fossa rudimentar  
 valeta a céu aberto  
 não tem (uso coletivo c/ comunidade)

**14. Destino do lixo:**

Coleta direta    número de vezes por semana \_\_\_\_\_    queimado    enterrado  
                          jogado em terreno baldio    jogado em rio/lago/córrego  
                          outro destino \_\_\_\_\_

Separação:

sim    papel    vidro    plástico    latas    outro \_\_\_\_\_  
 não porque \_\_\_\_\_

**15. Destino do material que é separado**

venda    venda e doação    doação individual    doação entidade  
 prefeitura:    coleta    cambio verde (troca por alimentos)  
 outro destino \_\_\_\_\_

16. Você acha que a presença da fábrica Renault trouxe alguma oportunidade de trabalho para as pessoas?

---



---



---



---



---



---

## ANEXOS

ANEXO 1 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 1- PLANTA NEMARI I, II E III.....	168
ANEXO 2 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 2 - SEM DENOMINAÇÃO.....	169
ANEXO 3 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 3 - PLANTA NEMARI IV, E VILA MARTINS.....	170
ANEXO 4 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 4 - VILA MARIANÓPOLIS...	171
ANEXO 5 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 5 - JARDIM SANTA CATARINA.....	172
ANEXO 6 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 6 - JARDIM SANTA CATARINA.....	173
ANEXO 7 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 7 - PLANTA DOM BOSCO....	174
ANEXO 8 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 8 - PLANTA SANTA TEREZA.....	175
ANEXO 9 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 9 - PLANTA AURI VERDE...	176
ANEXO 10 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 10 - JARDIM Q SONHO.....	177
ANEXO 11 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 15 - VILA PARAÍSO E JARDIM GUARANI.....	178
ANEXO 12 – DISTRITO 5 SETOR CENSITÁRIO 122 - JARDIM JUREMA.....	179
ANEXO 13 – DISTRITO 5 SETOR CENSITÁRIO 123 - JARDIM JUREMA.....	180
ANEXO 14 – FUNÇÕES ENCONTRADAS NA PESQUISA DE CAMPO - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO.....	181
ANEXO 15 – LEI COMPLEMENTAR Nº 59/1991.....	182

ANEXO 1 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 1  
PLANTA NEMARI I, II E III



ANEXO 2 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 2  
SEM DENOMINAÇÃO



MUNICIPIO: 25506 - SAO JOSE DOS PINHAIS  
 DISTRITO: 06 - BORDA DO CAMPO DE SAO SEBASTIAO  
 SUBDISTRITO: 00  
 SETOR: 0002 SITUACAO: 10

ESTADO DO PARANA  
 MAPA DE SETOR URBANO - MSU  
 ESCALA: 1 : 5484



ANEXO 3 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 3  
PLANTA NEMARI IV E VILA MARTINS

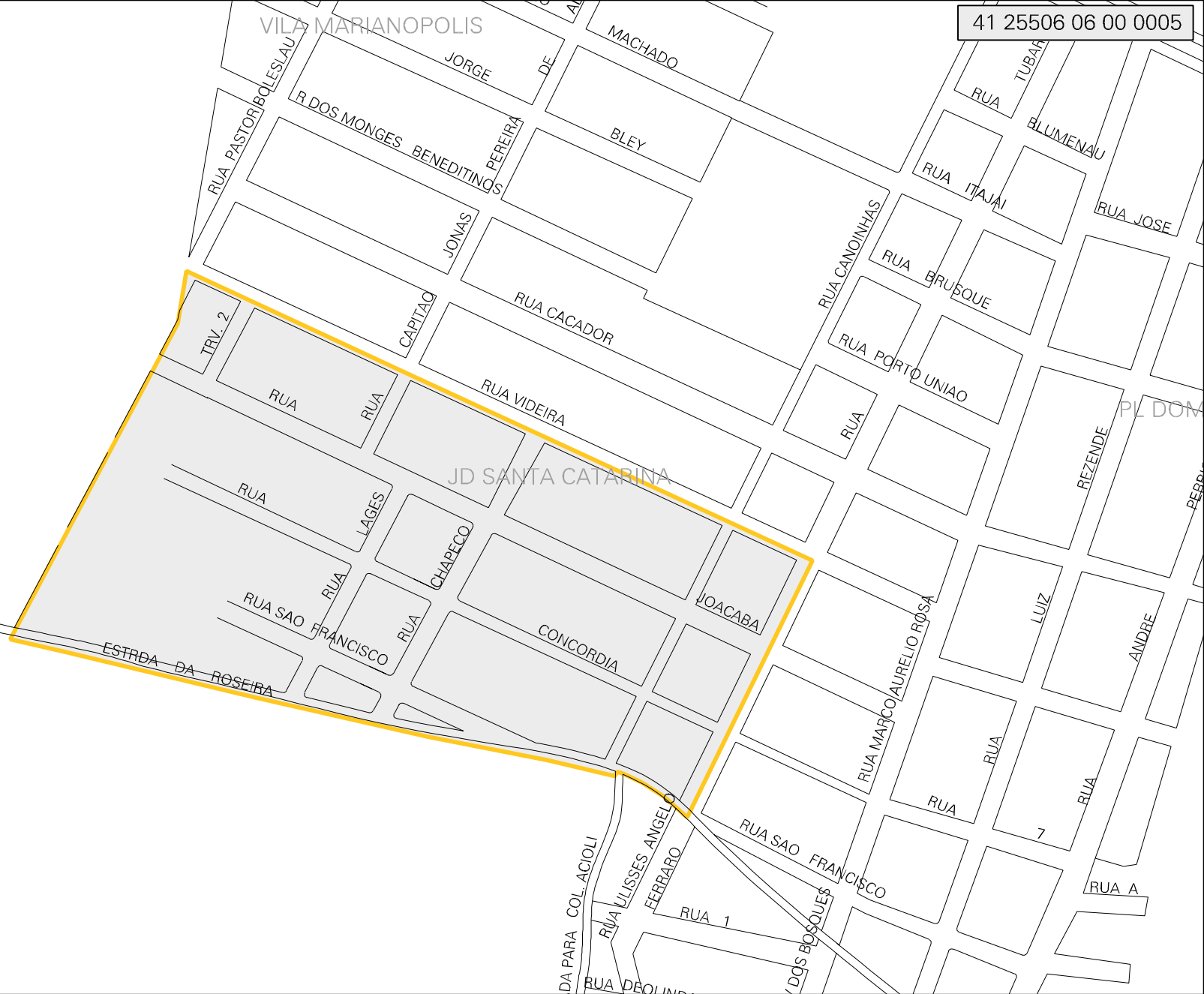




ANEXO 4 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 4  
VILA MARIANÓPOLIS



ANEXO 5 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 5  
JARDIM SANTA CATARINA

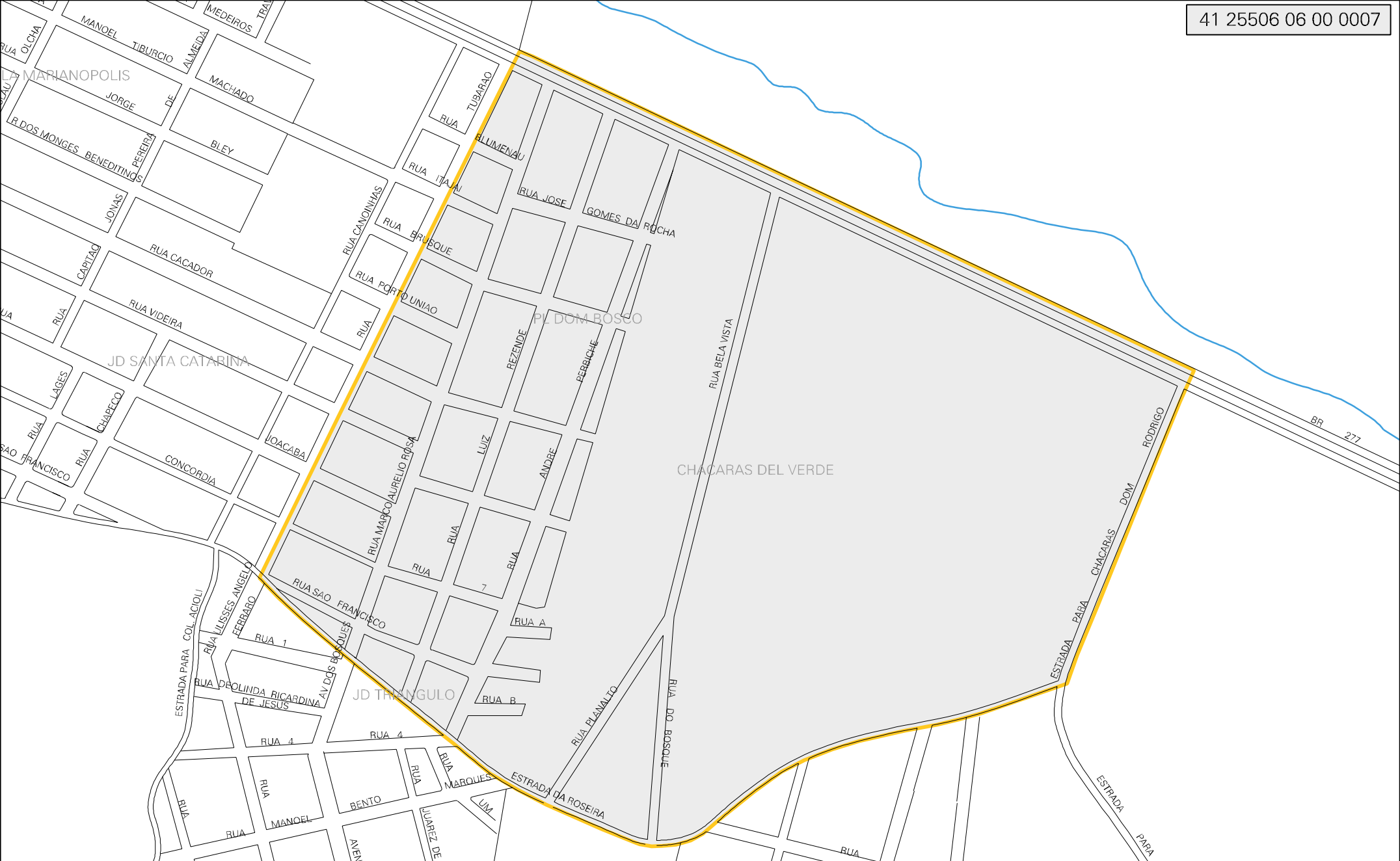


ANEXO 6 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 6  
JARDIM SANTA CATARINA

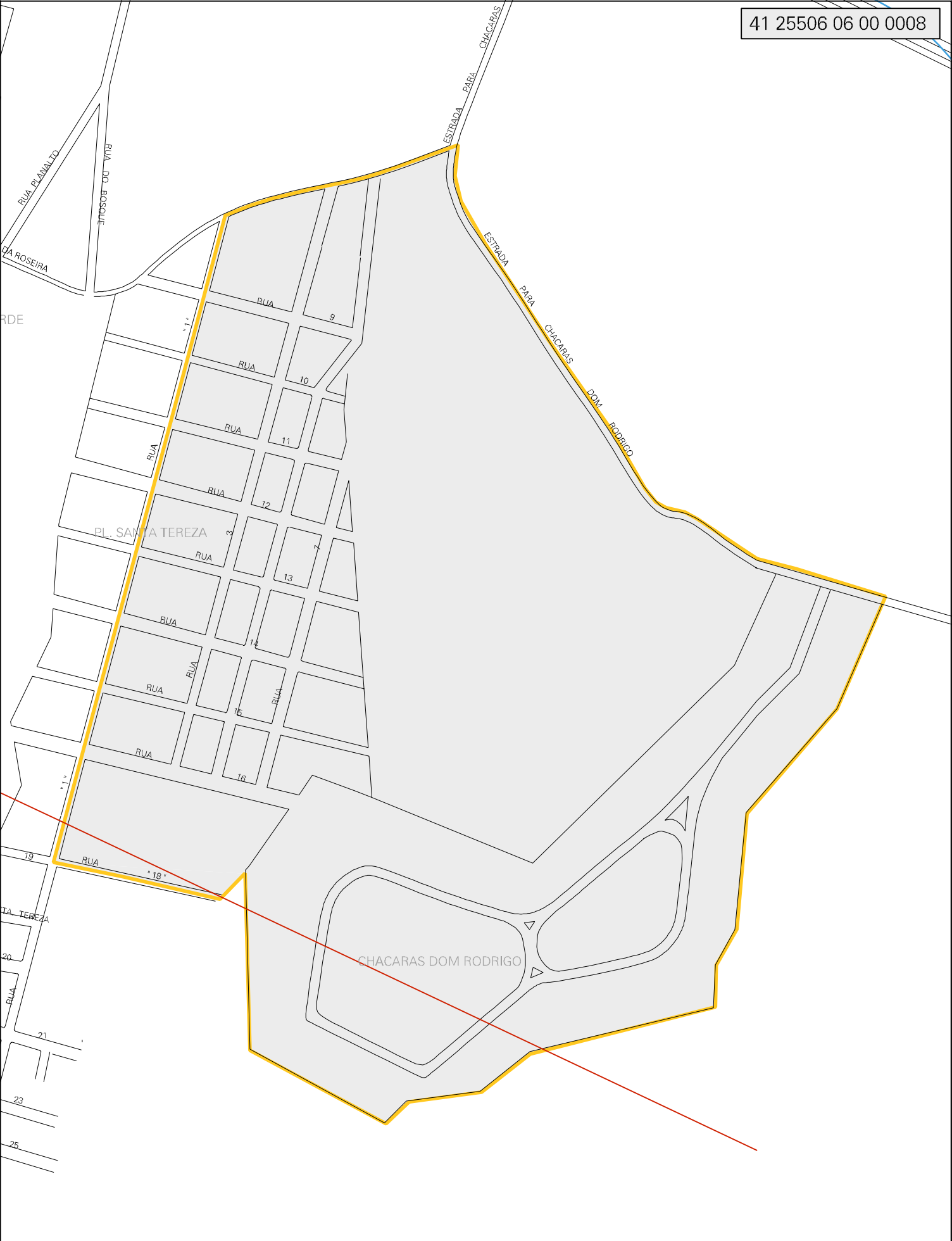


ANEXO 7 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 7  
PLANTA DOM BOSCO





ANEXO 8 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 8  
PLANTA SANTA TEREZA



ANEXO 9 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 9  
PLANTA AURI VERDE

41 25506 06 00 0009

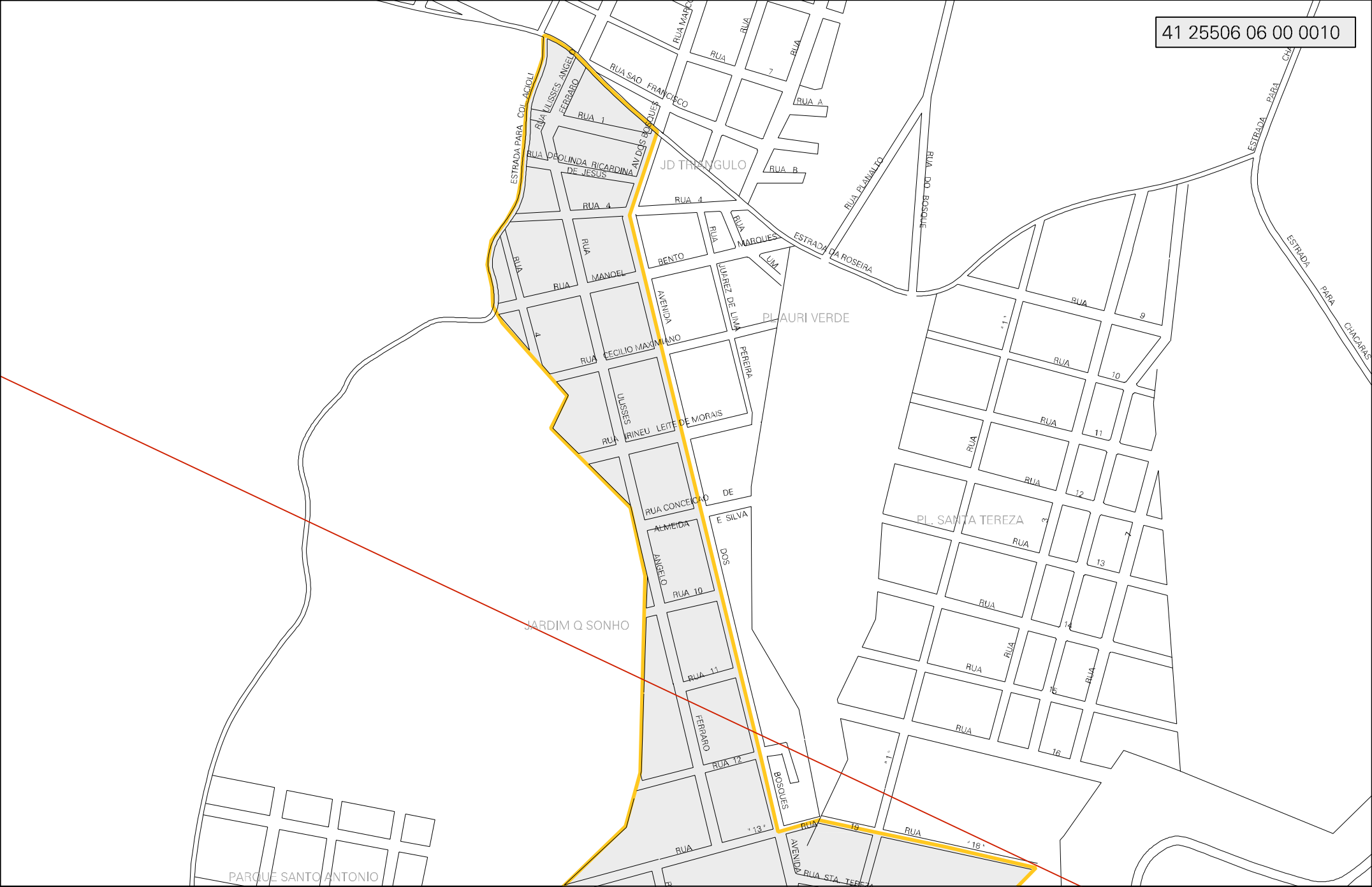


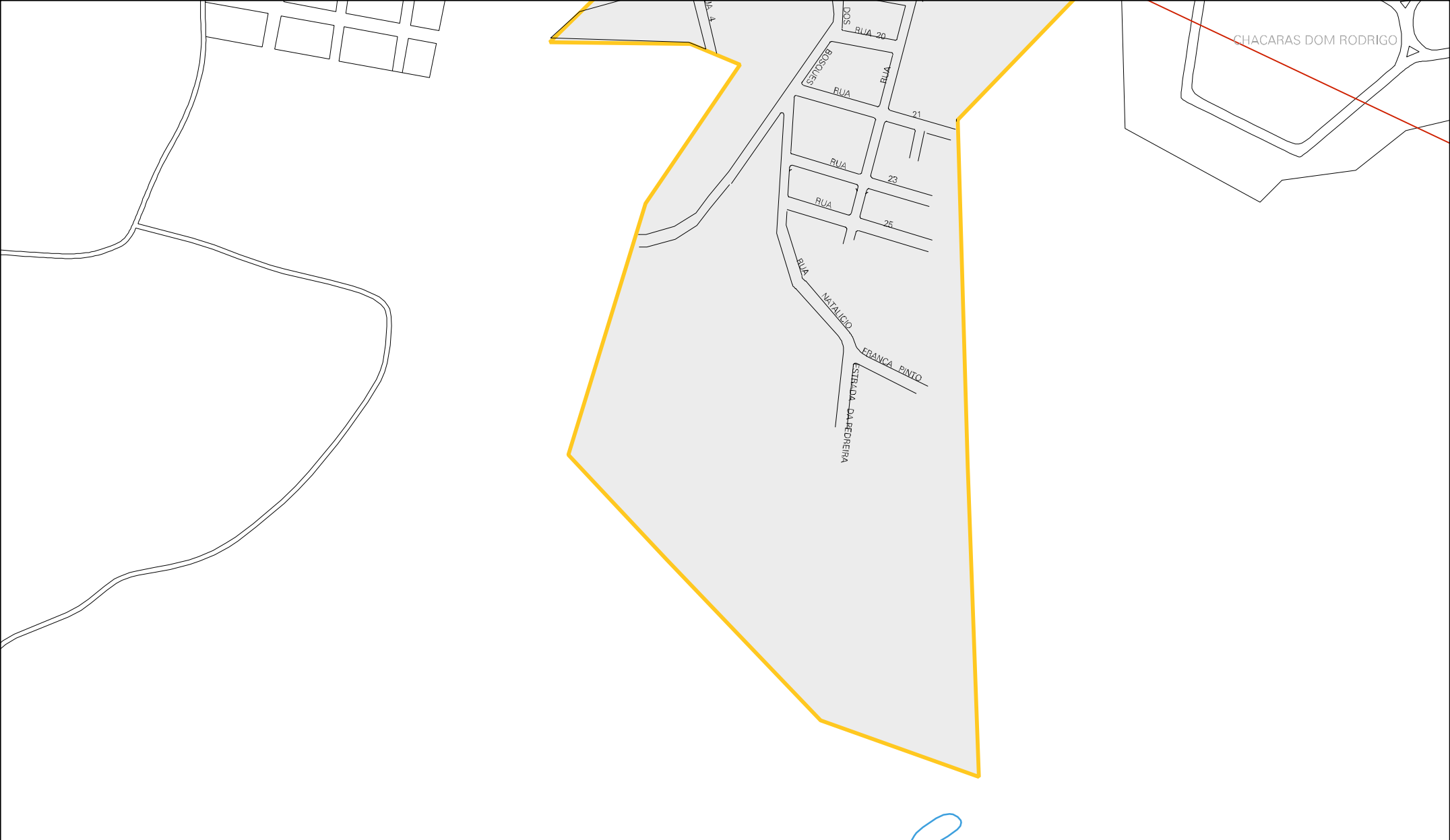
MUNICIPIO: 25506 - SAO JOSE DOS PINHAIS  
DISTRITO: 06 - BORDA DO CAMPO DE SAO SEBASTIAO  
SUBDISTRITO: 00  
SETOR: 0009 SITUACAO: 10

ESTADO DO PARANA  
MAPA DE SETOR URBANO - MSU  
ESCALA: 1 : 4918



ANEXO 10 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 10  
JARDIM Q SONHO





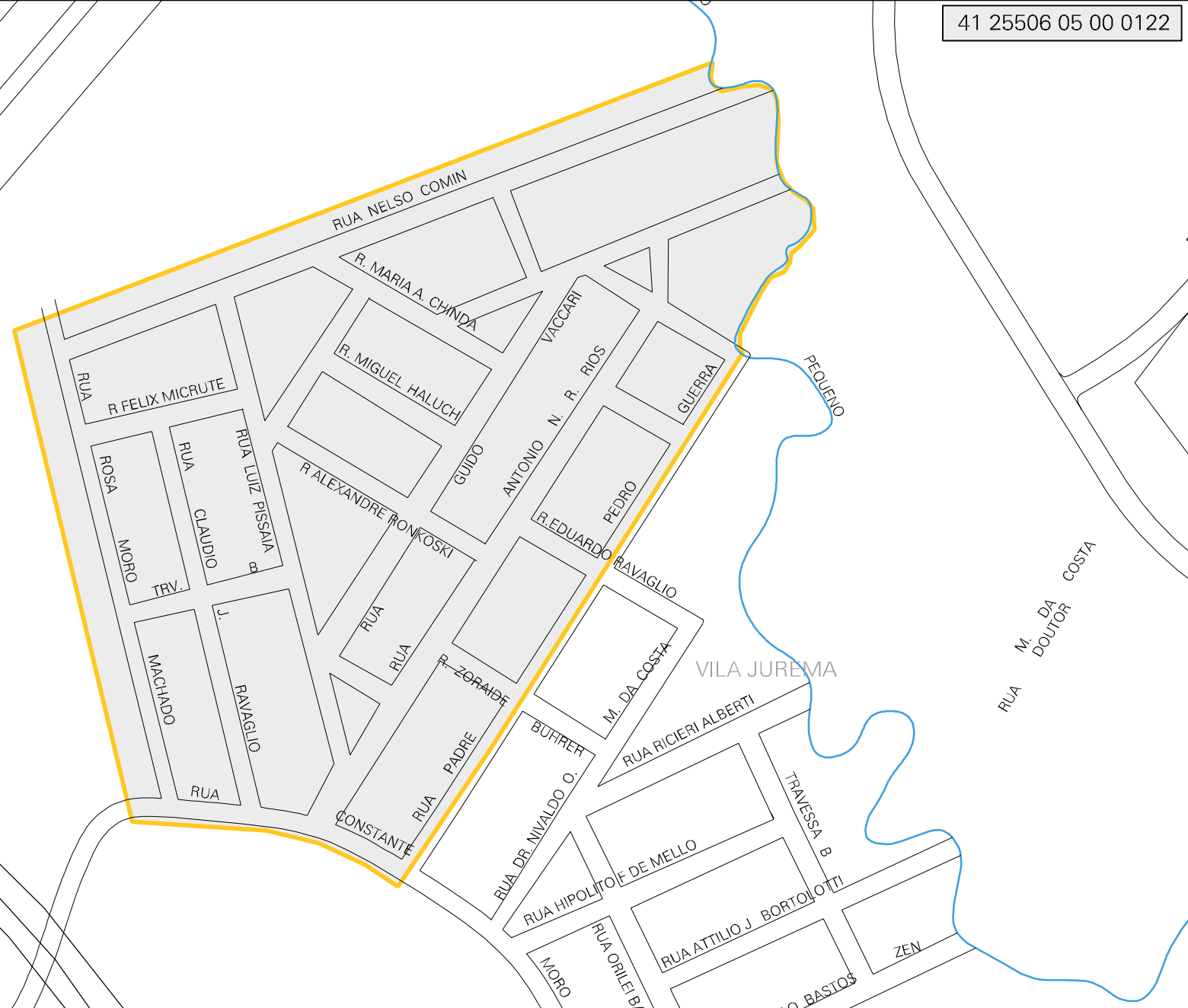


ANEXO 11 – DISTRITO 6 SETOR CENSITÁRIO 15  
VILA PARAÍSO E JARDIM GUARANI





ANEXO 12 – DISTRITO 5 SETOR CENSITÁRIO 122  
JARDIM JUREMA



ANEXO 13 – DISTRITO 5 SETOR CENSITÁRIO 123  
JARDIM JUREMA

41 25506 05 00 0123



MUNICIPIO: 25506 - SAO JOSE DOS PINHAIS  
DISTRITO: 05 - SAO JOSE DOS PINHAIS  
SUBDISTRITO: 00  
SETOR: 0123 SITUACAO: 30

ESTADO DO PARANA  
MAPA DE SETOR URBANO - MSU  
ESCALA: 1 : 4683



ANEXO 14 – FUNÇÕES ENCONTRADAS NA PESQUISA DE CAMPO –  
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES –  
CBO



## **FUNÇÕES ENCONTRADAS NA PESQUISA DE CAMPO – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - CBO**

### **A. SUPERVISOR OU INSPETOR DE OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS E ASSEMELHADOS**

Professor primário ou secundário, Representante comercial, Auxiliar administrativo, Auxiliar de escritório ou outra ocupação que exija 2º grau completo (incluindo funcionário público com esse nível de instrução e que exerça atividades semelhantes), Pequeno empresário, Comerciante, Prestador de serviços, Outra ocupação com características semelhantes.

### **B. OCUPAÇÕES MANUAIS ESPECIALIZADAS E ASSEMELHADOS**

Telefonista, Recepcionista, Motorista, Operário qualificado – com um mínimo de aprendizado profissional (Mecânico, Metalúrgico, Ferramenteiro, etc.), Chefe de Cozinha ou Garçom de restaurante, Costureiro, Porteiro, Serralheiro, Marceneiro, e semelhantes, Comerciante, Industriário, Dono de quitanda ou pequeno proprietário (sem empregados), Outra ocupação com características semelhantes.

### **C. OCUPAÇÕES MANUAIS NÃO - ESPECIALIZADAS E ASSEMELHADAS**

Operário (não-qualificado), Servente, Carregador, Empregada doméstica, Cozinheira, Passadeira, Lavadeira, Arrumadeira, Gari, Biscateiro, Faxineiro, Lavador, Garrafeiro, Pedreiro, Garçom de botequim, Cobrador de ônibus, Guarda-noturno, Lavrador ou agricultor (assalariado), Balconista de quitanda ou assemelhados, Vendedor ambulante, Outra ocupação com características semelhantes.

### **D. OCUPAÇÕES DO LAR, ESTUDANTE E ASSEMELHADAS**

Dona-de-casa, Pessoa do sexo masculino que depende financeiramente da esposa ou companheira, Estudante.

ANEXO 15 – LEI COMPLEMENTAR Nº 59/1991

## LEI COMPLEMENTAR Nº. 59/91

Súmula: Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art.2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art.1º.** São contemplados na presente lei, municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público.

**Art.2º.** As unidades de conservação ambiental, a que alude o artigo primeiro são áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, horto florestais, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada.

**Parágrafo único.** As prefeituras deverão cadastrar as unidades de conservação ambiental municipal junto à entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente.

**Art.3º.** Os municípios contemplados na presente lei pelo critério de mananciais, são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos.

**Art.4º.** A repartição de cinco por cento (5%) do ICMS a que alude o artigo 2º da Lei Estadual nº. 9491, de 21 de dezembro de 1990, será feita da seguinte maneira:

- cinquenta por cento (50%) para municípios com mananciais de abastecimento.
- cinquenta por cento (50%) para municípios com unidades de conservação ambiental.

**Parágrafo único.** No caso de municípios com sobreposição de áreas com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, será considerado o critério de maior compensação financeira.

**Art.5º.** Os critérios técnicos de alocação dos recursos serão definidos pela entidade estadual responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente, através de Decreto do Poder Executivo, em até sessenta (60) dias após a vigência da lei.

**Art.6º.** Os percentuais relativos a cada município serão anualmente calculados pela entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente e divulgados de Portaria publicada em Diário Oficial e informados à Secretaria de Finanças para sua implantação.

**Art.7º.** Fica alterado de oitenta por cento (80%) para setenta e cinco (75%) o artigo 1º, inciso 1, da Lei Estadual nº. 9.491, de 21/12/90.

**Art.8º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Curitiba, 01 de outubro de 1991.

ROBERTO REQUIÃO  
Governador

HERON ARZUA  
Secretário de Estado da Fazenda